



I Oficina
Programa Regional de Desenvolvimento
Indígena Sustentável do Rio Negro

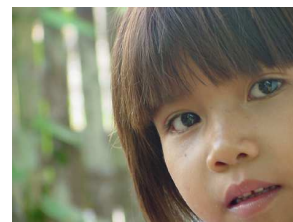
Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro

S. Gabriel da Cachoeira (AM) - 26 a 29 de agosto de 2003

realização:



apoio: PDPI





Rio Negro e Serra do Curicuriari



Comunidade Taperera



São Gabriel da Cachoeira



Escola Tuyuka



5° BIS



Estação de Piscicultura
de lauretê



I Oficina do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro

“Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro”

S. Gabriel da Cachoeira (AM) - 26 a 29 de agosto de 2003



Apoio:

PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas/Fundo de Apoio Institucional,
com recursos do DFID

agosto, 2003



Av. Alvaro Maia, 79 – Centro - Cx. Postal 31
69750-000 São Gabriel da Cachoeira - Amazonas - Brasil
Fone/Fax 0(xx) 97 471-1349/1001 <foirn@uol.com.br>

A **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN** é uma associação civil, sem fins lucrativos, sem vinculações partidárias ou religiosas, fundada em 1987 para defender os direitos dos povos indígenas que habitam a região do Rio Negro, no Estado do Amazonas - Brasil. Compõe-se de 50 organizações de base, que representam as comunidades indígenas distribuídas ao longo dos principais rios formadores da bacia do Rio Negro. São cerca de 750 aldeias, onde habitam mais de 35 mil índios, compreendendo aproximadamente 10% da população indígena do Brasil, pertencentes a 22 grupos étnicos diferentes, representantes das famílias linguísticas Tukano, Aruak e Maku, numa área de 108.000 Km² no Noroeste Amazônico Brasileiro. A FOIRN foi reconhecida como entidade de utilidade pública estadual pela Lei nº 1831/1987.

DIRETORIA EXECUTIVA DA FOIRN (2001 a 2004)

Presidente: Orlando José de Oliveira - Baré
Vice-Presidente: Domingos Sávio Borges Barreto - Tukano
Secretário: Edílson Martins Melgueiro - Baniwa
Tesoureiro: José Maria de Lima - Piratapuia
Secretária Executiva: Rosilene Fonseca Pereira - Piratapuia

Parceria:



Endereço São Paulo
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo-SP
Fone: 55 11 3660.7949
Fax: 55 11 3660.7941
isa@socioambiental.org

Endereço Brasília
SCLN 210, Bloco C, sala 112
70862-530 Brasília-DF
Fone: 55 61 349.5114
Fax: 55 61 274.7608
isadf@socioambiental.org

Endereço São Gabriel da Cachoeira
Rua Projetada, 70
Caixa Postal 21
69750-000 S. Gabriel da Cachoeira-AM
Fone/fax: 55 97 471.1156
isarionegro@uol.com.br

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação profissional e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Com sede em São Paulo e escritórios em Brasília e São Gabriel da Cachoeira (AM), o Instituto tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos, pesquisas, projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, divulgando a diversidade cultural e biológica do país.

O **Programa Rio Negro** do ISA tem por objetivo geral, a longo prazo, formular, criar condições e colaborar para a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Negro, uma região trinacional entre Brasil, Colômbia e Venezuela. A diversidade socioambiental da região do Rio Negro – a maior bacia de águas pretas do mundo - é uma das mais importantes da Amazônia. No Brasil, são 23 povos indígenas e um mosaico de formações florestais únicas, parcialmente protegido por terras indígenas e unidades de conservação ambiental. A médio prazo, o Programa Rio Negro se propôs a formular e criar condições para a implantação do programa regional de desenvolvimento indígena sustentável do médio e alto Rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, em parceria com as organizações indígenas locais, outras ONGs e instituições governamentais.

Conselho Diretor:

Neide Esterici (presidente), Enrique Svirsky (vice-presidente), Beto Ricardo, Márcio Santilli, Laymert Garcia dos Santos, Nilto Tatto, Sérgio Mauro [Sema] Santos Filho

Equipe do Programa:

Carlos Alberto Ricardo (coordenador) - antropólogo; Aloisio Cabalzar – antropólogo; Fernando de Freitas Vicente - administrador em SGC; Flavia Marques – antropóloga; Flora Dias Cabalzar – antropóloga; Francimar Lizardo dos Santos - auxiliar de administração em SGC; Francis Miti Nishiyama - assistente de coordenação; Laise Lopes Diniz – educadora; Marta Azevedo - demógrafa e antropóloga; Mauro Lopes - engenheiro de pesca; Natalie Unterstell - estudante de administração, estagiária; Pieter van der Veld – agrônomo, Renata Alves – ecóloga; Tomás Gomes de Alvarenga - estudante de administração, estagiário.

Sumário

Apresentação

Programa Regional

1. Proposta dos povos indígenas do Rio Negro à equipe de transição do Governo Lula (nov/2002) **pg. 1**
2. Proposta dos Povos Indígenas do Rio Negro ao Governo do Amazonas (mai/2003) **pg. 3**
3. Propostas para uma nova política indigenista (Marcio Santilli) **pg. 6**

Proteção e Fiscalização

4. Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas do Rio Negro (versão aprovada pelo PPTAL em 2003) **pg. 11**
5. Carta da FOIRN ao governador do Amazonas Eduardo Braga em 18/abr/2003. **pg. 20**

Educação escolar

6. Projeto Educação Indígena no Alto Rio Negro (Marta Azevedo)..... **pg. 23**
7. Contribuição do Programa Rio Negro do ISA, com apoio da FOIRN, para uma reestruturação da Escola Agrotécnica Federal de SGC orientada para um Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (2001)..... **pg. 27**

Agrodiversidade

8. Roças indígenas no Rio Negro são foco de alta agrobiodiversidade (Laure Emperaire) **pg. 33**
9. A agrobiodiversidade em risco – exemplo das mandiocas na Amazônia (Laure Emperaire) **pg. 35**
10. Recomendações para a valorização da agrodiversidade indígena no Rio Negro..... **pg. 41**

Piscicultura e Manejo Agroflorestal

11. Resumo executivo do projeto de piscicultura e manejo agro-florestal associado (Mauro Lopes) **pg. 43**

Balcão da Cidadania Indígena

12. Projeto Balcão da Cidadania III **pg. 49**
13. Indígenas do Rio Negro recebem documentos básicos gratuitos **pg. 56**
14. Balcão da Cidadania no Uaupés **pg. 57**
15. Cidadania Indígena chega aos Werekena **pg. 59**

Índios e Militares

16. Regras de convivência entre militares e índios. Documento da FOIRN para a segunda sessão do “Diálogo de Manaus”, no Comando Militar da Amazônia (19/fev/2003). **pg. 61**
17. Portaria 020 do Estado Maior do Exército (02/abr/2003) **pg. 64**

Pesquisas dirigidas e participativas

18. 1º Seminário de Pesquisa no Rio Negro (AM) faz dialogar índios da Amazônia e pesquisadores de várias partes do mundo (Valéria Macedo) **pg. 67**
19. Critérios e procedimentos para regulamentar as relações entre pesquisadores e índios no Rio Negro (novembro/2000) **pg. 70**
20. Macrozoneamento das terras indígenas **pg. 71**
21. A sustentabilidade socioambiental da produção e comercialização do artesanato indígena de arumã (*Ischnosiphon* spp.) no alto Rio Negro **pg. 74**

22. Ecologia, Manejo e Sustentabilidade da extração das fibras do Arumã (*Ischnosiphon* spp.) entre os Baniwa do Alto Rio Negro (INPA) pg. 85

Mineração

23. Coiab faz seminário sobre mineração em Terras Indígenas (André Lima)..... pg. 89

Cidade de São Gabriel

24. São Gabriel da Cachoeira: uma cidade na beira das Terras Indígenas pg. 95
25. Pesquisa Socioeconômico-demográfica de São Gabriel da Cachoeira (Cristiane Lasmar) pg. 96

Iauaretê

26. Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário do povoado de Iauaretê - Discussão preliminar dos dados (Geraldo Andrello) pg. 97

Saúde

27. Situação nutricional no alto rio Negro (Aloisio Cabalzar) pg. 113
28. A experiência de implantação do subsistema de saúde indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro pg. 115

Relações Exteriores

29. Decreto Nº 4.801, de 6 de agosto de 2003 - Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo pg. 123

Comercialização de produtos indígenas

30. Arte Baniwa (Natalie) pg. 127

Anexos

1. Convite para a Oficina pg. 129
2. Programação pg. 131
3. Lista de convidados/confirmados pg. 133
4. Resposta do Gabinete da Presidência pg. 139
5. Resposta da Secretaria Nacional de Pesca pg. 141
6. Resposta do SEBRAE Nacional pg. 143
7. Resposta do Gabinete da Casa Civil pg. 145

APRESENTAÇÃO

Este caderno reúne documentos referentes ao PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN). Trata-se de uma compilação elaborada para subsidiar os participantes da I Oficina “Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro”, realizada na maloca da FOIRN, na cidade de S. Gabriel da Cachoeira (AM), entre 26 e 29 de agosto de 2003. Reúne alguns resultados obtidos com uma geração de projetos-piloto em diferentes áreas e apresenta propostas para as políticas públicas, na esperança de iniciar uma nova forma de diálogo e obter apoios integrados da parte de instituições governamentais.

Além desse caderno, os participantes da Oficina receberam os seguintes materiais:

- Mapa livro Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro
- Mapa-folder Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro
- Livro Arte Baniwa
- Informativo nº 7 do Projeto de Piscicultura Alto Tiquié
- Livro de alfabetização Baniwa Iemakaa
- Livro de histórias Tuyuka Kiti Wederira Tühoarira

A proposta do PRDIS-RN está em construção. Começou a ser gestada, no âmbito da parceria FOIRN/ISA, durante o processo de demarcação das cinco terras indígenas da chamada “Cabeça do Cachorro”, entre 1997/1998. A consolidação dessa conquista depende de um programa em escala regional que dê respostas adequadas e integradas às demandas das comunidades indígenas. Para tanto, têm se implantado uma série de projetos-piloto visando solucionar questões como proteção e sustentabilidade das terras indígenas demarcadas, segurança alimentar, geração de renda, educação escolar, saúde, comunicação, transporte, energia, cidadania, capacitação em pesquisa, fortalecimento organizacional e expressão e afirmação cultural.

O Rio Negro é uma região da Amazônia brasileira bastante diversa, do ponto de vista socioambiental. A população indígena é maioria e, há mais de quinze anos, os povos indígenas vêm se organizado em associações de base articuladas pela FOIRN. A população indígena é também majoritária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, centro administrativo e econômico da região. A participação indígena nas instituições públicas e comerciais locais é significativa, o que reflete uma longa experiência histórica com diferentes agências de contato; desde os padrões da época da borracha que recrutavam mão-de-obra indígena para os seringais do médio e baixo rio Negro aos missionários salesianos, que desde o início do século promoveram a catequese e introduziram a educação escolar na região e, mais recentemente, com o Exército.

A região do alto e médio rio Negro caracteriza-se por uma enorme variedade de microecossistemas bem como por uma pobreza generalizada de nutrientes (oligotrofia), característica de bacias de rios de águas pretas. Possui formações florestais de terra firme, igapós (florestas inundadas) e campinarana, esta última também conhecida como catinga do rio Negro, um tipo de vegetação peculiar à região. A catinga do rio Negro cobre a maior parte das Terras Indígenas demarcadas na região e seus solos são extremamente ácidos, arenosos e lixiviados (spodosolos). Apesar de uma diversidade de espécies relativamente baixa, a catinga do rio Negro apresenta, no entanto, altíssimo grau de endemismo. Suas espécies são consideradas um recurso genético de alto valor por constituírem exemplos de adaptação biológica em condições extremas.

Os povos indígenas do alto rio Negro utilizam várias espécies da catinga, mas em geral suas comunidades estão localizadas nas regiões de ocorrências de matas de terra firme, cujos solos permitem o aproveitamento agrícola. Por este motivo, há grandes extensões de terras no interior das áreas indígenas que não são habitadas, constituindo reservas de recursos vegetais e aquáticos. Por outro lado, a tendência à concentração da população em Iauaretê, na cidade de S. Gabriel da Cachoeira e nas áreas de terra firme em geral, reforçada há décadas pela intervenção de missionários e comerciantes, criando situações críticas do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental.



Proposta dos povos indígenas do Rio Negro à equipe de transição do Governo Lula*

Prezado senhores,

Inicialmente gostaríamos de agradecer a resposta que recebemos ao convite para participar da VII Assembléia Geral da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e da disposição dos senhores para receber e considerar as nossas propostas e recomendações.

Aqui no alto e médio Rio Negro vivem 23 povos indígenas diferentes, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10% da diversidade e da população indígena atual do Brasil. Estamos organizados em comunidades e associações, formando uma Federação. Boa parte das nossas terras já foi reconhecida e demarcada pelo governo federal, como determina a Constituição Federal de 1988. Mas ainda falta demarcar algumas terras indígenas e muitas delas em superposição com unidades de conservação ambiental. Mas o Brasil não está preparado para conversar conosco, respeitar nossos direitos coletivos, escutar as nossas línguas e as nossas visões e propostas para o futuro. Ao contrário, o velho Brasil se preparou para integrar e assimilar os povos indígenas do Rio Negro, reprimindo nossas culturas, reduzindo nossos direitos e tentando colonizar nossas terras.

Nós não aceitamos esse rumo e depois de 15 anos de luta da FOIRN, já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em vários municípios, cujo poder está controlado por setores que não reconhecem nossos direitos e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta principal é que o novo governo federal crie as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada, para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN).

Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas comunidades. Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.

O PRDIS-RN deveria considerar o seguinte:

1. é importante e urgente que seja feita a demarcação física e homologação da TI Balaio, bem como a identificação, delimitação e demarcação das TIs Marabitanas-Cué Cué e das terras tradicionalmente ocupadas nos municípios de S. Isabel e Barcelos, ações que dependem, no momento, da FUNAI e do Ministério da Justiça.

* Documento aprovado na Assembléia da FOIRN em novembro de 2002.

2. é preciso implantar um Plano de Proteção e Fiscalização das terras indígenas e das unidades de conservação ambiental de forma integrada e participativa, articulando as ações dos órgãos federais (Exército, Aeronáutica, PF, Ibama, CENSIPAM e FUNAI), as instituições não-governamentais, associações e comunidades.
3. na área dos serviços públicos de atendimento a saúde, é importante manter, consolidar e aprimorar o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, que vem funcionando desde 1999.
4. que as nossas tradições culturais sejam valorizadas e tenham espaço na política cultural do país, com linhas de apoio para o registro, formação e gerenciamento de acervos próprios, bem como a construção de espaços públicos adequados para as nossas manifestações culturais nas cidades de S. Gabriel da Cachoeira, S. Isabel e Barcelos.
5. que o MEC tenha um programa de apoio que nos permita implantar um sistema escolar indígena, incluindo o nível básico e médio, no qual o poder pedagógico esteja nas nossas mãos.
6. que o MEC apóie decididamente a transformação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira na primeira Escola Agro-florestal Indígena da Amazônia.
7. que o MEC apóie programas de formação de professores indígenas (terceiro grau indígena) e de acesso e manutenção de estudantes indígenas no nível de ensino superior.
8. que o SEBRAE nacional faça um programa especial de apoio para povos indígenas, começando por implantar em 2003 um processo de planejamento participativo em Iauareté, através da adaptação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado, INDÍGENA e Sustentável).
9. que o PRONAF tenha uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, valorizando a nossa agrobiodiversidade e nossas formas de manejo dos recursos da floresta, criando uma linha de crédito e apoio de infraestrutura para a segurança alimentar e a comercialização da nossa produção. Queremos transporte e mercados indígenas livres nas cidades regionais.
10. que os Correios, que é uma empresa pública, estude a possibilidade de desenvolver um programa-piloto na região do Rio Negro, prestando serviços de transporte de correspondência, encomendas e outros serviços diretamente para todas as comunidades.
11. que o Ministério da Justiça continue apoiando os trabalhos do Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro, em parceria com a FOIRN, o qual tem permitido que as pessoas das nossas comunidades mais remotas tenham acesso à documentação básica e às informações sobre seus direitos.
12. que o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça acolham nossas reivindicações para criar um conjunto de regras de convivência entre militares e indígenas aqui na fronteira com a Colômbia e Venezuela.
13. que o Ministério das Relações Exteriores apóie as nossas iniciativas de intercâmbio cultural e técnico com nossos parentes e contrapartes da Colômbia e Venezuela.
14. que as empresas de telecomunicações instalem telefones públicos em todas as comunidades.
15. que o Ministério das Minas e Energia apóie um programa de energia solar em todas as comunidades, especialmente nos edifícios de uso comum, como escolas, centros comunitários e de saúde.

Sem mais no momento, na certeza que as nossas sugestões serão consideradas, aguardamos vossa manifestação

Assinam

Diretoria da FOIRN

Delegados das Associações filiadas à FOIRN

Outras lideranças indígenas presentes à Assembléia Geral



Proposta dos Povos Indígenas do Rio Negro ao Governo do Amazonas*

Prezado governador Eduardo Braga

Inicialmente gostaríamos de manifestar nossa satisfação pela iniciativa do Governo do Amazonas abrir uma possibilidade de diálogo, através da FEPI e pela disposição do senhor para receber e considerar as nossas propostas e recomendações.

Aqui no alto e médio Rio Negro vivem 23 povos indígenas diferentes, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10 % da diversidade e da população indígena atual do Brasil e ocupamos tradicionalmente uma parte significativa do território do Estado do Amazonas (cerca de 7%). Estamos organizados em comunidades e 49 associações, formando uma Federação. Boa parte das nossas terras – cerca de onze milhões de hectares - já foi reconhecida e demarcada pelo governo federal, como determina a Constituição de 1988. Outras terras indígenas na bacia do Rio Negro estão em processo de reconhecimento pelo governo federal. Mas o Brasil não está preparado para conversar conosco, respeitar nossos direitos coletivos, escutar as nossas línguas e as nossas visões e propostas para o futuro. Ao contrário, o velho Brasil se preparou para integrar e assimilar os povos indígenas do Rio Negro, reprimindo nossas culturas, reduzindo nossos direitos e tentando colonizar nossas terras. As relações com o governo do Amazonas e com as prefeituras locais não têm sido diferentes.

Nós não aceitamos esse rumo e depois de 15 anos de luta da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), já tivemos algum reconhecimento dos nossos direitos e já temos algumas soluções para resolver os principais problemas que nos afetam, mas muita coisa precisa melhorar rapidamente. Não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em vários municípios, cujo poder está controlado por setores que não reconhecem nossos direitos e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais e estaduais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta principal é que o governo do Amazonas e o governo federal criem as condições institucionais para conversar conosco de maneira adequada, para apoiar o que nós chamamos de PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO (PRDIS-RN).

Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais e estaduais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas comunidades. Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas

* Documento aprovado na Oficina FOIRN/FEPI em maio de 2003.

determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.

Em relação ao PRDIS-RN gostaríamos que o Governo do Amazonas considerasse as seguintes propostas:

1. valorizar as demarcações das terras indígenas, incluindo informações em todos os materiais oficiais de divulgação, considerando-as adequadamente no zoneamento ecológico-econômico do estado e viabilizando a participação do IPAAM de forma integrada com a rede de proteção e fiscalização das instituições federais, especialmente para as áreas de entorno das terras demarcadas;
2. desistir definitivamente da ação judicial no STF (Recurso em Mandado de Segurança nº 22.913) contra as demarcações das terras indígenas Rio Téa e Médio Rio Negro I;
3. criar um programa de formação continuada de agentes indígenas de saúde, com a valorização da medicina tradicional e assumir as responsabilidades na manutenção e funcionamento dos hospitais de Iauaretê, Pari-Cachoeira e Assunção do Içana, assim como implantar uma rede de saneamento básico e tratamento de lixo em Iauaretê;
4. desenvolver programas para que as nossas tradições culturais sejam valorizadas e tenham espaço na agenda cultural do estado, com linhas de apoio para o registro, formação e gerenciamento de acervos próprios, bem como a construção de espaços públicos adequados para as nossas manifestações culturais nas cidades de S. Gabriel da Cachoeira, S. Isabel e Barcelos. Seria desejável o estabelecimento de parcerias com o Ministério da Cultura.
5. valorizar as experiências-piloto de escolas indígenas autônomas da nossa região, reconhecendo e apoiando as escolas Pamaáli Baniwa-Coripaco, Escola Indígena Utapinozona Tuyuka e o Centro de Revitalização Tariana - e outras escolas indígenas desse tipo que venham a ser criadas - com recursos para manutenção e produção de material didático; criar os sub-sistemas de ensino indígena no sistema estadual; criar programas de ensino técnico-profissionalizante no ensino fundamental e médio nas áreas de interesse das comunidades (por exemplo, piscicultura, manejo agroflorestal, educação e vigilância ambiental, enfermagem, odontologia, arte e artesanato, gestão e administração);
6. criar um programa de bibliotecas para as escolas indígenas, articulado com oficinas de produção de materiais didáticos nas línguas indígenas;
7. iniciar a implantação de cursos superiores voltados para as áreas temáticas de interesse das comunidades indígenas.
8. instar o poder municipal a destinar os recursos da merenda escolar para a gestão direta das associações de pais e mestres das escolas indígenas;
9. acompanhar, através da FEPI, o processo de redefinição e reestruturação da Escola Agrotécnica Federal de S. Gabriel da Cachoeira;
10. apoiar a nossa proposta para que o SEBRAE nacional faça um programa especial de apoio para povos indígenas, começando por implantar em 2003 um processo de planejamento participativo em Iauaretê, através da adaptação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado, INDÍGENA e Sustentável);

11. criar, através do IDAM/AFEAM, uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, valorizando a nossa agrobiodiversidade e nossas formas de manejo dos recursos da floresta, criando uma linha de crédito e apoio de infraestrutura para a segurança alimentar e a comercialização da nossa produção. Queremos transporte e mercados indígenas livres nas cidades regionais;
12. apoiar e financiar a construção do Centro de Capacitação e Comercialização da Foirn na cidade de S. Gabriel da Cachoeira, com base no terreno e projeto de arquitetura já existentes;
13. apoiar a instalação de energia no entreposto comercial da OIBI (Organização Indígena do Içana) na cidade S. Gabriel da Cachoeira, ponto de apoio importante para o gerenciamento do projeto Arte Baniwa e outros produtos;
14. estabelecer uma parceria, através da Secretaria de Pesca do AM, com as organizações que vêm desenvolvendo um projeto-piloto pioneiro de piscicultura e manejo de recursos pesqueiros na Terra Indígena do Alto Rio Negro, a saber: FOIRN/ISA/ATRIART/COIDI/OIBI, com apoio do CEPTA/IBAMA;
15. criar postos permanentes do PAC (Pronto Atendimento ao Cidadão) nas sedes municipais do Rio Negro e em Iauaretê e ampliar os serviços itinerantes de documentação, contribuindo dessa forma com o Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro, que a FOIRN vem mantendo em parceria com o Ministério da Justiça, o qual tem permitido que as pessoas das nossas comunidades mais remotas tenham acesso à documentação básica e às informações sobre seus direitos;
16. articular uma parceria com a OAB-AM para viabilizar a instalação de defensorias públicas para a região do Rio Negro;
17. apoiar, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, as nossas iniciativas de intercâmbio cultural e técnico com nossos parentes e contrapartes da Colômbia e Venezuela;
18. instar as empresas de telecomunicações para que instalem telefones públicos em todas as comunidades;
19. apoiar um programa de energia solar e outras formas alternativas com baixo impacto ambiental para todas as comunidades, especialmente para os edifícios de uso comum, como escolas, centro comunitários e de saúde.

**Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn)
S. Gabriel da Cachoeira, 29 de maio de 2003**

PROPOSTAS PARA UMA NOVA POLÍTICA INDIGENISTA*

Márcio Santilli/ISA

Contribuições do ISA para a reestruturação dos serviços públicos federais relativos à atenção aos índios

Este texto resume idéias gerais para uma reestruturação dos serviços públicos federais relativos à atenção aos povos indígenas. É um instrumento de discussão, com vistas a constituir propostas de intervenção da sociedade civil e do movimento indígena num contexto de anunciada reforma do Estado. Parte do pressuposto de que nenhum processo ou modelo de reforma pode atingir seus legítimos objetivos finalísticos se não for capaz de articular-se aos projetos de futuro próprios dos povos indígenas. Por outro lado, a possibilidade de intervenção destes povos – e das suas organizações - neste processo, depende da sua capacidade de propor rumos e alternativas em tempo político real, no momento em que as decisões de governo são tomadas. Pretendemos, com este texto, oferecer a contribuição do ISA a esta discussão.

ESGOTAMENTO DA TUTELA

Em 1998 a Funai completou 30 anos, o Estatuto do Índio completou 25 e a Constituição 10 anos de vida. Temos uma legislação infraconstitucional que precede em 15 a constitucional vigente, e um órgão de estado que precede a ambos e que se define como de caráter tutelar.

Os últimos 30 anos trouxeram modificações profundas na organização social e política de todos os povos. Houve extraordinário avanço nas comunicações, na informática, na biotecnologia e na própria consciência dos povos em relação ao meio ambiente e aos direitos coletivos e difusos. O Brasil de trinta anos atrás era ainda um país de forte predomínio cultural e econômico de base rural, submetido a governos militares de caráter autoritário, com inúmeros bolsões de isolamento habitados por populações distantes dos centros de informação e dos meios de comunicação. A televisão apenas começava a chegar ao interior do país. Várias regiões não eram ainda acessíveis por estradas. A maioria da população rural era analfabeta e destituída de direitos efetivos. Grandes projetos econômicos e de infra-estrutura apenas começavam a se implantar na Amazônia, sob o signo da “integração nacional”.

O instituto da tutela é aplicado aos índios (ou “silvícolas”, como prefere o Código Civil) desde o início do século e está cristalizado no Estatuto do Índio (Lei 6001/73) como na lei de criação da Funai. Há 30 anos, embora boa parte dos povos indígenas já mantivesse contatos regulares com a sociedade/estado nacional, eram relações comparativamente tênues, apesar das pressões históricas de colonização e de aculturação. A grande maioria da população indígena não falava português, o grau de isolamento geográfico era infinitamente maior, não havia televisão nas aldeias, o poder público estava distante (apesar de a Funai dispor de melhor estrutura e recursos) e as frentes de expansão econômica, se já assolavam terras indígenas, o faziam com intensidade bem menor.

Atualmente, se por um lado ainda há algumas dezenas de grupos indígenas isolados, por outro lado as comunidades e as suas lideranças encontram-se em contato freqüente e regular com inúmeras agências de estado, federais, estaduais e municipais, com confrontantes, exploradores, pesquisadores, missionários, jornalistas, membros de organizações de apoio e representantes de organismos internacionais. A maioria das aldeias dispõe de equipamentos de comunicação e

* Publicado em Povos Indígenas no Brasil 1996-2000 (ISA 2001, 118-121 pp.)

transporte (embora em condições geralmente precárias), ouve rádio ou televisão, recebe visitas frequentes de terceiros ou convites para se fazer representar em reuniões ou eventos.

O assédio de interesses econômicos sobre as terras indígenas se generalizou. A própria Funai estima que 85% das terras indígenas sofre algum tipo de intrusão de terceiros, de forma permanente ou intermitente, com maior ou menor grau de consentimento por parte das lideranças locais, sendo os intrusos, geralmente, garimpeiros, madeireiros, posseiros, fazendeiros ou pescadores. Paralelamente, nos últimos 8 anos avançou o processo de demarcação administrativa das terras indígenas, sendo que dois terços das mesmas encontram-se homologadas. O reconhecimento oficial das terras está fazendo emergir as questões relacionadas à gestão territorial como prioritárias na agenda da política indigenista.

Surgiram e se desenvolveram centenas de organizações indígenas que se propõem a representar diretamente interesses específicos ou gerais, e que em alguns casos mantêm vínculos com organizações indígenas internacionais, como a Coica, por exemplo. Houve enorme ascensão da temática indígena nos fóruns institucionais nacionais e internacionais. Apesar da influência das organizações de apoio, funcionários públicos e de terceiros em geral, o protagonismo político das lideranças indígenas alcançou patamar inédito e irreversível no contexto globalizante deste final de século. Sob certos aspectos, talvez possamos afirmar que as mudanças nas relações de contato havidas nestes últimos 30 anos foram mais profundas que as dos 470 anos anteriores.

Às vésperas do terceiro milênio, soa ridículo que índios sejam considerados “relativamente capazes” e, sobretudo, que um órgão de Estado seja tutor das 215 etnias que habitam o território brasileiro, intermediando (autorizando e desautorizando) as inúmeras relações de contato em que se encontram envolvidas. Por outro lado, a condição de tutelados cerceia a sua livre expressão política, a administração direta dos seus territórios, o seu acesso aos serviços públicos, ao mercado de trabalho, às linhas oficiais de crédito, etc. Além de reduzir a capacidade civil dos índios, a tutela é um obstáculo à autogestão das terras e dos projetos de futuro dos povos indígenas.

A “proteção” da tutela deve ser substituída por outros instrumentos de apoio do poder público aos povos indígenas. O Estado não deve pretender substituí-los como sujeitos políticos no exercício direto dos seus direitos e das suas relações. Um novo estatuto deve regular estas relações e ao Estado deve caber o papel de viabilizar serviços básicos (educação, saúde) e fomentar os projetos culturais, econômicos, ambientais indígenas. O conceito de fomento é muito mais apropriado que o de tutela para definir o papel atual e futuro que os povos indígenas devem reivindicar do Estado.

PROGRAMAS REGIONAIS

Um órgão de Estado para assuntos indígenas, fundado no conceito de fomento, poderia ser estruturado a partir de programas estratégicos e programas regionais. Os programas estratégicos tratariam de questões gerais, como demarcação das terras, exercício do poder de polícia em defesa dos direitos indígenas, sistema de comunicações, intercâmbio cultural, legislação, etc. Seriam estruturados a partir da demanda em escala nacional colocada por estas questões gerais. Teriam coordenações baseadas na sede central do órgão e articulariam estas demandas nas várias regiões e quanto às suas interfaces com outros órgãos e políticas setoriais.

Mas o conceito mais fundamental é o de programas regionais. Estes programas poderiam ser construídos tomando por base regiões relevantes do ponto de vista da localização das terras indígenas, agrupando etnias vizinhas e que mantêm relações entre si e convivem em contextos comuns. Não devem ser confundidos com a estrutura atual das administrações regionais da Funai ou com a divisão política do país em estados e municípios. Seriam unidades administrativas com alto grau de autonomia, com metas e agendas específicas de trabalho, com orçamento próprio e poder de contratar e demitir funcionários, que poderiam dispor de unidades operacionais ou projetos de área em quantidade e localização apropriadas a cada região.

Os programas regionais deveriam ser formulados, implantados e administrados por um conselho regional, com poderes para decidir sobre as programações anuais, propor os orçamentos anuais, avaliar o desempenho do programa e dos seus funcionários e indicar nomes para a sua coordenação executiva. Não deveria haver um único modelo de gestão administrativa para todos os programas regionais, podendo haver modelos alternativos, mais viáveis ou adequados às diferentes realidades regionais, especialmente quanto ao nível de organização dos povos da região e a sua capacidade de assumir o gerenciamento do seu programa em maior ou menor grau. Nos casos das regiões em que o nível de organização dos índios é incipiente, é maior o seu grau de dependência em relação à Funai, não há organizações de apoio em condições de apoiá-los e são mais precárias as condições de logística, o Estado deverá geri-los por administração direta.

Os programas regionais devem ter por objeto um espaço territorial expressivo e não devem pulverizar-se em grande quantidade, para evitar a burocratização ou a perda de referência estratégica do órgão. Organizar as atividades de fomento em cerca de 30 programas regionais seria o ideal em termos administrativos, permitindo a articulação direta com a direção nacional, sem instâncias administrativas regionais, estaduais ou intermediárias. Estas mediações burocráticas acabam isolando os programas, abrindo espaços para a interferência política e dificultando o diálogo cotidiano entre eles e a sede, o que prejudica as iniciativas de articulação interinstitucional, as negociações de recursos e a cooperação entre os programas. No entanto, se o número de programas se pulverizar, como hoje ocorre com as administrações regionais da Funai, fica inviável uma relação ágil e cooperativa com a direção central, o que exigiria instâncias intermediárias para organizar esta relação.

Assim, como são 215 as etnias e 560 as terras indígenas, não seria possível organizar programas regionais por etnias (salvo em situações excepcionais), devendo eles terem o caráter de programas pluriétnicos, sem prejuízo de se organizarem sub-programas, ou projetos étnicos, ou de áreas indígenas específicas dentro da jurisdição de um programa regional. A forma de organizar um programa regional, de subdividi-lo ou não, de buscar contemplar as especificidades daquela área, de optar por mecanismos de decisão e de gerenciamento que mais lhes convém, deveria ser decidida (e revista ao longo do tempo) por cada conselho regional. Devem ser estimuladas as diferenças entre os programas regionais, pois a diversidade é própria das sociedades indígenas, inclusive no que se refere à própria composição dos conselhos regionais.

A proposta dos programas regionais não é uma solução mágica para os problemas que afetam os povos indígenas e que marcam as suas relações com o Estado. A vantagem deste modelo é de indicar objetivos claros à ação do Estado em cada região e possibilitar o desenvolvimento de dinâmicas políticas regionais em busca de soluções. É de se supor que onde o movimento indígena está mais organizado, imprimirá uma dinâmica diferenciada ao programa da sua região. O objetivo seria superar o modelo atual de órgão centralizado, em que um dirigente elege isoladamente as prioridades e distribui o orçamento como deseja, permitindo que alguns grupos indígenas que têm acesso mais fácil à sede, se articulem a interesses corporativos para fazerem valer as suas demandas em detrimento das dos demais povos e da própria qualidade da política do Estado para a questão indígena.

No modelo dos programas regionais, cada região teria o seu próprio orçamento, não podendo comprometer os demais. Certamente haveria programas regionais melhores que outros, mais avançados, mais democráticos, com maior capacidade de articular apoios e iniciativas. Sem prejuízo do intercâmbio de experiências e de boas soluções, é desejável que os programas sejam, mesmo, diferentes e possam expressar diferentes graus de organização indígena, desde que os que desejem e reúnem as condições para avançar nas soluções não sejam impedidos ou desestimulados pela centralização, pelo burocratismo, ou por interesses espúrios. O avanço de cada programa regional seria determinado pela capacidade da coalizão de forças locais, que se articularam em torno dele, de construir as soluções no decorrer do tempo, de utilizar da melhor forma os recursos disponíveis.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Os programas regionais (assim como os estratégicos) devem ter por objeto apoiar e fomentar as formas de vida de cada povo, pensá-las – portanto – no seu todo, mas o órgão ou agência de Estado por eles responsável não deve pretender o monopólio das relações com os povos indígenas. Seria um braço do Estado que apóia a sua organização para se relacionar com o conjunto. Da mesma forma, o fato dele existir não reduz as responsabilidades de outros órgãos públicos em relação às demandas indígenas. Se compete ao Ibama proteger as florestas e fomentar o desenvolvimento sustentável, também tem ele responsabilidades em relação às florestas situadas em terras indígenas e às demandas de manejo de recursos naturais por seus habitantes.

Isto é particularmente importante e urgente no que diz respeito à política para saúde indígena. Disputas corporativas entre a Funai e a FNS, nos últimos anos, inviabilizaram a organização de um serviço de saúde razoável para os povos indígenas. Se o que se espera é uma ação integrada por parte do Estado, diferentes agências têm que se articular para atender o conjunto das demandas indígenas. Nenhum órgão indigenista – ou de fomento – pode abarcar adequadamente este conjunto crescente de demandas, reunindo no seu próprio quadro profissionais das várias áreas de formação. Por outro lado, supondo-se que o Ministério da Saúde dispõe de competência técnica específica neste campo, deve responder às demandas de saúde indígena e contar com o apoio das instituições públicas (inclusive das privadas) para desenvolver ações específicas e articular suas demandas no âmbito do SUS.

O Ministério da Saúde deveria implementar os distritos sanitários indígenas na sua estrutura, através de uma agência específica que melhor possa atender esta demanda frente a outras que hoje se encontram no âmbito da FNS. Os dirigentes destes distritos deveriam integrar a coordenação dos programas regionais. Será importante para os índios que as discussões sobre a implantação dos distritos sanitários ocorra de forma articulada com a de programas regionais, inclusive no que se refere às áreas de jurisdição, que deveriam ser coincidentes.

Da mesma forma, não deve ser ignorada ou prejudicada a atenção direta do Ministério da Educação em relação aos povos indígenas. Como se sabe, há um sistema nacional de ensino, descentralizado (federalizado), e uma rede de escolas indígenas, especializada. O Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC deveria ser reforçado com recursos humanos e financeiros para ampliar a escala dos projetos que atualmente apóia e para poder trabalhar mais sistematicamente na articulação das demandas indígenas com o sistema, na regularização das escolas indígenas e no estímulo a projetos de capacitação e profissionalização. As instituições prestadoras de serviços de educação indígena, sejam prefeituras, Estados, igrejas ou ONGs, assim como as organizações de professores indígenas, deveriam se fazer representar nos conselhos regionais.

Assim, os programas regionais, embora constituindo uma agência de fomento para demandas indígenas, deveriam articular na sua estratégia de ação as ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito de outras instituições públicas. Os conselhos regionais, dispendo de representação expressiva das organizações e lideranças indígenas locais, deveriam exercer o seu papel de planejamento e de controle social do conjunto destas atividades do Estado, sem prejuízo da constituição de conselhos ou outras instâncias específicas para as políticas de saúde ou de educação.

TRANSIÇÃO

A constituição de um órgão público de fomento não pode ser feita do dia para a noite. Seria inútil formular uma boa proposta alternativa à Funai e querer implantá-la através de um decreto ou medida provisória. Embora a necessidade de um órgão mais apropriado que a Funai já seja antiga, não basta mudar o nome, a roupa e o endereço de uma instituição pública para se poder mudar a política indigenista. A própria Funai dispunha de um modelo institucional mais moderno e interessante que o antigo SPI mas, como foi constituída sob uma forte crise que assolou o SPI, sem um projeto claro alternativo, assumiu todos os seus vícios, sem construir antes um paradigma diferente de política indigenista. Portanto, tão importante quanto uma proposta alternativa, seria dispor

das condições para construí-la sem a pressão emergencialista e fisiológica que hoje atropela o dia a dia da Funai.

Não há recursos humanos e financeiros para se estruturar - ao mesmo tempo - programas regionais para todo o território nacional. Como já se viu, não se trata de uma fórmula acabada a ser implantada nas várias regiões, mas de programas apropriados a cada contexto e às condições concretas do movimento indígena local. Seria necessário estabelecer uma agenda (de três a quatro anos de trabalho) para a formulação (planejamento) e a implantação dos programas regionais. Alguns programas seriam formulados num primeiro ano, para começarem a ser implantados num segundo ano, quando outros seriam formulados para posterior implementação. Assim, áreas prioritárias para a implantação de programas regionais deveriam ser definidas, considerando, num primeiro momento, as regiões em que o movimento indígena se encontra melhor estruturado.

Quando se iniciasse a formulação de um programa em determinada região, compondo-se os atores locais numa coordenação provisória, seria importante contar com a colaboração das unidades locais da Funai. Neste sentido, os administradores regionais deveriam estar informados do processo, provendo as informações e apoio logístico necessários para a formulação do programa. Quando o programa formulado começasse a ser implementado, a estrutura local da Funai passaria a integrar a estrutura do programa.

Para coordenar o processo de formulação dos programas regionais, a Funai deveria constituir uma equipe técnica, constituída a partir de núcleos técnicos hoje dispersos na estrutura do órgão, apoiada por quadros das organizações indígenas e de apoio, que desenvolveria uma metodologia para a composição das coordenações provisórias e uma agenda de oficinas de trabalho nas regiões priorizadas. Se se começasse pela Amazônia, por exemplo, a maior parte desta equipe poderia estar baseada - no primeiro ano - em Manaus, até que os programas no norte estivessem formulados e em condições de serem implementados, deslocando-se no ano seguinte para outra região, e assim sucessivamente. Na medida em que os primeiros programas comesçassem a ser implementados, serviriam de referência (consideradas as especificidades locais) para as regiões onde ainda não estivessem formulados.

Quando a maior parte das regiões já tivesse programas constituídos, seria possível se dimensionar com exatidão qual é a estrutura necessária para uma sede central do órgão de fomento. Da mesma forma, deveriam ir sendo definidas as regras para a relação entre os programas regionais e a direção central do órgão. Uma nova lei deverá definir estas regras, de preferência a partir da prévia definição do novo estatuto, com o reconhecimento da plena capacidade civil dos índios, das obrigações do Estado, das condições e limitações para o exercício do usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nas terras indígenas.

(Publicado originalmente em Últimas Notícias/ISA, 07/04/99)

PLANO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO, MÉDIO RIO NEGRO I, MÉDIO RIO NEGRO II, RIO TEA E APAPORIS (VERSÃO APROVADA PELO PPTAL EM 2003)

1. DADOS INICIAIS

Duração do Projeto: 15 meses

Área da região: 10,6 milhões de hectares

População: 35 mil indígenas, de 22 etnias, em 750 comunidades.

2. APRESENTAÇÃO

A proteção e fiscalização das terras indígenas do alto e médio Rio Negro exige um grande e complexo esforço entre vários atores e instituições, pela extensão pelo sócio e biodiversidade que encerram, pelas 22 etnias que vivem simultaneamente em até três países e pela situação geográfica de fronteira geopolítica trinacional (Brasil/Colômbia/Venezuela).

Depois da demarcação física e homologação das cinco terras indígenas contíguas do alto e médio Rio Negro (1997/98), ainda restam pendências importantes de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, a serem identificadas e demarcadas fisicamente (são os casos de Marabitanas Cué-Cué e TI Balaio, no município de S. Gabriel da Cachoeira e outras tantas nos municípios de S. Isabel e Barcelos).

Esforço de tal dimensão supõe maior integração e protagonismo das comunidades e associações indígenas filiadas à FOIRN, mas também do Governo Federal, com a integração de políticas públicas setoriais e de ações de cooperação bi-lateral e multilateral entre vários atores dos diferentes países limítrofes.

Enquanto não estão dadas as condições para esse esforço maior, ações de âmbito mais modesto devem ser implementadas.

Este projeto propõe um conjunto de ações ao alcance das comunidades e organizações indígenas representadas pela FOIRN, mas supõe também uma rede de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais.

A FOIRN é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 30 de abril de 1987, com o objetivo de lutar pelos direitos dos povos indígenas na região do Rio Negro. Possui sede própria em São Gabriel da Cachoeira, com 17 funcionários em seu quadro permanente. Congrega 49 associações filiadas em toda a região do Rio Negro. Conta com 5 coordenadorias regionais no Rio Içana e Rio Aiari, Alto Rio Negro e Rio Xié, Alto Rio Uaupés e Rio Papuri, Baixo Rio Uaupés e Rio Tiqué, Baixo Rio Negro.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Garantir o usufruto exclusivo aos povos indígenas do Rio Negro das terras que tradicionalmente ocupam.

Objetivos específicos:

- (a) aumentar o controle social das comunidades sobre os limites das terras demarcadas.
- (b) aumentar a visibilidade da demarcação para os segmentos não-indígenas da sociedade envolvente.
- (c) mobilizar uma rede de parcerias governamentais e não-governamentais para as ações de proteção e fiscalização

4. ANTECEDENTES

Entre 1997/98 o governo federal brasileiro reconheceu, demarcou fisicamente e homologou cinco terras indígenas contíguas, somando 10.6 milhões de hectares, no extremo noroeste do Estado do Amazonas, a saber: Terra Indígena Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Téa e Apaporis.

Esta demarcação física foi realizada pela parceria FOIRN-ISA, com apoio da FUNAI e do PPTAL, com uma metodologia inovadora, registrada nos relatórios narrativos enviados às contrapartes, bem como em dois artigos publicados.

Durante o processo de demarcação, entre outras atividades, as equipes FOIRN/ISA visitaram praticamente todas as comunidades situadas nas terras indígenas, realizando extensas entrevistas coletivas, usando um questionário padrão, que permitiu caracterizar a situação e as demandas sócio-econômicas, culturais, educacionais e sanitárias.

Após a demarcação, também com base nos resultados desta pesquisa, a FOIRN e suas parcerias se dedicaram a implantar um conjunto de projetos-piloto para enfrentar algumas questões prioritárias, a saber:

1. Comunicação: implantação de uma rede de radiofonia, a qual atingiu quase cem estações ao final de 2002.
2. Transporte: disseminação de uma rede de barcos comunitários, botes com motores de popa e rabetas.
3. Educação escolar: implantação de escolas diferenciadas de ensino básico no alto Içana (EIBC) e alto Tiquié (Tuyuka).
4. Valorização cultural: publicação da série “Narradores Indígenas do Rio Negro”, registro detalhado da produção de artefatos e rituais tradicionais, transformados em acervo e produtos.
5. Saúde: implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, desde 1999, com apoio da SSL e CSE, através de convênios com a FUNASA (Ministério da Saúde).
6. Manejo de Recursos Pesqueiros e Agroflorestais associados à segurança alimentar: com a implantação de três estações de piscicultura e manejo agro-florestal associado
7. Delimitação, demarcação, proteção e fiscalização de terras indígenas: mobilização das comunidades da margem esquerda do Rio Negro e de S. Isabel e Barcelos para reivindicar da FUNAI a identificação das suas terras; encaminhamento de documentos para autoridades do governo federal; apoio a demarcação da TI Balaio.
8. Direitos coletivos e cidadania: cursos e oficinas com lideranças; implantação do Balcão da Cidadania Indígena do Rio Negro (2001/2202), com apoio do Ministério da Justiça, permitindo acesso gratuito de pessoas das comunidades indígenas aos documentos básicos de identidade e informações sobre seus direitos.

9. Alternativas econômicas: implantação de projetos-piloto de comercialização de produtos indígenas com valor cultural e ambiental agregado.
10. Fortalecimento Institucional: ampliação da infra-estrutura da FOIRN na cidade de S. Gabriel da Cachoeira (sede, maloca e centro de capacitação e comercialização), com a construção de sedes e casas de apoio para algumas associações filiadas em vários pontos diferentes, apoio na elaboração de projetos das associações filiadas ao PDPI, revisão dos Estatutos com a criação de coordenações regionais (ver anexo).
11. Pesquisas dirigidas: realização de um seminário de pesquisa, estabelecimento de regras de relacionamento entre pesquisadores/associações e comunidades indígenas, desenvolvimento de algumas pesquisas participativas sobre manejo de recursos naturais, identificação de paisagens e recursos naturais, perfil sócio-econômico de comunidades e famílias; e algumas pesquisas temáticas nas áreas de saúde, nutrição, e agrobiodiversidade.

Esse conjunto de ações, de caráter piloto, convergiram para a formulação de um embrião de um PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (ver Carta da VII Assembléia da FOIRN para a equipe de transição do Governo Lula, em anexo).

5. LINHAS DE AÇÃO

5.1. Expedições de Fiscalização para áreas remotas.

Serão realizadas viagens de fiscalização para as áreas remotas, com objetivo de melhorar a sinalização dos limites da terra indígena, instalação de casas de apoio e criar novas comunidades indígenas, como forma de dar continuidade para o projeto de proteção e fiscalização.

As expedições de fiscalização serão realizadas por duas equipes, compostas por representantes da FOIRN e das comunidades indígenas através das suas Associações locais.

Atividades:

Realização de expedições de fiscalização para as seguintes regiões:

- Itinerário 1
Rio Marie – ACIBRN
Rio Curicuriari – ACIBRN
Rio Inambu - CACIR
Rio Cauburis – CACIR e AYRCA
Rio Tea – ACIMIRN
- Itinerário 2
Alto Rio Aiari - ACIRA
Alto Rio Iauaiari - OICAI
Alto Rio Xié – ACIRX
- Itinerário 3
Vila Bittencourt – ACIRC e CIPAC
Rio Apaporis – ACIRC e CIPAC
Rio Traira – ACIRC e CIPAC
Cachoeira do Machado – ACIRC e CIPAC

Pari Cachoeira – CIPAC

- Itinerário 4
Iauareté
Rio Waupés - UNIRVA
Rio Papuri – UNMIRP E ONIARP

5.2. Ações em áreas críticas

As áreas consideradas como “críticas”, são comunidades ou sítios que se instalaram em lugares de difícil acesso, muitas vezes influenciados por algumas atividades extrativistas irregulares que aconteceram na região em meados dos anos 80, invasões de empresas mineradoras e garimpeiros avulsos:

- a) **Vila Mormes ou Garimpo tukano**, como é mais conhecida devido a sua origem e está localizada na Terra Indígena do Alto Rio Negro, na fronteira do Brasil e Colômbia, na cabeceira dos rios Castanho (afluente do Rio Tiquié) e do Traira (afluente do Japura). A comunidade é habitada por índios Tukanos e Dessanos.
- b) **Igarapé Cunuri (Yepamahsa)** afluente do Rio Traira, localizado na Terra Indígena Alto Rio Negro na linha de fronteira do Brasil e Colômbia.
- c) **Cabeceira do Igarapé Cunuri (Hupda).**
- d) **Alto Rio Cuiari**, afluente do Rio Içana, também na Terra Indígena Alto Rio Negro, a comunidade é habitada pelos índios Baniwa.

Estas áreas sofreram um forte impacto ambiental, pois houve muita exploração de minério (ouro), estão totalmente esquecidos pelas autoridades municipais, os que leva na maioria das vezes as famílias a procurarem assistência à saúde e outros do lado colombiano. Frequentemente há entradas de pessoas estranhas da Colômbia. Essas comunidades não se encontram com condições para proteger a terra indígena nessa área de fronteira com o país vizinho. É preciso atualizar as informações existentes sobre as condições de sustentabilidade das famílias nessas comunidades; equipá-las com meios de transporte e comunicação com outras comunidades, a FOIRN e órgãos governamentais; dar condições para o desenvolvimento de atividades que favoreçam a sua permanência no local.

Atividades:

- Viagens às regiões para atualização de informações.
- Equipar as comunidades com bote, motor e radiofonia para melhorar a comunicação e o transporte para proteção das terras.

5.3. Fortalecimento das comunidades em pontos estratégicos

Após a demarcação das nossas terras, diminuiu muito o número de invasões. Porém, atualmente ainda continuam as invasões de garimpeiros, caçadores de peixes ornamentais, biopirataria, mas todos em escala menor, pois, no decorrer desses anos foram construídos alguns Postos de Fiscalização da Funai. Coletores de peixes ornamentais e piaçava mantêm os homens das comunidades em relação de patronato, com dívidas constantes levando a uma situação de escravidão. Pressionados por essa situação, algumas famílias abandonam o local como única forma de se

livrar disso. É preciso fortalecer essas comunidades com a instalação de radiofonia e meio de transportes (motor e bote).

Atividades:

Na foz do Rio Tea, a comunidade indígena próxima ao posto de fiscalização da FUNAI precisa servir como ponto de apoio para todas as atividades de fiscalização da FOIRN. Precisa ser equipada com sistema de comunicação e transporte (uma radiofonia, um motor e bote).

Na foz do Rio Inambu, está havendo problemas de invasão de “piabeiros” (coletores de peixes ornamentais). A forma de fiscalização nesta região é fortalecendo o Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (CACIR), no transporte.

Foz do Marie: Já existe um Posto de Fiscalização da Funai do outro lado da foz, porém é necessário fortalecer a comunidade de Tapuruquara Mirim colocando uma radiofonia, um motor e um bote para ajudar na proteção e fiscalização.

Já na foz do Rio Curicuriari é necessário colocar uma radiofonia.

Na comunidade de Melo Franco, no alto rio Papuri, na terra indígena do Alto Rio Negro, colocar uma radiofonia e transporte.

Em Querari, no alto Rio Waupés na fronteira entre Brasil e Colômbia, também na Terra Indígena do Alto Rio Negro, colocar uma radiofonia para poder manter a comunicação diária com a sede (Foirn) e com outras organizações, além de transporte.

5.4. Mobilização, Informação, Comunicação e Sinalização

Na época da demarcação destas terras, foram deixados apenas pequenos mapas de plástico, não possuindo uma visibilidade maior pelas próprias pessoas das comunidades, muito menos pelas entidades governamentais que circulam nestas regiões. Novas edições estão para ser lançadas e serão distribuídas para as comunidades, escolas e outras instituições. Além disso, serão elaborados mapas de trabalho para uso durante as expedições.

Atividades:

É necessário que se faça uma mobilização junto às comunidades como: Melo Franco, que fica no rio Papuri; Querari no rio Waupés, fronteira Brasil e Colômbia; Camanaus, no Alto Rio Içana (Fronteira Brasil e Colômbia.) e Alto rio Cuiari, na comunidade de Vista Alegre, para participarem efetivamente das ações de fiscalização e melhoria da sinalização dos limites da terra indígena, especialmente pelo fato de que a maioria faz fronteira com a Colômbia.

A visita a essas comunidades servirá também para que se proceda ao plaqueamento nas principais bocas, pontos de acesso à terra indígena, na fronteira:

- Fronteira/Tiquié
- Melo Franco/Papuri
- Boca do Papuri
- Querari/Uaupés
- Camanaus/Içana
- Cuiari (linha de fronteira)

- Içana: Peuí (ex- garimpo, varadouros), Iauari (varadouros para a Colômbia), alto Aiari, alto Xié, Serra dos Porcos (alto Içana); foz do Ianá (Cuiari).
- Alto Uaupés/Papuri: importante aumentar plaqueamento. Deveria ser de cimento/ferro/alumínio e não de madeira, pq desgasta logo. No rio Papuri seria importante botar plaqueamento defronte Terezita, Monfort, Piracuara (missões colombianas).
- Baixo Uaupés/Tiquié: na foz do Jatuarana (Apaporis), na boca do Traíra, na foz do Castanho e Cachoeira do Machado; existem marcos na linha seca; necessidade de limpeza da linha e placas de cimento armado; garimpeiros colombianos metralharam a placa que existia.
- Rio Negro: placas devem ser grandes, nas bocas dos rios e placas pequenas em todas as comunidades das terras demarcadas.

O plaqueamento será feito pelas equipes de expedições que estiverem visitando a região juntamente com as comunidades.

Elaboração de mapa de trabalho.

Cartazes com campanhas, por exemplo, sobre as ilhas e outros assuntos.

5.5. Apoiar a criação de novas aldeias em pontos estratégicos

Esses pontos estratégicos são regiões bastante distantes que as pessoas usam somente para caça, pesca ou colheitas de frutas nativas uma vez por ano ou de dois em dois anos e muitos deles ficam próximos à fronteira entre Brasil e Colômbia e existem varadouros que cortam estas áreas ou descem nas cabeceiras destes rios. É necessário criar novas aldeias nesses pontos estratégicos, pois são áreas passivas de invasões.

Atividades

Viagens para implantação do povoado e levar equipamentos como motor, bote, radiofonia e ferramentas necessárias para a instalação de um povoado.

Será promovida uma segunda visita a essas localidades para acompanhar o andamento das atividades.

Na criação de novos povoados, a Foirn cuidará para que não haja impacto cultural, social daquele povo que vive na região. E não se tornar o mesmo, como os Missionários fizeram com índios no início do século passado.

Regiões onde serão implantadas novas aldeias:

- Expedição 1
Cachoeira do Machado
Foz do Jatuarana
Foz do Rio Traíra
- Expedição 2
Alto Rio Ira
- Expedição 3
Alto Xié

Boca do Uaupés

- Expedição 4
Rio Marié
- Expedição 5
Alto Uaupés/Papuri
Alto Xié

5.6. Rede Rio Negro

A comunicação entre as comunidades e a FOIRN e entre esta e outros órgãos governamentais e não governamentais é fundamental para a proteção e fiscalização da terra indígena. É necessário criar uma rede ágil e eficiente de transmissão e registro de informações sobre invasões e exploração de recursos naturais.

Atividades

- Melhorar os registros das informações nas regiões.
- Consultoria para criação de banco de dados inicial
- Reunião trimestral de acompanhamento da FOIRN, associações e outros atores governamentais e não-governamentais.

São Gabriel da Cachoeira, 18 de abril de 2003.

Ao Excelentíssimo
Governador do Estado do Amazonas
Senhor Eduardo Braga

Senhor Governador,

Recebemos de nossos advogados em Brasília uma grave e triste notícia relacionada aos direitos territoriais dos povos indígenas do Rio Negro neste Estado motivo que nos faz encaminhar este ofício a Vossa Excelência **SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS DE EXTREMA URGÊNCIA E RELEVÂNCIA.**

Em novembro de 1994, o Governo do Estado do Amazonas impetrou Mandado de Segurança (nº 3.803/STJ) contrário aos despachos nº 36, 37 e 38, do então presidente da FUNAI que reconheceram os limites das Terras Indígenas Médio Rio Negro, Rio Têa e Rio Apaporis, regiões tradicionalmente ocupadas pelas seguintes etnias no Estado do Amazonas: Baré, Baniwa, Tukano, Tuyuka, Tariano, Desano, Kuripaco, Piratapuia, Maku Dow, Maku Yuhupde, Arapaço e Miriti Tapuia. O Estado do Amazonas viu seu mandado de segurança ser denegado pelo Superior Tribunal de Justiça em outubro de 1996.

Em junho de 1997 o Governo do Estado do Amazonas recorreu ao Supremo Tribunal Federal tendo requerido liminar em medida cautelar para suspensão das atividades demarcatórias que foi a princípio concedida mas caiu imediatamente em face de recurso movido pelas próprias comunidades indígenas locais tendo as referidas terras sido demarcadas e homologadas pelo Presidente da República em 14 de abril de 1998, mediante Decretos s/nº publicados no DOU de 15 de abril de 1998.

Não obstante a homologação das referidas terras ter sido concluída, o recurso ordinário interposto pelo Governo do Amazonas continuou seu trâmite no STF tendo o julgamento sido incluído na pauta de julgamento do dia 08 de abril último, Terça-feira da semana passada. Entretanto, a Procuradoria do Estado do Amazonas surpreendentemente requereu, com nove dias de antecedência ao Dia do Índio, a retirada de pauta do recurso para se preparar para sustentação oral no STF, visando supostamente defender recurso interposto pelo Estado frontalmente contrário aos nossos direitos territoriais e culturais.

Estamos profundamente preocupados pois muito nos surpreende que a essas alturas o novo Governo do Estado do Amazonas, com quem estamos trabalhando em inúmeras iniciativas em parceria, inclusive no âmbito da FEPI - Fundação Estadual de Política Indigenista, o governo do estado, nosso parceiro, se propõe a questionar a já concluída e homologada demarcação de nossas terras, pressuposto inafastável para o nosso desenvolvimento sustentável, tão apregoado por este governo.

Diante das graves conseqüências que esse julgamento pode acarretar aos direitos já conquistados dos povos indígenas do Rio Negro e ao nosso histórico anseio por desenvolvermos a nossa região segundo nossos usos, costumes e tradições em harmonia e com o apoio do Governo do nosso Estado do Amazonas vimos perante Vossa Excelência REQUERER AO ESTADO DO AMAZONAS QUE DESISTA EM TEMPO DO Recurso Ordinário nº 22913 no STF, relativo ao Mandado de Segurança nº 3.803/STJ, RECONHECENDO EXPRES-SAMENTE, às vésperas do Dia do Índio, o direito do nosso povo de viver em paz em nossas terras, já garantidas pela União.

Vale lembrar que a próxima seção de julgamento do STF em que este recurso poderá ser colocado em pauta ocorrerá já nesta próxima terça-feira, dia 22 de abril, motivo que enseja extrema urgência para a providência solicitada.

Certos de que Vossa Excelência honrará o compromisso assumido durante a campanha eleitoral de buscar o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas em consonância com os direitos dos povos indígenas neste Estado, despedimo-nos cumprimentando-o.

Atenciosamente,

Orlando Oliveira
Presidente da FOIRN

c.c.: Bonifácio José Baniwa, Presidente da FEPI

Projeto Educação Indígena no Alto Rio Negro

Marta Azevedo/ISA

Introdução

Nas terras indígenas da região do Alto Rio Negro as escolas tiveram início com os missionários salesianos, chegados à região no início do século XX.

Já na década de 1970, além dos internatos/missões foram criadas as escolas de 1ª à 4ª série do ensino fundamental.

Até 1997 as escolas funcionavam com turmas multi-seriadas, os professores eram formados e supervisionados pelas irmãs salesianas em conjunto com o IER/AM (Instituto de Educação Rural do Amazonas). Os professores eram pagos através de um convênio entre a prefeitura e o IER/AM, e a Secretaria de Educação, através deste instituto de educação rural mantinha uma sede na cidade de S.Gabriel.

Em 1998 é aprovada a lei do Sistema Municipal do Ensino, e são criadas as escolas municipais nas terras indígenas, de 1ª à 4ª série, já como escolas indígenas.

De 1997 a 2002 é realizado o programa de formação dos professores indígenas do município de S.Gabriel, promovido pela prefeitura, que formou 180 professores de diversas etnias em nível de magistério.

Em 2002, em 10 escolas municipais foram abertas classes de 5ª e 6ª séries, para atender a grande demanda por continuidade escolas existente, e evitar o enorme contingente de famílias que acabam se deslocando das comunidades para a cidade, para dar oportunidade aos filhos de estudarem.

Atualmente as escolas indígenas não contam com acompanhamento pedagógico nem com materiais didáticos específicos. Para que tenham diplomas de nível superior, os professores indígenas não contam com um programa de formação continuada e estão sendo obrigados a cursar o terceiro grau comum, sem qualquer especificidade.

1. Embasamento legal

A constituição de 1988 faz uma menção sobre os direitos dos povos indígenas de utilizarem suas línguas e processos próprios de aprendizagem nas escolas; posteriormente, em 1991, através de um decreto presidencial, a educação indígena passa a ser atribuição do Ministério da Educação (decreto 26/91). Ainda em 1991 o Mec elabora uma portaria que garante “uma educação básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais” (portaria interministerial – assinada pelo Mec e Ministério da Justiça - art.1º).

Em 1994 o Mec lança o documento “Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena”, através do Comitê de Educação Escolar Indígena. Neste primeiro documento com alcance nacional instituem-se os princípios de uma nova política para a educação escolar indígena. No item 3, ‘Princípios Gerais’, deste documento pode-se ler: “A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural da cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no aces-

so às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não-indígenas”.

Em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante programas educacionais aos povos indígenas que valorizem suas línguas e ciências e garantam seu acesso aos conhecimentos científicos ocidentais. Já em 1999 o Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica, publica uma resolução (nº 3/99) que institui a figura jurídica de escolas e professores indígenas, regulamentando as maneiras pelas quais são criadas as escolas e formados os professores. O Conselho Estadual de Educação Indígena do Amazonas regulamentou através da resolução 11/2001, que fixa normas, princípios e critérios para a criação e regularização das escolas indígenas no estado.

2. Objetivo geral do projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro - ISA / Foirn

Colaborar com o processo de reestruturação da educação escolar indígena na região. O projeto tem como princípio a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região, relacionando-as com os conhecimentos científicos acadêmicos ocidentais e tendo em vista a profissionalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional indígena sustentável.

O projeto executado pela Foirn e ISA teve início em 1999, e implementa algumas experiências piloto de escolas indígenas de ensino fundamental completo e um programa de formação continuada de professores.

3. Linhas de ação do projeto:

- a) Experiências escolares inovadoras e profissionalizantes;
- b) Formação continuada de professores indígenas;
- c) Acompanhamento das políticas públicas;
- d) Intercâmbio de experiências: visitas a outras escolas indígenas no Brasil ou regiões adjacentes.

4. O que foi feito até agora

a) Experiências Escolares inovadoras e profissionalizantes

4.1.1. Escola Indígena Pamáali (Baniwa e Coripaco)

- Construção da escola na região do Igarapé Pamáali;
- Início das aulas com uma primeira turma de 3º ciclo (equivalente à 5ª e 6ª série); aulas em etapas letivas de 2 meses cada uma, com períodos de entre-etapas nas comunidades com tarefas de pesquisa;
- Criação da ACEP (Associação do Conselho da Escola Pamáali);
- Realização de reuniões do Conselho Escolar e assembléias anuais;
- Nova turma de 3º ciclo em setembro de 2001, a escola conta atualmente com 52 alunos;
- Nova turma de 3º ciclo e turma “A” no 4º ciclo em 2003;
- Publicação de um livro de alfabetização em Baniwa e vários fascículos em Baniwa e Português;

4.1.2. Escola Indígena Ütapinopona (Tuyuka)

- Reformulação do currículo e da organização da escola (incluindo as escolas das comunidades participantes);
- Criação de nova turma de 3º ciclo (equivalente à 5ª e 6ª série) do ensino fundamental, a escola hoje conta com 88 alunos (incluindo uma sala de aula Hupdë);
- Realização de reuniões comunitárias e assembléias da escola;

- Criação da Associação da Escola Útapinopona, com participação dos pais, mães e lideranças, para participa das decisões sobre a escola e gerencia os recursos destinados à mesma;
- Publicação de dois livros didáticos e muitos fascículos de leitura em Tuyuka e Português.

4.1.3. Escolas Indígenas Tukano e Wanana

- Em fase inicial de articulação e discussão, as comunidades Tukano do médio curso do rio Tiquié e as comunidades Wanana do alto Uaupés estão criando também suas próprias experiências escolares.

4.2. **Formação continuada de professores indígenas**

- Realização de 7 oficinas de formação com os professores Baniwa e Coripaco dos rios Içana, Aiari e Cuiari;
- Realização de 13 oficinas de formação com os professores Tuyuka do rio Tiquié;
- Realização de 4 oficinas de formação com os professores Tukano do médio Tiquié;
- Realização de 2 oficinas de formação com os professores e lideranças Tariana de Iauareté;
- Realização de 1 oficina de formação com os professores e lideranças Desana, no Papuri (financiada pelo Mec, realizada em parceria com este projeto);
- Realização de 2 oficina de formação com os professores e lideranças Wanano do Uaupés Acima;
- Realização de 1 curso/oficina de Antropologia e Pedagogia com os professores do Distrito de Iauareté (financiado pelo Mec, realizado em parceria com este projeto);

4.3. **Acompanhamento das políticas públicas**

- Participação na estruturação do Conselho Estadual de Educação Indígena do Amazonas;
- Participação nas discussões das duas resoluções estaduais sobre educação escolar indígena do Amazonas;
- Propostas de implementação de escolas de 5ª à 8ª série e do Ensino Médio que sejam profissionalizantes e voltadas para projetos de desenvolvimento sustentável, junto à Gerência de Educação Indígena da SEDUC do Amazonas;
- Participação na estruturação do Conselho Municipal de Educação e participação nas duas reuniões desse Conselho;
- Escolha de um professor da região para membro da Comissão Nacional de Professores Indígenas do MEC (professor Higino Meira);
- Participação em reuniões da Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas da Secretaria de Educação Fundamental do MEC;
- Divulgação das atividades do projeto nas reuniões do MEC e no Congresso Brasileiro pela Qualidade no Ensino de 2001;
- Participação em reuniões do MEC para reformulação (ou re-fundação) da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.
- Participação de reunião com procuradoras da 6ª Câmara do Ministério Público Federal em Brasília para discussão sobre situação da educação escolar indígena no estado do Amazonas, em abril 2003.
- Participação de seminários sobre avaliação das políticas públicas de educação escolar indígena do Ministério da Educação em Brasília, 2002.

4.4. Intercâmbios de experiências: visitas a outras escolas indígenas no Brasil ou regiões adjacentes

- Visita de 2 professores Tuyuka ao Xingu, para conhecerem o projeto de educação indígena dessa região.
- Visita de 2 Tuyuka ao Acre, para conhecerem o projeto de educação e formação de professores e agentes indígenas de manejo agro-florestal da Comissão Pró Índio do Acre.
- Visita de 5 professores Baniwa às escolas Famílias Agrícolas do Amapá, para conhecerem experiências escolares autônomas voltadas para regiões rurais.

5. Metas para o futuro da educação escolar indígena em nas Terras Indígenas da região do rio Negro

- Dar início a um processo de aprimoramento e construção de uma nova política municipal de educação escolar indígena, coordenada por um colegiado com participação de organizações, lideranças e professores indígenas com vistas a:
 - profissionalização dos jovens em áreas temáticas definidas pelas comunidades em consonância com o programa de desenvolvimento regional indígena sustentável;
 - estruturação de um sistema de controle social da execução das políticas públicas de educação escolar indígena;
- Viabilizar um programa de formação continuada dos professores indígenas, com acompanhamento pedagógico nas comunidades.
- Viabilizar um programa de elaboração e publicação de materiais didáticos nas línguas indígenas e em português, em São Gabriel da Cachoeira.
- Regularizar a situação trabalhista dos professores indígenas, com a realização de concurso específico, resguardados os princípios constantes na resolução nº 3 do CNE:
 - os professores devem ser da etnia da comunidade onde está situada a escola;
 - os professores devem falar a língua da comunidade escolar;
 - os professores devem ser indicados pelas comunidades.

**CONTRIBUIÇÃO do PROGRAMA RIO NEGRO
do ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
para uma reestruturação da
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL de SGC
orientada para um Programa Regional de
Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro
(em 13/12/01)**

DIAGNÓSTICO

1. A região do alto e médio Rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, apresenta uma grande diversidade socioambiental que faz parte de uma macro-região com características semelhantes, que se estende pelo território colombiano e venezuelano. É o habitat tradicional, há pelo menos dois mil anos, de 22 etnias nativas: (da família lingüística Tukano) Tukano, Desana, Kubeo, Wana-na, Pira-Tapuia, Tuyuka, Miriti-Tapuia, Arapaço, Karapanã, Bará, Siriano e Makuna; (da família lingüística aruak) Baniwa, Kuripako, Baré, Warekwana, e Tariana; (família lingüística Maku) Hupda, Yuhupda, Dâw e Nadeb; e os Yanomami. A diversidade de ecossistemas da maior bacia hidrográfica de águas pretas do mundo configura um mosaico de recursos naturais que vêm sendo manejados milenarmente por essas populações nativas, através de atividades agrícolas e extrativistas, pesca, caça e coleta.

2. Os especialistas caracterizam as águas deste tipo de rio como extremamente ácidas e pobres em nutrientes. As terras que estes rios drenam são de solos muito empobrecidos e lixiviados (Goulding et al., 1988:27), o que influi na vida dos peixes, os quais, para se sustentar, obtêm a maior parte de sua alimentação de fontes externas, isto é, matéria orgânica oriunda principalmente das margens dos rios (vários tipos de insetos, frutas, flores, folhas e sementes).

Estas condições do ambiente fluvial também influenciam sobre a composição das espécies de peixes. No rio Negro praticamente inexistem certos peixes de grande porte, como o pirarucu e o aruanã. Por outro lado, os rios desta bacia se caracterizam por um grande número de espécies menores, embora o número de indivíduos por espécie seja relativamente pequeno. Segundo os autores do livro “Rio Negro, Vida Rica em Água Pobre”, Goulding, Carvalho e Ferreira, pode-se estimar que neste rio existam mais de 700 espécies de peixes, só eles conseguiram coletar 450 espécies diferentes. Isto faz do Negro o tributário com a maior diversidade de peixes do planeta. Os principais fatores limitantes dos ambientes de águas pretas são:

- os níveis extremamente baixos de nutrientes, fenômeno chamado “oligotrofia”;
- o desgaste provocado pelo intenso regime de cheias e vazantes dos rios;
- a pobre resolução ótica dos rios;
- a baixa produtividade de biomassa animal e vegetal;
- a presença maciça de plantas com componentes tóxicos (Moran, 1991: 364).

3. A bacia do rio Negro apresenta também certa variedade de tipos de vegetação. Os principais tipos são:

- *Floresta de terra firme*: são as florestas que ocupam terras mais altas e não inundáveis. A altura média destas matas da bacia do rio Negro é inferior à de outras áreas da Amazônia.
- *Campina, campinarana* ou *caatinga amazônica*: tipo de floresta baixa, arbustiva, variando entre 6 e 20 metros, que cresce em solos com muita areia branca, inundáveis quando ocorrem as chuvas mais fortes. Esta vegetação é caracterizada por um pequeno número de espécie e alto endemismo (predominância de poucas espécies). As folhas das plantas da caatinga são duras e rijas, o que torna sua decomposição mais lenta. Na forma mais pobre de caatinga, os arbus-

tos são mais baixos (3 a 7 metros) e esparsos, intercalados com vegetação rasteira (gramíneas);

- A vegetação de *igapó* é aquela que passa a maior parte do tempo inundada (de 7 a 10 meses por anos). Estas florestas inundáveis possuem um número menor de espécies, se comparadas com as matas de terra firme, mas são mais diversificadas que as caatingas. Os peixes invadem os igapós na época das enchentes, para engordar e desovar, visto que são as áreas mais ricas em alimentos, isto é, frutas, folhas e outras formas de matéria orgânica provenientes da vegetação e das terras inundadas.
- *Chavascais*: vegetação localizada nas margens dos rios e que permanece inundada durante todo o tempo.
- *Capoeiras*: matas de crescimento secundário, resultantes da regeneração de áreas que, depois de desmatadas e utilizadas -seja para o cultivo de roças ou formação de povoados-, são abandonadas, deixando espaço para o crescimento de capoeiras.

A distribuição, na região do alto rio Negro, das áreas de terra firme cobertas por esses vários subtipos de floresta, das zonas de caatinga, dos igapós e dos chavascais não é homogênea. Por exemplo, enquanto somente 12% da extensão do rio Uaupés é formada por igapós, quase a totalidade (95%) do percurso do rio Tiquié no Brasil é margeada por florestas sazonalmente inundáveis (Chernela, 1986).

4. Esta diversidade de paisagens naturais no alto rio Negro tem uma relação direta com a distribuição e disponibilidade dos recursos naturais importantes para a vida das populações da região (caça, pesca, fibras e palhas para construção e utensílios, terras férteis para a agricultura e assim por diante). As áreas de caatinga amazônica, de igapós, além dos chavascais, são totalmente impróprias para as atividades agrícolas. As primeiras por causa da alta acidez do solo e de sua pobreza em nutrientes que lhes são características; as segundas, devido aos ciclos consecutivos de alagamento e seca que limitam o número de plantas adaptadas a esse tipo de ecossistema (Moran 1990). Assim, por exemplo, a mandioca brava (maniva), que é um planta perfeitamente adaptada às características e limitações ecológicas da região do rio Negro (acidez do solo, com baixos níveis de nutrientes) e ocupa, de acordo com Chernela (1986), aproximadamente 91% das áreas cultivadas pelos índios, não se sustenta em terreno alagado. Por essa razão, os roçados são sempre abertos em terra firme, restringidos aos terrenos altos e, desse modo, longe das zonas de floresta sazonalmente inundadas.

Por outro lado, os igapós, como já falamos, são áreas de reconhecida produtividade pesqueira, sendo preservados para este fim pelos índios. Áreas de igapós são também ricas em cipós e seringa. Já as áreas de caatinga são fontes de palhas, caranã, sororoca etc. matérias-primas para a cobertura de suas casas. Nas zonas de caatinga a caça é extremamente escassa, de acordo com os índios.

Por fim, as capoeiras são o habitat privilegiado de pequenos animais apreciados pelos índios (cutias, cutiuaias), sendo também ricas em plantas medicinais. Quando estão com 20 ou 30 anos, as capoeiras, muitas vezes, são reutilizadas pelos índios para seus roçados. Possuem a vantagem de que exigem menor esforço para serem derrubadas e precisam menos tempo para secar o suficiente para possibilitar sua queima. As áreas de capoeira também são valorizadas porque existem espécies cultivadas que continuam a dar frutos por muitos anos, como a pupunha, buriti, cajú, cucura e outras.

Vê-se assim que as populações indígenas do alto rio Negro exploram um vasto território de modo a encontrar os recursos alimentares, tecnológicos e medicinais imprescindíveis para sua sobrevivência física e social. Dentre estes recursos, pode-se mencionar as folhas de palmeiras para a cobertura das casas, madeira ou casca de árvore para as paredes das casas, tucum e tucumã para cestaria, cordas e fios, venenos de pesca e de caça, etc.

Estas limitações e potencialidades dos ecossistemas do alto rio Negro orientam e determinam, de maneira evidente, os padrões de assentamento, a densidade populacional, bem como a procura de produtos alimentícios e as modalidades de relacionamento e intercâmbio econômico entre os diversos povos dessa região. Em outras palavras, as populações indígenas devem recorrer a "estratégias de diversificação" (Moran, 1990), de modo a melhor explorar os recursos naturais distribuídos em seu território. Essas várias estratégias empregadas pelas populações indígenas foram desenvolvidas ao longo dos séculos de ocupação e experiência nesta região, e tem lhes possibilitado lidar com a pobreza geral de seu ecossistema, sem degradá-lo e empobrecê-lo, assegurando o equilíbrio ecológico no alto rio Negro.

5. A região do noroeste amazônico brasileiro abrange os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Japurá. A cidade de São Gabriel é o principal centro urbano regional. Alguns povoados indígenas, sobretudo Iauareté e Cucuí, também possuem algumas características urbanas, especialmente devido à presença de militares e, na primeira, de missionários, além de concentrarem uma população indígena consideravelmente maior que a média dos povoados da região.

Embora o contato e o comércio entre os povos tradicionais desta região com os brancos, que vem ocorrendo há mais de dois séculos, tenha forçado a ida de muitos índios para fora da área (levados para trabalho compulsório no baixo rio Negro ou nas cidades de Manaus e Belém) e levado pessoas de outras origens a se estabelecerem aí, a população indígena se mantém hegemônica nesta região, constituindo pelo menos 90% do total. A presença de nordestinos, paraenses e pessoas de outras partes do Brasil e do estado do Amazonas se concentra nos poucos centros urbanos regionais.

A partir de uma compilação de dados de várias fontes (que formam o *Banco de Dados das Comunidades do Alto e Médio Rio Negro* do Instituto Socioambiental, de 1996), é possível dizer que no alto e médio rio Negro existem atualmente **750** povoações, desde pequenos sítios habitados por apenas um casal até grandes povoados com quase mil pessoas. O total da população desta região (incluindo a totalidade dos municípios de S. Gabriel e Sta. Isabel e apenas uma pequena parte de Barcelos e Japurá) é de cerca de **35.000** habitantes. Estima-se que o contingente não indígena seja inferior aos 10% do total. Grande parte da população mora fora das áreas urbanas, distribuindo-se pelos povoados espalhados pelos rios da região.

6. As cinco terras indígenas contíguas da região (ALTO RIO NEGRO, MÉDIO RIO NEGRO I, MÉDIO RIO NEGRO II, RIO TÉA e RIO APAPÓRIS), já reconhecidas oficialmente, demarcadas e homologadas (1998), somam cerca de 106.000 Km². A estas se somam ainda a TI Uneuixi, parte da TI Yanomami, o Parque Nacional do Pico da Neblina e a Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos. Ainda há várias comunidades indígenas que vivem em terras cuja ocupação tradicional lhes confere direitos assegurados pela Constituição Federal em vigor, embora não tenham sido reconhecidas e demarcadas, como é o caso daquelas da margem esquerda do Rio Negro (Marabitanas/Cué-Cué), Balaio e outras mais próximas aos centros urbanos de S. Gabriel, Santa Isabel e Barcelos. Este conjunto de áreas (à exceção da Reserva Biológica, estadual) configura a maior concentração de terras da União protegidas por legislação especial da Amazônia brasileira. Boa parte desta região, pela sua relevância para a conservação da biodiversidade do país, está indicada pelo Ministério do Meio Ambiente para formar um dos "corredores ecológicos". Esta pendente a formulação detalhada e a implantação de um Plano de Proteção e Fiscalização das chamadas áreas protegidas de caráter interinstitucional, incluindo um plano de manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina que enfrente de forma inovadora a superposição com terras indígenas.

7. A maioria indígena da região vive da agricultura de subsistência e da pesca, além da comercialização ou troca de pequenos excedentes de produtos primários, de bens manufaturados e de pro-

duto extrativistas de origem vegetal e mineral. Vale ressaltar que a região em foco já fio alvo de um ciclo de produção extrativista, baseada na exploração extorsiva de mão-de-obra indígena, voltada para o mercado, atualmente decadente e inexpressiva. O mercado regional incipiente é formado por um conjunto de consumidores assalariados de instituições federais e municipais que recebem recursos públicos, cujas demandas são atendidas basicamente com a importação de gêneros de primeira necessidade e bens industrializados de Manaus e do sul do país. A tendência é de aumento gradativo do mercado consumidor com este perfil, uma vez que a região é considerada pelo governo federal como estratégica do ponto de vista geopolítico.

8. Há uma demanda crescente da parte das comunidades indígenas organizadas em 48 associações filiadas à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), por oportunidade de capacitação técnica e pelo desenvolvimento de experiências piloto de um manejo de recursos naturais que venham a aprimorar formas tradicionais ou mesmo introduzir novidades sustentáveis, numa perspectiva de etnodesenvolvimento.

9. Boa parte do subsolo da região em foco está requerida junto ao DNPM por empresas de mineração interessadas na pesquisa e lavra de vários minerais. Uma vez que a maior parte deste subsolo está localizada em terras indígenas e a regulamentação do dispositivo constitucional que trata da matéria ainda está em tramitação no Congresso Nacional, a efetividade destes interesses não será imediata, mas deve ser considerada em qualquer cenário futuro para a região.

10. O vasto conhecimento indígena sobre a região e seus recursos naturais não está sistematizado e disponível para compor um diálogo intercultural sobre alternativas para o futuro da região. Assim como o conhecimento científico sobre a região é incipiente e disperso, em grande parte disponível apenas em línguas estrangeiras.

11. A região em foco tem sido apontada freqüentemente por órgãos ambientais como apropriada para acolher um pólo de ecoturismo. Algumas comunidades indígenas têm manifestado interesse nesta atividade. Recentemente os municípios de S. Gabriel e S. Isabel ingressaram no Proecotur. Embora as condições de telecomunicação tenham melhorado nos últimos anos, permanece a falta de infraestrutura e, sobretudo, de um programa estratégico de ecoturismo apropriado às peculiaridades socioambientais da região e que seja economicamente viável e compensador para os diferentes atores interessados.

RECOMENDAÇÕES

1. Converter e adaptar a escola (currículo, processo de seleção e manutenção dos alunos, infra-estrutura física e de ensino e pesquisa aplicada, seleção e capacitação de professores, política de parcerias) para formar e reciclar técnicos de nível médio orientados ao perfil socioambiental da região do noroeste da Amazônia brasileira, com interface privilegiada com outras unidades da Amazônia, especialmente com a EAF de Manaus, incluindo regiões circunvizinhas da Colômbia e Venezuela.
2. Implantação de um Centro de Documentação e Informação (hemeroteca, videoteca, sistema de informações geográficas, biblioteca e unidades de acesso à internet e ao SIVAM) especializado nos assuntos amazônicos, com ênfase na região do noroeste da Amazônia brasileira como parte da região Amazônica trinacional.
3. Eixos temáticos prioritários:

- Manejo Sustentável de Recursos Naturais Renováveis

Manejo Agroflorestal

Exemplos: formar um jardim botânico com uma seleção de plantas úteis da região, especificamente as frutíferas, plantas de fibras e madeiras; implantação dentro da escola de uma área demonstrativa de sistemas agroflorestais; reintroduzir os cultivos de variedades locais de milho, carás, taiobas que estão se perdendo. Implantar área demonstrativa da imensa variedade de mandioca brava, um verdadeiro tesouro de agrobiodiversidade, que tem sido manejado pelos índios da região.

Piscicultura

Com espécies nativas nas comunidades indígenas interessadas; implantação de um laboratório básico de reprodução de peixes e viveiros para a produção de alevinos compatíveis com o projeto ISA/FOIRN/associações indígenas já em andamento no alto Tiquié, Uaupés e Içana.

Criação de pequenos animais exóticos

Galinhas rústicas, patos, suínos e outros, desde que seja garantida a assistência técnica continuada nas comunidades.

- Direitos Coletivos e Difusos referentes aos índios, ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e arqueológico;
- Tecnologias apropriadas de baixo impacto para a produção e o processamento familiar ou comunitário de bens primários para a subsistência e/ou para o mercado.

4. Eixos temáticos complementares

Ecoturismo

Metodologia para diagnósticos rápidos sobre a viabilidade de projetos-piloto, estabelecimento de normas e roteiros, avaliação de impacto socioambiental.

Mineração

Pesquisa e análise de amostras; levantamentos básicos de impactos; implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas.

5. Implantar laboratórios para análises básicas de amostras de solo, de água e outros materiais de interesse para os projetos aplicados;
6. Consolidar uma política estratégica de parcerias apropriadas, através de convênios específicos e da institucionalização de órgãos consultivos e deliberativos da escola, com a efetiva participação de representantes dos povos e organizações indígenas, outras instituições técnicas com presença na região e da própria comunidade docente da escola.

<fim>

ROÇAS INDÍGENAS NO RIO NEGRO SÃO FOCO DE ALTA AGROBIODIVERSIDADE*

Laure Empeaire, Etnobotânica, IRD/ISA

Pesquisa comparativa identifica como agricultores indígenas conservam e criam variedades da mandioca.

Os resultados de uma pesquisa recente (IRD/ISA-CNPq: “Manejo dos Recursos Biológicos na Amazônia: a Diversidade Varietal da Mandioca e sua Integração nos Sistemas de Produção”, 1998/2000), apontam a região do Alto Rio Negro como um pólo de alta agrobiodiversidade. Foram registradas 89, 74 e 60 variedades, respectivamente, junto a 12 agricultores indígenas Tukano ou Desana, seis Baniwa e nove Baré. Em cada uma das roças, o número de variedades de mandioca levantadas foi de 15 a mais de 25. Nas outras regiões pesquisadas na Amazônia brasileira, embora a diversidade se mantenha alta como um todo (com 41 variedades na região de Altamira ou 16 no Alto Juruá), se reduz singularmente a nível individual, com menos de quatro variedades cultivadas por agricultor. As explicações para esses contrastes só podem ser encontradas com uma análise global dos sistemas que produzem ou utilizam esses recursos fito-genéticos.

A agrobiodiversidade ficou em parte esquecida nos inventários da biodiversidade da região amazônica. Mas o “rolo compressor da civilização”, os paradigmas de uma agricultura “moderna” e as pressões do mercado, ameaçam a diversidade de plantas tradicionalmente cultivadas e os sistemas agrícolas que lhes deram origem, como o fogo a floresta.

Os pesquisadores do projeto IRD/ISA compararam a diversidade das variedades de mandioca, principal cultivo e base da alimentação na Amazônia, entre populações indígenas, caboclas, de colonos e de seringueiros - no Rio Negro, no Médio Amazonas, na Amazônia oriental e no Acre - com a finalidade de caracterizá-la, de entender suas funções, as práticas agrícolas e representações a ela associada e os processos evolutivos em curso.

FUNDAMENTOS DA DIVERSIDADE

Nas roças indígenas do Alto Rio Negro, a quase totalidade da superfície é ocupada por mandioca brava. Tons de folhagem e diferentes estágios de crescimento dos pés revelam um sistema complexo. A mulher indígena é a mestre de obra dessa construção. Uma vez desmatada e queimada a área de floresta ou de capoeiras velhas pelos homens, o trabalho da roça torna-se feminino, desde a escolha das variedades de mandioca ou das outras espécies cultivadas até o preparo dos alimentos. As mulheres indígenas são as principais detentoras do saber ligado aos diferentes cultígenos.

Mas quais são os fundamentos de uma tal diversidade? Primeiro, há que se considerar os processos de seleção e experimentação de variedades, realizados durante inúmeras gerações, maximizando a *diversificação das características* - agronômicas, utilitárias, ou morfológicas - das variedades. É o fundamento do processo local de seleção. Essa diversificação, que talvez encontre sua expressão máxima na região do Alto Rio Negro, dá origem a um amplo leque de variedades que confere aos sistemas agrícolas uma certa estabilidade em termos de adaptações às condições ecológicas locais, de calendário de colheita (pelas diferenças de tempo de maturação e de conservação na terra) e de resistência às pragas. É, portanto, um importante fator de segurança alimentar.

* Publicado em Povos Indígenas no Brasil 1996-2000 (ISA, 2001 pp. 261-262)

As variedades diferem também pelos seus teores em amido, água, fibras, etc. A combinação dessas características permite preparar um amplo leque de alimentos (farinhas, beijús, mingaus, caxiris, condimentos, etc.) de uso cotidiano ou festivo. Porém, não existe uma relação direta entre o uso de uma certa variedade e um produto: é um conjunto de variedades de caracteres semelhantes ou complementares, que permite elaborar um certo produto.

Percebe-se, então, que o elemento central de manejo não é apenas a variedade, mas a diversidade em si, enquadrando-se assim numa lógica oposta à agricultura moderna que privilegia a homogeneidade e a produtividade do cultivo.

Mas a conservação de uma tal diversidade não responde apenas a fatores utilitários. É um bem coletivo inserido num referencial cultural comum que se expressa, por exemplo, através dos mitos de origem da agricultura ou das plantas cultivadas. Tem um valor patrimonial e sua circulação responde a regras coletivas. Sistemas de trocas entre as 22 etnias indígenas da região do Alto Rio Negro e formadores ocorrem num raio de centenas de quilômetros incluindo comunidades na Colômbia e na Venezuela.

Apesar de ser menos visível, há outro elemento que enriquece constantemente a diversidade de mandiocas: a fonte de diversidade encontra-se na multiplicação sexuada das mandiocas. Esse cultivo é principalmente reproduzido por estacas. Assim, o patrimônio genético de uma variedade será transmitido identicamente às gerações de plantas seguintes. Ora, como qualquer outro vegetal, a mandioca produz também sementes que, pela recombinação genética que ela implica, darão origem a novas variedades. Esse fenômeno, embora não controlado, é perfeitamente conhecido por agricultores indígenas e caboclos da Amazônia e aproveitado como fonte de diversidade. Os novos pés nascidos de sementes serão testados, rejeitados ou multiplicados, dessa vez por estacas. Serão incorporados ao estoque de variedades dos agricultores e entrarão em circulação nas mencionadas redes de intercâmbio.

Esta relação entre diversidade e inovação – note-se que os fundamentos dos processos de seleção de novas variedades assemelham-se aos processos dos melhoradores modernos -, não é compartilhada por todos os agricultores da Amazônia. Por exemplo, nas regiões de colonização, os “indivíduos” provenientes de sementes são arrancados ou ignorados, por interferirem com uma diversidade varietal definida de forma mais rígida.

FRAGILIDADE E RECONHECIMENTO

Atualmente, a elevada diversidade repousa em dinâmicas internas, independentes das intervenções exteriores. Não obstante, as modificações geradas por uma pressão cada vez maior para a comercialização dos derivados de mandioca, uma crescente migração da população rural para os pólos urbanos e a perda dos saberes associados tornam mais frágeis essas formas de manejo.

A alta agrobiodiversidade identificada nas populações tradicionais, como entre os povos indígenas do Alto Rio Negro, não caracteriza um estado de referência absoluto. Reflete uma história, pré e pós-colonial, constituída de migrações, de contatos interétnicos e de pressões econômicas. Porém, o elemento que foi conservado, e cuja conservação deve ser incentivada, é a capacidade de adaptação, através de práticas agrícolas e das representações associadas à diversidade, a novos contextos. Manter uma alta diversidade não significa ficar marginalizado em relação às exigências do mercado. As duas dimensões são compatíveis, principalmente se o papel dessas populações, de conservar e criar novas variedades, for reconhecido e integrado nas políticas de conservação de recursos genéticos, em condições jurídicas que assegurem seus direitos sobre o material biológico. (*setembro, 2000*)

Diante do interesse levantado pela conservação da biodiversidade silvestre, as ações referentes à preservação da agrobiodiversidade permanecem tímidas. No entanto, o amplo leque de recursos vegetais selecionados e mantidos por agricultores (como acontece com a mandioca, na Amazônia) vem sendo ameaçado por diversos fatores. A rápida difusão do modelo de uma agricultura produtivista e especializada, a homogeneização dos hábitos alimentares, a extensão de uma agricultura periurbana e o crescente envolvimento das populações tradicionais na economia de mercado vêm levando à redução das variedades ou das espécies cultivadas.

Laure Emperaire

Institut de Recherche pour le Développement (França) e Instituto Socioambiental (pesquisadora associada)

A AGROBIODIVERSIDADE

O exemplo da

Os programas atuais de conservação de recursos fitogenéticos estão baseados principalmente em ações de conservação *ex situ*, ou seja, fora do local onde foi coletada a planta. No Brasil, as coleções de germoplasma reúnem atualmente em torno de 200 mil amostras, os chamados ‘acessos’, de acordo com o Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, do Ministério do Meio Ambiente (1998). Desse total, apenas 24% são de espécies nativas. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), através de suas 40 unidades de pesquisa, conservação e melhoramento, é a principal instituição responsável pelas coleções.

A conservação *ex situ* responde, em parte, às necessidades de manter uma ampla base genética para fins de melhoramento, mas limita a percepção da planta em sua dimensão biológica singular, ao passo que os recursos domesticados ou cultivados resultam, em essência, de interações entre as características biológicas das espécies, as condições ecológicas e os conhecimentos, representações e práticas agrícolas de diversos grupos humanos. Espécies e variedades cultivadas foram paulatinamente selecionadas e conservadas por agricultores, que transmitiram os saberes e as práticas sobre essas plantas por gerações.

A diversidade dos recursos cultivados, por sua adequação às condições locais, é também fator de segurança alimentar para as populações tradicionais. A implantação de políticas de preservação desses recursos fitogenéticos, em nível local e nacional, passa necessariamente por um melhor conhecimento do manejo tradicional da agrobiodiversidade e do seu papel nos sistemas de produção.

Por ser amplamente cultivada por diversas populações – indígenas, mestiças, de colonos – e por ser representada por grande número de variedades, a mandioca (*Manihot esculenta*), planta da família das euforbiáceas (figura 1), constitui um bom modelo de análise dessas inter-relações entre sociedades, recursos fitogenéticos e condições ecológicas.



IVERSIDADE EM RISCO

s mandiocas na Amazônia



Figura 1. A mandioca é amplamente cultivada na Amazônia, tanto por colonos vindos de outras regiões quanto por populações indígenas

Essa análise é um dos resultados do projeto ‘Manejo dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração nos sistemas de produção’, desenvolvido pela autora e por Florence Pinton, Geraldo Andrello, Gilda Santos Mühlen, Lúcia Van Velthem e Sylvain Desmoulières. O projeto foi desenvolvido entre 1998 e 2000 através de um convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD, da França).

A VARIEDADE: UMA NOÇÃO MAL COMPARTILHADA

A noção em que se baseia o manejo local da agrobiodiversidade é a ‘variedade’, unidade nomeada e reconhecida pelo agricultor. A variedade é o alvo de suas práticas agrícolas e de suas opções de seleção de material biológico. No entanto, essa noção não é um referencial universal, idêntico em qualquer região: é uma noção local, ou seja, seus contornos va-

riam de acordo com cada grupo cultural e, às vezes, com os indivíduos que o compõem.

Uma variedade é constituída por um conjunto de indivíduos que apresenta características suficientemente semelhantes – e suficientemente diferentes daquelas observadas em outros conjuntos – para ser reconhecido como um grupo à parte e identificado por um nome exclusivo. O nome é um atributo essencial da variedade, principalmente nas populações tradicionais, pois dá sentido ao objeto e permite a sua inserção em um universo de referências culturais.

A noção de variedade pode, no entanto, encobrir diversos níveis de homogeneidade biológica. Para a dona de casa da cidade, podem existir apenas duas variedades de mandioca, a ‘brava’ e a ‘mansa’, enquanto o agricultor da região do rio Negro pode reconhecer no seu roçado dezenas de variedades dessa planta. Em uma escala mais no que o agricultor chama de uma variedade, clones variados, mas em geral de aparência muito semelhante (o que leva o agricultor a agrupá-los em apenas um tipo).

A DIVERSIDADE DA MANDIOCA NA AMAZÔNIA

Os trabalhos sobre a diversidade das mandiocas são poucos em relação à elevada diversidade étnica e territorial das populações que cultivam a *M. esculenta*. As fontes das informações para a elaboração do mapa da amplitude da diversidade de variedades de mandioca (figura 2) foram principalmente trabalhos etnológicos de cunho geral. Apesar das diferenças de metodologia (escalas de trabalho, grau de profundidade na coleta de dados) entre os diversos autores e da justaposição no mesmo plano de diferentes situações de contato e de inserção no mercado, essas fontes permitem traçar um panorama geral da diversidade do principal cultivo da Amazônia brasileira.

Em primeiro lugar, o mapa revela o grande número de variedades em grupos de origens culturais diversas: ameríndios, mestiços ou colonos. Essa diversidade pode ser relacionada ao principal modo de propagação da mandioca (por estacas), pois isso possibilita que variedades de maior interesse – as que têm melhor adaptação ecológica, qualidades agrônômicas particulares (precocidade, conservação, produtividade etc.) ou vantagens de uso (teor de fécula, fibras, água e açúcares, cor da polpa etc.) – sejam mantidas através de gerações de agricultores.

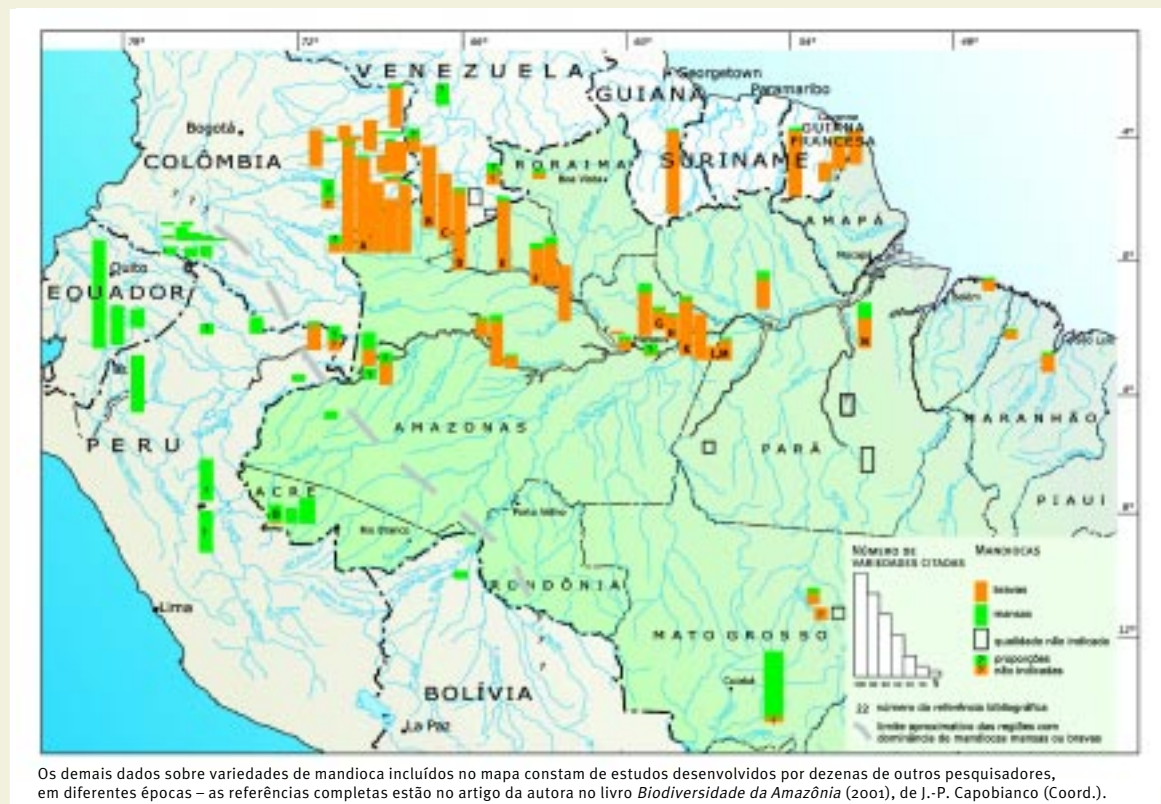
O mapa revela também uma distribuição diferenciada das duas grandes categorias de mandiocas:

bravas e mansas. A diferença entre as mandiocas mansas e bravas está no teor de glucosídeos cianogênicos, que levam à liberação de ácido cianídrico. Tais glucosídeos existem em todas as variedades de mandioca, mas seu teor varia de 20 a 30 partes por milhão (ppm) até 500 ppm do peso dos tubérculos. Quando esse teor é inferior a 100 ppm, a variedade é considerada ‘mansa’ e pode ser consumida simplesmente cozida. As variedades com teor acima de 100 ppm são ditas amargas, ou ‘bravas’, e precisam passar por um complexo processo de detoxificação antes do consumo.

O grupo das variedades amargas está situado principalmente na Amazônia central e do norte, enquanto as mansas dominam desde o sudoeste até a base da cordilheira dos Andes. Existem sobreposições na distribuição de mandiocas bravas e mansas. Parecem resultar de processos limitados de contato e de intercâmbio de variedades ao longo da história desse cultivo. Esse tipo de distribuição, bem como indícios de natureza lingüística e genética, apontam para a provável existência de mais de um foco de diversificação das mandiocas.

O terceiro elemento que se observa no mapa é a presença de focos de alta diversidade, como na região do alto rio Negro, o que permite supor a existência de fatores diferenciados de manejo das variedades. Esses fatores foram analisados durante uma pesquisa comparativa realizada em diversos

Figura 2.
Diversidade de variedades de mandioca na Amazônia brasileira e em regiões vizinhas



Região/Rio	Origem das populações	Informantes citados (total)	Variedades cultivadas por informante	Média de var. e máximo	Mínimo bravas (%)	Variedades mansas (%)	Variedades
Amazônia do noroeste							
A Uaupés	Tukano	12	89	19	7/48	88 (98,9%)	1 (1,1%)
B Içana	Baniwa	6	74	26	18/39	74 (100%)	0
C Alto r. Negro	Baré	9	60	21	10/37	60 (100%)	0
D Alto r. Negro	Diversa, do alto r. Negro	7	69	16	11/26	67 (97,1%)	2 (2,9%)
E Médio r. Negro	Diversa, do alto r. Negro	5	66	33	28/44	61 (92,4%)	5 (7,6%)
F Baixo r. Negro	Cabocla	6	38	9	5/19	33 (86,8%)	5 (13,2%)
Amazônia central (norte de Manaus)							
G Manápoles	Mestiça e de várias regiões do país	7	22	4	2/5	18 (81,8%)	4 (18,2%)
H Preto da Eva	Cabocla	6	26	5	3/8	24 (92,3%)	2 (7,7%)
Amazônia central (Solimões)							
I Médio Solimões (Tefé)	Cabocla	9	37	8	4/15	29 (78,4%)	8 (21,6%)
J Médio Solimões (Uarini)	Cabocla	6	15	4	3/5	13 (86,7%)	2 (13,3%)
Amazônia central (Amazonas)							
K Maués-açu	Cabocla	15	51	7	3/11	49 (96,1%)	2 (3,9%)
L Maraú (N. Esperança)	Sateré-Mawé	16	13	3	1/5	13 (100%)	0
M araú (N. Aldeia)	Sateré-Mawé	7	19	8	7/14	18 (95%)	1 (5%)
Amazônia oriental							
N Xingu	Colonos de várias regiões do país	26	41	4	1/8	27 (65,9%)	14 (34,1%)
Amazônia do sudoeste							
O Juruá	Seringueiros e desc. de nordestinos	29	16	2,5	1/6	1 (6,3%)	15 (93,8%)

pontos da Amazônia brasileira, desde as terras indígenas do alto rio Negro até as frentes de colonização da Amazônia oriental. Os resultados (figura 3) mostram grande heterogeneidade de situações quanto ao número de variedades cultivadas por agricultor, que varia de duas ou três até mais de 30.

AS FONTES DA DIVERSIDADE

Contextos socioculturais, pressões econômicas e processos ecológicos influenciam com intensidade variável o manejo da diversidade da mandioca, dependendo das regiões. A área indígena do alto rio Negro apresenta alta diversidade étnica: nessa região convivem 21 etnias, pertencentes a três famílias lingüísticas. O grau de inserção no mercado é pequeno, limitando-se à venda de farinha em São Gabriel da Cachoeira (AM) ou em povoados locais (figura 4). A elevada diversidade de variedades da região está ligada principalmente a dois fatores: as redes de intercâmbio e a importância dada às novas variedades oriundas de sementes.

Os intercâmbios são, em termos quantitativos, a primeira fonte de diversidade. No caso das etnias com línguas da subfamília Tukano oriental, as normas de constituição das linhagens são baseadas na exogamia lingüística, na virilocalidade e na patrilinearidade. Em outros termos, uma mulher (Desana, por exemplo) casará com um homem da mesma subfamília (Tukano oriental), mas falante de outra língua (Wanána, por exemplo), residirá na aldeia do marido e seus filhos serão da etnia do marido.

Na ocasião da primeira roça, a mulher receberá de sua sogra um estoque de estacas de diversas variedades de mandioca. Embora a mulher seja a principal detentora do saber sobre as plantas cultivadas, resulta dessas normas sociais que as variedades permanecem em teoria ligadas ao local de residência do marido. Esse primeiro acervo de variedades será ampliado ou remanejado através de outros intercâmbios mais informais, como, por exemplo, durante viagens para a aldeia natal da mulher ou de visitas a parentes e aliados.

No caso dos Baniwa (da família lingüística Aruák) ou dos Baré (também Aruák, mas que hoje falam Nheengatú ou português), as normas de casamento baseiam-se em uma exogamia não mais lingüística, mas de clã para os primeiros e interaldeias para os segundos. O esquema geral dos intercâmbios, no entanto, permanece idêntico. As freqüentes trocas de variedades, que ocorrem em um raio de centenas de quilômetros, desde Colômbia e Venezuela até Manaus (AM), e o grande interesse despertado por novas variedades fazem com que estas possam se difundir de modo muito rápido em um extenso território. ▶



Figura 3. Número e tipo de variedades de mandioca (e origem das populações de agricultores) nas diferentes áreas de estudo (indicadas no mapa da página 30)

Figura 4. Os agricultores de áreas mais remotas têm pouca participação no mercado regional da mandioca



Figura 5. A demanda dos consumidores, seja em mercados tradicionais ou através de farinhas industrializadas, vem reduzindo o número de variedades de mandioca cultivadas

A situação é diferente nas outras regiões estudadas. As redes de intercâmbio são mais restritas, muitas vezes limitando-se à vizinhança. Com freqüência, o motivo dos intercâmbios não é tanto a procura de variedades com novas qualidades, mas a necessidade de conseguir estacas de mandioca para plantar a próxima roça. A agricultura de queima e pousio ('descanso' temporário da terra, sem qualquer cultivo) é em geral baseada na existência

de duas ou três roças em diferentes estágios: 'verde', 'madura' e 'velha'. Os três estágios se complementam, assegurando a estabilidade do sistema agrícola e uma conseqüente segurança alimentar. Em regiões de maior contato e intercâmbios com a cidade, porém, essa complementaridade se torna difícil de realizar, devido à falta de terras e de mão-de-obra, às pressões econômicas maiores e a outros fatores, o que leva à freqüente perda das estacas. Na região do rio Negro, embora isso possa acontecer, a perda de estacas parece ocorrer raramente, indicando, apesar da fraca fertilidade dos solos, uma maior estabilidade dos sistemas agrícolas.

O mercado também influi, de duas maneiras, sobre a diversidade. Por um lado, impõe uma padronização dos produtos vendidos (diversas farinhas, tapioca e outros) mais rígida que no caso do autoconsumo, levando os agricultores a descartar variedades que não correspondem à demanda. No entanto, em função da diversidade dos produtos comercializados (farinha d'água, farinha seca, tapioca, goma, tucupi, macaxeira), o mercado também contribui para manter a diversidade em um certo patamar (figura 5).

Outro fator determinante que atua sobre a diversidade é de ordem biológica. Embora seja multiplicada principalmente por via vegetativa (estacas), a grande maioria das variedades de mandioca não perdeu a capacidade de se multiplicar de forma sexuada, gerando sementes e com isso levando a um aumento da diversidade genética (figura 6). As sementes geradas são naturalmente dispersas

e incorporadas ao banco de sementes do solo pelo trabalho da terra ou por insetos e pequenos animais.

Durante o tempo de pousio, essas sementes permanecem em estado de dor-

mência. Mas na hora da abertura de uma nova roça, o fogo ou a modificação brutal das condições do solo e do clima quebram a dormência dessas sementes, que então germinam. Os agricultores de todas as regiões estudadas conhecem esse fenômeno, mas o tratamento dado a essas novas plantas varia de uma região para outra.

Entre as populações do médio e alto rio Negro, os novos morfotipos são considerados uma fonte de diversidade. Por não terem a filiação claramente identificada, como as mandiocas multiplicadas por estacas, esses pés recebem o nome de 'sem pai' ou 'de semente'. Depois de certo prazo (seis meses a um ano), tais mandiocas são avaliadas e, se julgadas interessantes, são multiplicadas por estacas. Em caso contrário, são descartadas. Ao passar a integrar o estoque de variedades cultivadas, elas recebem um nome próprio ou, com mais freqüência, o nome de uma variedade semelhante, e entram nas redes de intercâmbio já descritas. Uma variedade é, assim, constituída de clones diferentes, mas de características morfológicas similares, como outros estudos (liderados por C. A. Colombo e M. Elias) já mostraram.

Nos outros grupos estudados, esse processo de experimentação é menos freqüente. Em Altamira (PA) ou no alto Juruá (AC), por exemplo, os novos tipos surgidos de sementes são descartados porque interferem com a diversidade preestabelecida (baseada em poucas variedades). No médio Amazonas, entre os Sateré-Mawé, grupo indígena do tronco Tupi, o tratamento dado a essas mandiocas de semente já é outro: por serem provenientes de velhas capoeiras, são consideradas uma fonte de recuperação de antigas variedades perdidas.

Essa análise mostra situações extremamente variadas no que tange à percepção e ao manejo das mandiocas. Assim, em uma região como a do rio Negro, a alta diversidade está ligada a pressões de seleção que visam diversificar as características das variedades, a um processo de experimentação contínuo e à ampla circulação das variedades. Nas outras regiões, a seleção é orientada mais para a obtenção de variedades adaptadas ao mercado ou às condições ecológicas locais, e a circulação das variedades é restrita. Enquanto o primeiro processo de manejo é dinâmico e visa maximizar a diversidade, o segundo é estático e tem como objetivo a especialização das variedades às condições locais.

A EVOLUÇÃO DA DIVERSIDADE

Os estudos revelaram que a diversidade das variedades de mandiocas, em toda a bacia amazônica, permanece elevada, mas permitiram constatar, por

Figura 6. Embora seja em geral reproduzida por estacas, a mandioca não perdeu a capacidade de reprodução sexuada, que gera novas variedades



outro modo, que as condições que levaram à criação e à conservação dessa diversidade estão se modificando drasticamente. Já há indícios de erosão genética (figura 7).

Essa evolução da diversidade tem muitas causas, mas algumas delas podem ser apontadas como as principais:

- a) A desestruturação dos intercâmbios sociais tradicionais. Passa-se de um manejo social das variedades a um sistema individualizado, no qual as trocas se baseiam na necessidade de obter material de propagação. A dimensão coletiva do patrimônio se perde e a noção de bem comum se atomiza.
- b) A evolução dos hábitos alimentares privilegia certas variedades. É crescente a difusão de variedades de tipo macaxeira em áreas de mandiocas bravas. As variedades de uso específico, ligadas a hábitos alimentares tradicionais, encontram-se em situação vulnerável.
- c) A crescente comercialização da farinha de mandioca. As variedades amarelas e as de alta produtividade são em geral privilegiadas.
- d) As introduções recentes. A estrutura da diversidade varietal, resultado de numerosos intercâmbios entre e dentro dos grupos étnicos locais, continua a se alterar com a intervenção de novos atores. Em suas ações, as instituições de extensão rural tendem a introduzir novas variedades com base em seu valor produtivo e privilegiam modelos de produção baseados em poucas variedades.
- e) As modificações globais dos sistemas de produção. A concentração de uma parte das populações tradicionais em áreas urbanas conduz a uma pressão crescente sobre as terras cultiváveis. Os tempos de pousio são reduzidos, o que impede a restauração adequada da fertilidade dos solos e com isso orienta os critérios de seleção das variedades para as mais adaptadas aos baixos níveis de fertilidade, em detrimento de outras características.
- f) A perda da percepção da diversidade como recurso acompanha o empobrecimento dos saberes, práticas e modos de transmissão desses conhecimentos.
- g) O interesse pela fonte de diversidade representada pelas mandiocas oriundas de sementes se perde com a expansão de modelos de agricultura nos quais os fenômenos biológicos espontâneos são mais controlados do que aproveitados. Essa percepção do espontâneo no manejo dos recursos biológicos aplica-se também ao manejo das capoeiras, que perdem suas funções produtivas nos sistemas ditos modernos.

A erosão genética observada na mandioca também atinge outros cultivos. As alterações das condições de produção afetam não só a principal cultu-



Figura 7. Alguns indícios indicam a redução do número de variedades cultivadas, o que implica erosão genética

ra, mas o conjunto das plantas cultivadas. Um dos grupos de plantas mais afetados na região do rio Negro, por exemplo, é o dos carás, batatas-doces e outros tubérculos, muitas vezes associados à mandioca nos sistemas tradicionais. O uso crescente de capoeiras de curto ciclo e de baixa fertilidade não permite mais o desenvolvimento adequado dessas plantas, levando a seu abandono.

PARCEIROS PARA A CONSERVAÇÃO

Essa breve lista de fatores evolutivos da diversidade de variedades de mandioca mostra que a conservação dos recursos fitogenéticos está associada ao funcionamento global, cultural e material da sociedade que os criou. Para as sociedades tradicionais, indígenas ou não, a diversidade é uma riqueza coletiva. Os recursos fitogenéticos e os conhecimentos associados têm um valor de identidade cultural. Reduzir a diversidade a apenas uma dimensão – a de produção agrícola – torna-a mais frágil.

A alta diversidade observada nas populações tradicionais não constitui um referencial absoluto, estático. Reflete uma história, pré e pós-colonial, constituída de migrações, de contatos interétnicos e de pressões econômicas. No entanto, o elemento que foi conservado, e cuja conservação deve ser incentivada, é a capacidade de adaptação, por meio de práticas agrícolas e das representações associadas à diversidade, a novos contextos. Manter uma alta diversidade não significa marginalização em relação às exigências do mercado. As duas dimensões são compatíveis, principalmente se o papel dessas populações, não só como conservadores, mas sobretudo como melhoradores de variedades, for reconhecido e retribuído (financeiramente ou sob outras formas). O objetivo é integrar as populações locais como parceiras nas ações de conservação dos recursos fitogenéticos. ■

Sugestões para leitura

- CALBAZAR, A. & RICARDO, B. Povos indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira, São Paulo/ São Gabriel da Cachoeira, ISA/ FOIRN, 1998.
- COLOMBO, C. A.; CHARRIER, A. & SECOND, G. 'Diversity within American cassava germ plasm based on RAPD markers', in *Genetics and Molecular Biology*, v. 23(1), p. 189, 2000.
- EMPERAIRE, L. 'Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira', in Capobianco, J.-P. (coord.), *Biodiversidade da Amazônia*, São Paulo, Estação Liberdade-ISA, 2001.
- EMPERAIRE, L.; PINTON, F. & SECOND, G. 'Dinámica y manejo de la diversidad de las variedades de yuca del noroccidente amazónico (Brasil)', in *Etnoecológica* (México), v. 5(7), p. 38, 2001.
- RIBEIRO, B. G. *Os Índios das águas pretas*, São Paulo, Edusp/ Companhia das Letras, 1995.

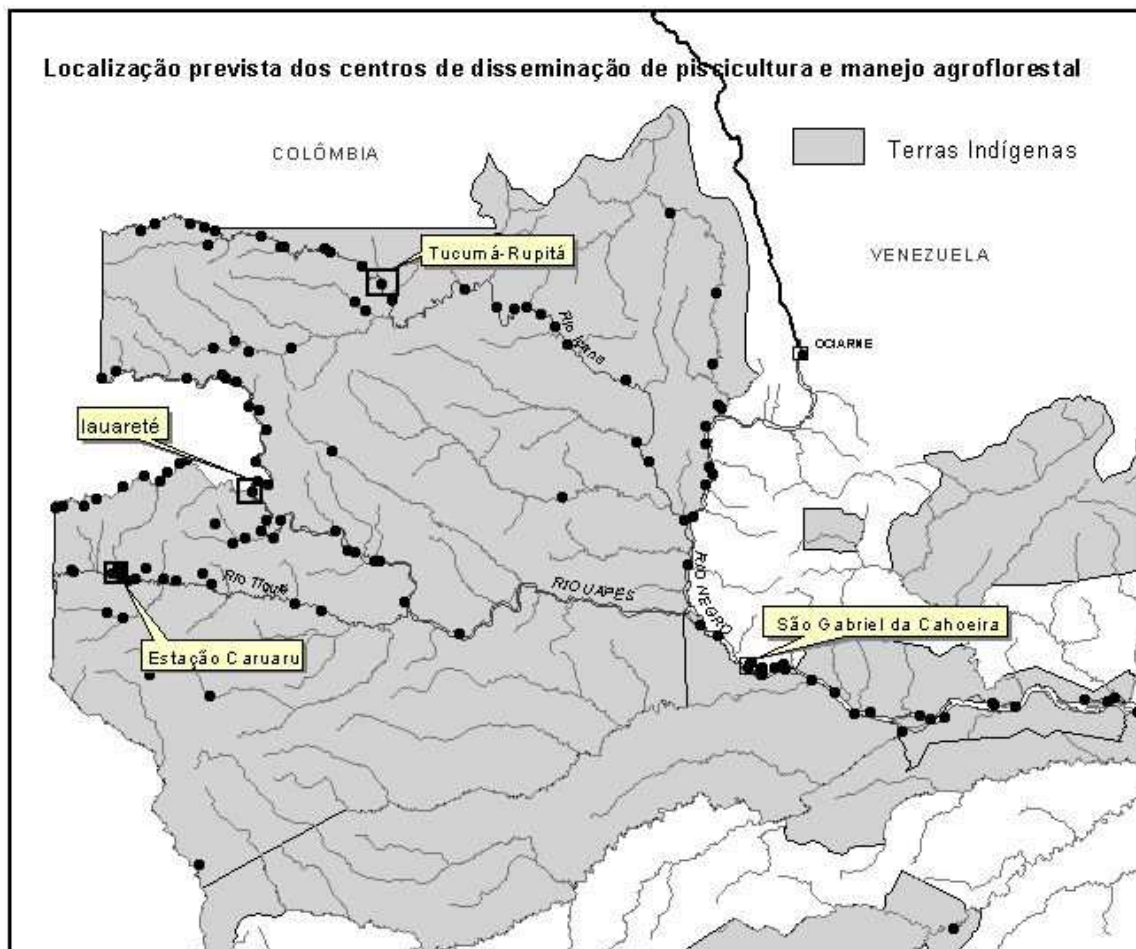
PISCICULTURA & MANEJO AGROFLORESTAL ASSOCIADO

Mauro Lopes, engenheiro de pesca do ISA

O projeto pioneiro Manejo Sustentável de Recursos Naturais nas Terras Indígenas do Alto Rio Negro também faz parte de um conjunto de projetos a caminho de um PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO. Trata-se do desenvolvimento e multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados em parceria direta com associações de base filiadas à FOIRN. Visa aumentar a segurança alimentar de comunidades indígenas situadas em áreas críticas por meio da implantação de experiências piloto em piscicultura e manejo agroflorestal nos altos rios Tiquié, Uaupés, Içana e no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das contrapartes locais. As atividades envolvem assessores contratados pelo ISA e as lideranças indígenas que compõem as diretorias da FOIRN e associações, além de interfaces com as atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento.

Localização

O mapa abaixo apresenta a localização das bases locais a partir de onde a equipe do Programa Rio Negro vem desenvolvendo suas atividades no contexto regional.



Nessas localidades – Caruru, Iauareté, Tucumã-Rupitá e São Gabriel da Cachoeira (sede municipal da região) – os diversos projetos do programa se cruzam e as organizações indígenas que aí se localizam são aquelas com as quais o ISA mantém interação permanente. São elas: FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; ATRIART, Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; COIDI, Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté; e, OIBI, Organização Indígena da Bacia do Içana.

Contexto

Contrário à crença popular, nem todos os rios da Bacia Amazônica são ricos em peixes. O Noroeste Amazônico, bacia do Alto Rio Negro, apesar de sua grande biodiversidade e endemismo, tem uma quantidade de peixes limitada, devido o tipo de solo predominante dessa região ser muito antigo, arenoso, extremamente ácido e portanto pobre em nutrientes.

Essas terras arenosas dão origem a um tipo de vegetação denominada campinarana ou caatinga do Rio Negro. Os rios que recebem águas desses ecossistemas são conhecidos como “rios de água preta” e têm suas águas igualmente ácidas e pobres em nutrientes (pH < = 5,0, alcalinidade e dureza totais < = 1 ppm). Além disso também apresentam águas com temperaturas elevadas e baixos teores de oxigênio dissolvido.

Todos esses fatores resultam em rios com poucos peixes que ao longo da história foram chamados pelos primeiros exploradores de “rios da fome”. Mesmo assim, embora os recursos pesqueiros nunca tenham sido muito abundantes, a população indígena sabia viver desses rios e dessas terras. Porém, nos últimos tempos o pescado tem se tornado cada vez mais escasso de maneira alarmante.

Essa atual escassez de peixes é um fenômeno mais grave em algumas sub-regiões do Alto Rio Negro, devido a vários fatores, entre eles a concentração das comunidades em certos lugares próximos aos centros missionários e/ou onde existem solos pouco melhores para a agricultura, a introdução de técnicas de pesca não tradicionais - como as redes malhadeiras - a inexistência de lagos, a presença marcante de grandes cachoeiras nesses locais.

Desse modo, a produtividade pesqueira vem diminuindo apesar do bom estado de conservação da floresta, em cujos rios a pesca é principalmente de subsistência, demonstrando o alto grau de sensibilidade dos ecossistemas aquáticos locais em relação a impactos por menores que sejam.

Histórico

As primeiras iniciativas particulares de realização de piscicultura na Terra Indígena Alto Rio Negro datam desde o final dos anos oitenta, utilizando-se de espécies autóctones de acarás e exóticas de tilápias, que eram trazidas do território colombiano. Porém, a total falta de assistência técnica e logística necessárias ao desenvolvimento da atividade na região fez com que essas iniciativas fracassassem, estagnando seu processo de desenvolvimento.

A partir de 1998, uma parceria entre a FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e o ISA – Instituto Socioambiental, em articulação com associações de comunidades locais, passou a apoiar o desenvolvimento da piscicultura familiar e comunitária na região.

Durante o processo de demarcação das terras indígenas na região (1997/1998), através de uma pesquisa de opinião junto a mais de duzentas comunidades indígenas, foram indicadas três áreas críticas do Município de São Gabriel da Cachoeira, onde os recursos pesqueiros encontravam-se mais escassos.

Essas regiões são o Alto Tiquié, no Distrito de Pari Cachoeira, o Alto Uaupés, no Distrito de Iauareté e o Alto/Médio Içana, no Distrito de Tunuí. Um projeto foi elaborado com o objetivo geral de garantir a segurança alimentar das famílias indígenas destas áreas críticas.

Um dos principais objetivos específicos iniciais do projeto tem sido instalar, em cada uma das áreas acima, um centro de piscicultura para produzir alevinos de espécies de peixes autóctones, com a finalidade de desenvolver um modelo pioneiro de piscicultura, adaptado à situação especial do Alto Rio Negro, efetuando ao mesmo tempo o treinamento do povo em relação às técnicas de produção e de gestão da atividade.

A primeira base de piscicultura, a Estação Caruru no Alto Tiquié, foi inaugurada em outubro de 1999. Naquela época o principal desafio era a realização dos primeiros experimentos efetivos com a reprodução e engorda de espécies de peixes autóctones em cativeiro. Nessa região a piscicultura familiar já está praticamente consolidada e ao alcance de toda população, estando o projeto em fase contínua de expansão. A partir do ano de 2003 foi aprovado um projeto de piscicultura complementar junto ao PDPI – Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas, cujos recursos têm sido inteiramente geridos pela associação indígena local.

A segunda base de piscicultura, a Estação Iauareté, no Alto Rio Uaupés, também já está em funcionamento, tendo sido oficialmente inaugurada em outubro de 2002.

A construção da terceira base, a Estação Escola Indígena Baniwa-Coripaco, próxima à comunidade de Tucumã Rupilã, no alto Rio Içana, já se iniciou, estando prevista sua inauguração entre os meses de novembro e dezembro de 2003; seu funcionamento estará diretamente ligado à linha de ação Educação e Cultura do Programa Regional (PRDIS-RN), através da integração das atividades junto ao currículo da EIBC.

Metodologia

As estações de piscicultura em desenvolvimento atualmente têm a difícil missão de serem, ao mesmo tempo, centros de experimentação, de formação e capacitação de técnicos indígenas e de produção de alevinos, para que a piscicultura possa ser desenvolvida pelas famílias destas regiões. O projeto é pioneiro e inovador, no sentido em que ele não se rendeu à solução “fácil” de importar espécies alóctones e/ou exóticas, cujas técnicas de reprodução e engorda já foram aperfeiçoadas em outras áreas.

Dessa forma o projeto vem, ao longo desses anos, enfrentando o desafio de estar experimentando técnicas de reprodução e criação de espécies nativas ainda não estudadas, além de estar testando os recursos disponíveis localmente para a engorda dos peixes em viveiros, de maneira a construir uma alternativa economicamente auto-sustentável para os índios da região.

Com a finalidade de se evitar gasto de tempo e energia, reduzindo custos com pesquisas básicas ao mínimo, em função da ausência de trabalhos técnicos na área de piscicultura e mesmo ictiologia básica dos peixes da região, busca-se valorizar ao máximo os conhecimentos tradicionais de cada local.

Nesse sentido os povos indígenas, que moram nesses locais há centenas de anos, sabem perfeitamente o que, quais, quando, como e onde os peixes se alimentam, migram e se reproduzem. Portanto, as tecnologias vão se tornando viavelmente mais adaptadas à realidade social, econômica e cultural.

Assim, as espécies de peixes atualmente utilizadas variam conforme a comunidade de peixes dos diferentes ecossistemas onde as bases de piscicultura estão localizadas, sendo basicamente espécies onívoras das famílias Anostomidae, Characidae, Ciclidae e Pimelodidae, que apesar do pequeno porte possuem extrema aceitação de sua carne pela população local.

Com relação às técnicas de propagação de peixes, o projeto vem acumulando experiências na utilização e desenvolvimento das seguintes: desova natural em viveiros, para as espécies da família Ciclidae; indução à ovulação e /ou desova em laboratório ou tanques-redes, com tratamento hormonal, para as espécies das famílias Anostomidae e Pimelodidae e fecundação artificial em local e horário de desova no rio, para as espécies das famílias Anostomidae, Characidae e Pimelodidae.

O Projeto também realizou com sucesso um ensaio de repovoamento do Alto Rio Tiquié, entre Caruru-Cahoeira (6 m de queda brusca) e Cachoeira Comprida, utilizando um excesso de produção de cerca de 20.000 pós-larvas de Aracu-riscado (*Leporinus agassizi*), espécie, segundo os indígenas, há muito extinta no referido trecho.

Referente aos sistemas de produção de alevinos, estes variam conforme a situação, destacando-se o sistema extensivo em viveiros-barragens de terra no Alto Tiquié; extensivo, semi-intensivo e intensivo em viveiros-barragens, viveiros-berçários e tanques de lauretê.

Com relação aos sistemas de cultivo na fase de engorda, a idéia original do Projeto era a de integrá-lo exclusivamente à produção de frutíferas de igapó, com potencial para alimentar os peixes. Porém diversos fatores, tais como: tempo necessário para as plantas iniciarem a produção de frutas, diferentes ciclos de produção, baixos teores de proteínas e a presença massiva de pragas em certos locais, fizeram com que a equipe técnica buscasse outras fontes alternativas de alimentos a mais curto prazo, como por exemplo a utilização de folhas de mandioca e outras plantas, desenvolvendo técnicas específicas de captura ativa ou passiva de insetos através de armadilhas, como forma de integrar a piscicultura ao controle de pragas com formigas cortadeiras e cupins entre outros, o que ainda vem sendo experimentalmente aprimorado.

Resultados e comentários

Citamos a seguir partes de um resumo executivo referente ao relatório feito recentemente por uma equipe de três avaliadores externos que foram convidados para visitar os locais acima mencionados com a finalidade de avaliar a situação atual do projeto. Esta equipe foi composta por três técnicos especialistas sendo: Dr. José Augusto Senhorini (biólogo – CEPTA/IBAMA), Dr. Johannes van Leeuwen (agrônomo – INPA) e Dr. Gilberto Azanha (antropólogo – CTI):

O projeto *Manejo Sustentável dos Recursos Naturais na Região do Rio Negro* se constitui, no que diz respeito à implantação da piscicultura, em uma experiência única no contexto dos povos indígenas na Amazônia brasileira. Em uma região ecologicamente pouco favorável, conseguiu-se implantar uma piscicultura com tecnologias inovadoras e adaptadas, associada ao manejo agroflorestal.

Os objetivos do projeto são pertinentes pois focaram com equilíbrio a questão da segurança alimentar em uma região relativamente pobre na oferta de proteína animal e em solos propícios a agricultura. Contudo, grande parte dos problemas enfrentados ao longo da execução do projeto deveu-se ao prazo pouco realista (apenas três anos) e a insuficiência de técnicos para a sua implantação e acompanhamento (apenas um agrônomo e um engenheiro de pesca), considerando a complexidade das situações e a logística necessária à região, o alto Rio Negro.

De uma maneira geral, os resultados conseguidos até o presente pela equipe do ISA-FOIRN são excepcionais e os meios utilizados são relativamente eficientes para o contexto. Mas a avaliação também constatou algumas fraquezas - muitas delas diagnosticadas pelos próprios técnicos do ISA - e cuja resolução no médio prazo deverão ser enfrentadas para consolidar as metas do projeto.

A continuidade do Projeto está bem equacionada pelo ISA e pela FOIRN – em que pese as dificuldades para tanto. O Projeto de piscicultura é *parte* de um programa maior cuja meta global é o desenvolvimento regional *sustentável e dimensionado pela perspectiva* dos povos indígenas do Rio Negro. A estratégia para a sua implantação implica em influenciar as políticas públicas para a região – e a preparação, motivação e competência da equipe do ISA para atingir tal meta é inegável. Além disso, os dirigentes da FOIRN têm plena consciência da importância do projeto para o avanço da discussão sobre o programa de desenvolvimento regional – e sua força política na Cabeça de Cachorro é cada vez mais acentuada. Neste quadro, o projeto ganha uma dimensão política inequívoca, pois é o que está acontecendo

de concreto, com resultados factíveis e visíveis, para dimensionar o que seria o “desenvolvimento *sustentável*” (ecológica, social e economicamente) para o Rio Negro – contrapondo-se assim às alternativas predatórias, em curso ou programadas, para a região”.

Sabemos entretanto que a piscicultura não é o remédio para todos os males, pois ela ainda não pode se integrar com outras atividades zootécnicas, hoje completamente extensivas na região. Além disso, existem muitas dificuldades relacionadas à ampliação da área alagada nos locais onde o Projeto está em curso, tanto devido uma total indisponibilidade de máquinas e também em relação à própria topografia e qualidade de solos, ou seja, nem todos os lugares são adequados à prática de piscicultura, além do que somente é possível a construção manual de pequenos viveiros-barragens de terra, com áreas variando entre 100 e 3.000 m², que hoje somam-se em cerca de 50 unidades funcionais na área de abrangência do Projeto, havendo uma forte pressão de todas as comunidades das Ts.l.s do Rio Negro no sentido de se viabilizar uma rápida expansão da atividade.

O aumento do número de viveiros de piscicultura nos três locais de base tem sido um processo dinâmico contínuo, cujo investimento social, que é alto, reforça a tese de que os resultados estão surtindo o efeito desejado à população. Por outro lado, as dificuldades relacionadas à construção e manutenção dessas unidades tem aumentado a consciência do povo com relação às causas da atual escassez de peixes, devendo, a curto e médio prazos, levar as comunidades do Rio Negro a tomarem medidas para coibir os abusos e a desenvolverem novas formas de manejar os seus recursos pesqueiros.

Nesse sentido, a integração da piscicultura com projetos de manejo comunitário da pesca, com a criação de outros animais (exceto bovinocultura) também é uma necessidade urgente. Ademais a presença de um mercado clandestino de peixes ornamentais, oriundos de capturas sem quaisquer ordenações, constitui uma ameaça aos ecossistemas aquáticos locais.

Os “piabeiros” freqüentemente invadem a área de maneira indireta, trocando um precioso material genético por quinquilharias com os indígenas. Há por parte desses “piabeiros” um especial interesse em relação às espécies dos gêneros *Corydoras* e *Potamotrygon*. Outros ornamentais de interesse potencial também ocorrem na região, tais como ciclídeos dos gêneros *Apistograma*, *Mesonauta* e *Heros*, entre outros que, embora não estejam nas relações de espécies exportadas, possuem presença marcante em aquários de São Paulo e Rio de Janeiro. Todas essas espécies, apesar de endêmicas, possuem, conforme informações dos indígenas, biomassas extremamente baixas, fazendo-nos concluir que esses recursos são extremamente suscetíveis a uma dizimação total, caso não sejam tomadas as providências cabíveis.

Também como séria ameaça a esses frágeis ecossistemas, podemos destacar a introdução, transferência, utilização e expansão indiscriminadas e ilegal de espécies de peixes exóticas ou alóctones, tais como a Tilápia, o Tambaqui e o Pirarucu em pisciculturas comerciais de fazendeiros da cidade de São Gabriel da Cachoeira. A nosso modo de entender essas espécies são incompatíveis com a filosofia do Projeto em curso e embora tenham um certo apelo econômico, visam apenas o fortalecimento e enriquecimento fácil e a curto prazo de uma pequena elite colonizadora, sendo portanto culturalmente e ecologicamente inviáveis, além do que extremamente injustos do ponto de vista social para um município cuja população indígena passa de 95 %.

Conclusão e perspectivas

Referente às fraquezas do Projeto frente às grandes demandas da região em relação ao desenvolvimento da atividade de piscicultura: pesquisa, capacitação de agentes locais, produção e expansão, que foram apontadas pela equipe de avaliação, estas são de ordem estrutural e política.

Essa tarefa de atender tais demandas em prazo tão curto, em três frentes diferentes e muito distantes é sobremaneira dificultada, devido ao atual pequeno porte das estações, à reduzida equipe de assessores do ISA e uma enorme carência de políticas públicas determinadas a promo-

ver o desenvolvimento regional realmente sustentável do ponto de vista social, ecológico e econômico.

Providencialmente, a partir do ano de 2004, o Projeto passará para uma segunda fase, na qual estarão previstos: aumento da equipe de assessores do ISA, mais recursos para uma expansão da atividade, levando seus benefícios a uma parcela maior da população indígena do alto Rio Negro, através do aumento do número de viveiros de piscicultura familiares, bem como do aumento da infra-estrutura das estações de piscicultura já construídas, prevendo inclusive a implementação um projeto na própria cidade de São Gabriel da Cachoeira, cuja demanda por pescados é imensamente menor do que a oferta local.

Entretanto, mesmo assim, as equipes do ISA/Programa Rio Negro e FOIRN apresentam que haverá muitas dificuldades, principalmente em relação à carência de pesquisas básicas sobre a piscicultura das espécies autóctones, à presença na região do alto Rio Negro de projetos de piscicultura concorrentes, com o incremento de espécies exóticas e incompatíveis, para atender a outros segmentos de beneficiários e em prejuízo da capacitação mais eficiente de agentes indígenas locais. Essa situação agrava-se em função: (a) da presença em S. Gabriel de uma Escola Agrotécnica Federal (EAF-SGC) com currículo e infra-estrutura extremamente inadequados à realidade local, bem como à sustentabilidade econômica das estações de piscicultura; (b) devido sua enorme distância em relação aos mercados consumidores. Converter a EAF de SGC num parceiro desse projeto seria benéfico para a estratégia do Programa Regional, o que implicaria em modificações importantes nas prioridades curriculares, na infra-estrutura e na capacitação técnica do seu corpo docente. O CEPTA do Ibama certamente teria uma contribuição importante nesse processo.

<fim>

SECRETARIA Balcão da Cidadania Indígena no Rio Negro III – Realização da FOIRN com Apoio da Especial de Direitos Humanos / Presidência da República

Objetivo Geral: Apoiar a ampliação do exercício da cidadania das comunidades indígenas do Rio Negro, através da realização de campanhas de documentação básica, de assessoria técnico-jurídica à FOIRN e às associações indígenas filiadas, e do II Curso de capacitação de Agentes indígenas da cidadania. Avaliar as condições do exercício da cidadania indígena na região e apontar possíveis ações para a sua melhoria.

Objetivos Específicos:

1. Realizar campanhas de documentação básica para beneficiar as comunidades indígenas habitantes das Terras Indígenas: Alto e Médio Rio Negro I e II e Rio Téa e Município de Santa Isabel.
2. Realizar o II Curso de Capacitação de Agentes Indígenas de Cidadania, com a participação de representantes indígenas indicados pelas organizações de base e pela FOIRN, e com a perspectiva de formação, a longo prazo, de advogados indígenas comprometidos com a FOIRN e suas associações de base.
3. Prestar assessoria jurídica permanente à FOIRN em suas diferentes atividades e nos diferentes ramos do Direito (cível, trabalhista, comercial, penal, administrativo).
4. Prestar assessoria às associações indígenas visando a regularização formal das existentes e a eventual criação de novas associações e informações e orientação jurídica gratuita como forma de garantir os direitos individuais e coletivos para ampliação do exercício da cidadania e dos direitos humanos.
5. Levantar os principais fatores de impedimento do exercício da cidadania indígena na região.
6. Apresentar proposta para as autoridades competentes apoiarem o exercício da cidadania indígena na região.
7. Desenvolver procedimentos que possam servir de exemplos para facilitar o acesso dos indígenas aos órgãos públicos e demais setores competentes para obterem sua documentação sem sofrerem discriminação ou precisarem de auxílio.

Justificativa da Proposta

Ao longo dos últimos anos o poder público vem reconhecendo e demarcando as terras indígenas da região do médio e alto Rio Negro, e as comunidades indígenas vêm buscando os meios necessários para garantir sua proteção, bem como para melhorar a sua qualidade de vida e manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. O trabalho desenvolvido pela FOIRN e pelas associações de base tem sido fundamental para discutir novas políticas públicas e para consolidar os direitos indígenas, razão pela qual o presente projeto pretende continuar a estender seus benefícios às instâncias representativas do movimento indígena, que são as associações, além das pessoas indígenas individualmente.

Porém, ainda há grandes dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas em consequência do processo histórico do país que, depois da Constituição de 1988, não consolidou políticas públicas adequadas para garantir a proteção de seus direitos, além de surgir novas demandas nas relações entre os indígenas, o Estado e demais segmentos da sociedade brasileira. A dificuldade de acesso aos órgãos da administração pública tem sido um fator limitante nesse sentido. É o que ocorre com grande parte das comunidades a serem contempladas por esse projeto que precisam fazer uma viagem com duração média de uma semana para chegar a um centro urbano por meio de barcos com motor centro de 18 hp (pequena embarcação). Além de ser uma viagem de longa duração, as comunidades indígenas não dispõem de recursos suficientes para custeá-las. Desta

forma, limita-se o exercício da cidadania indígena e até mesmo dos direitos comuns a todos os cidadãos brasileiros, como ocorre nos inúmeros casos de indígenas que não se aposentam por não possuírem os documentos pessoais necessários.

No município de São Gabriel da Cachoeira, estima-se que mais de cinco mil indígenas, que preenchem os requisitos para se alistarem na Justiça Eleitoral, ainda não possuem o título de eleitor. Além de não disporem de recursos para providenciar a documentação básica, os indígenas enfrentam dificuldades ao se dirigir aos setores competentes por não se expressarem habitualmente em português e mais ainda por não terem conhecimento dos seus direitos reconhecidos pelo Estado para o exercício da cidadania.

Outro problema, típico do interior da região Amazônica, é que nem sempre se encontra advogados em São Gabriel da Cachoeira, sejam vinculados aos órgãos públicos ou com escritórios próprios. Esta particularidade muitas vezes limita o exercício da cidadania, eis que não raro necessita-se da presença de um advogado para viabilizar o exercício de um direito individual.

Ao final do ano de duas experiências, através do convênio com o Ministério da Justiça, toda essa situação foi também comprovada pelos resultados colhidos pelo Projeto da Cidadania Indígena no Rio Negro – Balcão de Direitos. Mostrou que o trabalho para ser efetivo, deve ser duradouro. Os dados da campanha de fornecimento de documentação básica, nos dois convênios, alcançaram os resultados esperados – foram atendidas 4.193 pessoas, entre 19 etnias (sendo as etnias Baniwa, Tukano e Baré as mais atendidas), num total de 6.009 documentos expedidos entre, Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e Realização de Casamentos Civil. Porém, a defasagem ainda é grande e faz-se necessária à implementação de campanhas constantes que consolidem uma tendência de reversão desta situação de exclusão, inclusive na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Além disto, apenas uma pequena região foi atendida, faltando ainda atender-se regiões mais distantes em outras calhas de rios – são cinco calhas de rios de grande extensão, a dias de viagem a barco.

Em 2001, o curso de direitos indígena realizado no final do projeto apenas iniciou um processo de conscientização e instrumentalização do direito brasileiro e dos direitos específicos dos povos indígenas. Também serviu para discutir questões de direitos ligadas à realidade dos povos da região, o que resultou num documento com 76 recomendações a diferentes órgãos do poder público, que reflete com clareza as situações críticas de desrespeito aos direitos dos povos indígenas na região. No ano de 2002, foi realizado, na fase conclusiva do convênio, o I Curso de Capacitação de Agentes indígenas de Cidadania, durante os dias 04 a 08 de fevereiro de 2003. A idéia norteadora para a elaboração do curso era a de repassar aos futuros agentes as noções básicas sobre os direitos coletivos e individuais garantidos pela legislação brasileira.

Objetivando a melhor aplicação e entendimento dos assuntos a serem explanados, foi elaborada uma apostila (Cartilha do I Curso de Capacitação dos Agentes Indígenas da Cidadania) contendo de forma clara e direta todos os assuntos ministrados e uma coletânea básica de legislação indígena e relacionada. Autoridades nos assuntos foram convidadas visando um enriquecimento no aprendizado.

Desta maneira, a finalidade foi a de capacitar representantes de todas as regiões que estão sob a jurisdição da FOIRN, em noções básicas sobre os direitos garantidos na Constituição Federal, sejam individuais ou coletivos, demais legislações, o funcionamento do Estado Brasileiro, dentre outros assuntos discutidos. Essas pessoas denominadas AGENTES INDÍGENAS DE CIDADANIA, passarão a servir de referência em suas comunidades, associações e repassando o aprendizado adquirido no curso.

Como desdobramento dos cursos realizados em 2002 e 2003, o novo projeto pretende dar continuidade ao curso de capacitação de agentes indígenas da cidadania em direito e cidadania. Os povos indígenas da região do Rio Negro têm longa tradição em organização, e são altamente politizados, tendo um papel importante na definição de políticas públicas locais. A concepção do curso de capacitação de agentes indígenas da cidadania em direito e cidadania é justamente esclarecer aos representantes indígenas mais engajados os principais entraves ao pleno exercício da cidadania, indicando caminhos e atitudes possíveis junto ao Poder Público local, com o objetivo de através deles, disseminar e capilarizar essa consciência em níveis mais profundos.

Esse tipo de atividade possibilita, da mesma forma, obter-se um panorama bastante preciso e atual, por parte dessas lideranças indígenas, a respeito da situação burocrática local e dos principais “pontos de estrangulamento” do exercício dos direitos pelos povos indígenas.

Além disso, é importante internalizar também neste próximo curso a necessidade de ser iniciado um processo gradual de formação de quadros de profissionais indígenas para o Direito, que possam trabalhar como advogados para as organizações indígenas no futuro, com comprometimento e qualidade. Somente assim os povos indígenas do Rio Negro poderão se qualificar profissionalmente e assumir a assessoria jurídica de suas próprias organizações, escapando da carência profissional verificada na região.

Dos trabalhos do projeto ainda resultou um documento de avaliação e recomendações a respeito das dificuldades impostas aos povos indígenas da região no exercício de seus direitos e de sua cidadania. Foi um relatório que avaliou principalmente a atuação dos agentes do poder público em São Gabriel da Cachoeira e o resultado de suas condutas frente às diversas dificuldades e entraves encontrados pelos indígenas no exercício de direitos da cidadania. Espera-se, com a realização da oficina de capacitação de lideranças indígenas em direito e cidadania, estabelecer um entendimento mais profundo a respeito dessas circunstâncias e das possibilidades de contorná-las.

Em nível coletivo, a novidade que se pretende ver implementada é um mecanismo de atendimento a demandas de regularização formal de associações indígenas filiadas a FOIRN. A estruturação do movimento indígena no Rio Negro deu-se principalmente através do poder de organização dos povos indígenas em associações civis sem fins lucrativos. Utilizando-se desse formato institucional como instância de diálogo dos povos indígenas com a sociedade não indígenas, esses povos foram capazes de se estabelecer, ao longo dos anos, como atores sociais fundamentais no contexto social e político da região.

Considerando a importância da existência das associações indígenas para a viabilização, do ponto de vista formal, de projetos de interesse das comunidades indígenas e para o estabelecimento de políticas internas de captação de recursos para suas atividades, pretende-se estabelecer uma assessoria técnico-jurídica capaz de atender às demandas por regularização dessas associações, muitas delas carentes até mesmo de registro em cartório. Neste aspecto será dada ênfase à regularização das associações indígenas à luz das novidades trazidas pelo Código Civil aprovado este ano.

Aproveitando o ensejo, esse novo componente do projeto serviria também como catalisador de novas iniciativas de organizações indígenas ainda latentes na região.

Além da demanda por regularização formal das associações indígenas, atualmente a FOIRN vive uma carência grande por uma assessoria jurídica permanente e continuada. Devido à crescente

complexidade de temas com que a FOIRN vem lidando, bem como aos inúmeros convênios e parcerias que estabelece com diferentes órgãos, a FOIRN necessita urgentemente da assessoria de um advogado qualificado, que possa trabalhar diretamente junto à Diretoria da FOIRN, atendendo a demandas de natureza cível, comercial, trabalhista, previdenciária, penal ou administrativa. É uma atividade essencial para que os trabalhos da FOIRN sejam conduzidos com segurança jurídica, evitando tentativas individuais isoladas de locupletamento ilícito às custas da FOIRN.

Assim, espera-se, através do presente Projeto e sua continuidade, que as comunidades indígenas venham receber orientações sobre seus direitos, fortalecendo seus instrumentos de luta tanto em nível individual como através de suas organizações representativas.

Descrição da Proposta

Objetivo específico	Atividades	Data	Metodologia
1.	1.1 Realizar campanhas de documentação básica para beneficiar as comunidades indígenas habitantes das Terra Indígena : Alto e Médio Rio Negro I e II e Rio Téa e Município de Santa Isabel.		Na primeira etapa do Projeto serão realizadas reuniões preparatórias junto com as autoridades competentes para organizar as campanhas de documentação, especialmente para resolver questões logísticas e definição dos funcionários responsáveis pela emissão dos documentos. Será realizada uma campanha introdutória na sede do município, durando 03 dias, tendo com o objetivo atender aos indígenas da cidade, que também têm dificuldades na obtenção de documentos e na assistência jurídica. Será realizada uma viagem para cada região com duração média de 20 dias cada uma, visto que as comunidades a serem contempladas se situam distantes da sede do município. As viagens serão realizadas por meio do Barco Cidadania, da prefeitura municipal de São Gabriel da Cachoeira. As equipes se instalarão nas comunidades com maior concentração de população indígena. Ao término de cada campanha será realizada uma reunião entre os seus participantes para verificar os resultados alcançados.
2.	2.1. Realizar o II Curso de Capacitação de Agentes Indígenas da Cidadania, com a participação de representantes indígenas indicados pelas organizações de base e FOIRN.		O II Curso de Capacitação de Agentes Indígenas da Cidadania será realizado em São Gabriel da Cachoeira, por um período de 05 dias, e ministrado por autoridades em direito. Priorizará, assuntos de interesse específico dos povos da região visando contribuir para a formação de profissionais indígenas em Direito que possam, em longo prazo, atender às demandas jurídicas da Foirn no futuro, suprimindo a carência profissional na região.. O Curso contará com tradutores nas línguas predominantes e com uma cartilha contendo os assuntos abordados, devidamente traduzidos.
3	3.1. Prestar assessoria jurídica permanente à FOIRN em suas diferentes atividades e nos diferentes ramos do Direito (cível, trabalhista, comercial, penal, administrativo)		A assessoria jurídica à Foirn, seria feita por um advogado contratado para tanto, e contemplaria a assistência jurídica em todos os ramos do Direito, envolvendo inclusive questões trabalhistas, cíveis, administrativas, penais e comerciais. Este advogado trabalharia desde o início do projeto em estrita coordenação com a Diretoria da Foirn, e seria responsável por traçar toda a estratégia jurídica para resolução de conflitos entre Foirn e terceiros.

Objetivo específico	Atividades	Data	Metodologia
4 -	4.1. Prestar assessoria a associações indígenas visando a regularização formal das existentes e a eventual criação de novas associações.		<p>A assessoria jurídica às associações indígenas será realizada em São Gabriel da Cachoeira, e deverá ser precedida, da mesma forma, de reuniões prévias com as autoridades locais, visando quantificar e organizar a demanda junto às repartições públicas. A assessoria às associações deverá ser informada com antecedência a todos os representantes das associações filiadas a FOIRN, através de sua Diretoria, visando possibilitar o levantamento adequado das demandas de cada associação.</p> <p>O trabalho de assessoria deve necessariamente contemplar as mudanças advindas do novo Código Civil, em vigor desde este ano, que alterou uma série de exigências para as associações sem fins lucrativos, articulando todas as alterações estatutárias necessárias para a adequação à nova lei.</p> <p>A assessoria poderá ser iniciada à mesma época do lançamento da campanha de documentação, e permanecerá vigendo na sede da FOIRN, enquanto as equipes do projeto estiverem em viagem. A equipe deverá se organizar com vistas a acumular o maior número de demandas similares possível, encaminhando-as à repartição competente e evitando esforços dobrados ou desnecessários.</p>
5 -	5.1 Levantar os principais fatores de impedimento do exercício da cidadania indígena na região.		<p>O advogado realizará levantamento dos principais problemas que afetam os direitos humanos dos povos indígenas na região. As informações serão colhidas principalmente a partir da realização do Curso de capacitação de Agentes indígenas da cidadania, ouvindo-se também as autoridades públicas, especialmente os representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.</p>
6 -	6.1 Apresentar propostas para as autoridades competentes apoiarem o exercício da cidadania indígena na região.		<p>As atividades do Projeto serão apresentadas em reunião do Conselho Diretor da FOIRN, destinada a sua avaliação. Serão apresentados os resultados do projeto, as dificuldades para o exercício pleno da cidadania indígena na região e propostas para a solução destes. Em seguida serão iniciados contatos com as autoridades competentes, municipais e estaduais, para poder-se começar um processo de mudança na situação problemática do exercício do direito e da cidadania indígenas. Na seqüência o relatório será encaminhado ao Ministério da Justiça.</p>

Resultados Esperados

Atividade	Resultados esperados
1.1	<ul style="list-style-type: none"> 3.500 indígenas com documentação civil básica.
2.1	<ul style="list-style-type: none"> 50 Agentes Indígenas da Cidadania capacitados e reciclados, bem como a identificação de potenciais advogados indígenas.
3.1	<ul style="list-style-type: none"> Maior segurança jurídica e solidez às relações acumuladas pela Foirn com terceiros localmente
4.1	<ul style="list-style-type: none"> Organizações indígenas regularizadas à luz do novo Código Civil e criação de novas formas de organização, de acordo com a demanda.
5.1	<ul style="list-style-type: none"> Identificação dos principais fatores que impedem o exercício da cidadania.
6.1	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento de propostas que facilitem o exercício da cidadania às autoridades competentes.

Beneficiários

Serão beneficiados **diretamente** com a execução e com os resultados dessa proposta:

- 3.500 indígenas da região do Rio Negro
- 50 Agentes Indígenas da Cidadania
- As Associações filiadas e a FOIRN

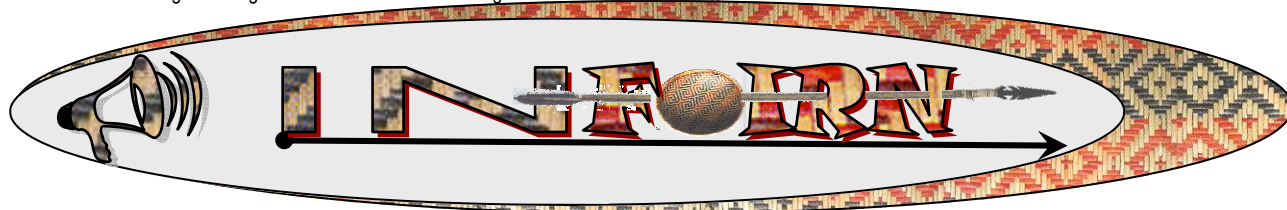
Serão beneficiados **indiretamente** com a execução e com os resultados dessa proposta:

- 35.000 índios que vivem na região do alto rio negro

Colaboradores

As seguintes entidades estarão colaborando na implementação dessa proposta:

Instituto Socioambiental - ISA
Secretaria de Segurança Pública – AM
Poder Judiciário
Ministério Público Estadual
Cartório Público
FUNAI
Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira



INDÍGENAS DO RIO NEGRO RECEBEM DOCUMENTOS BÁSICOS GRATUITOS



Foto: Miguel

“Ao longo dos últimos anos o poder público vem reconhecendo e demarcando as terras indígenas da região do médio e alto Rio Negro. E as comunidades indígenas vêm buscando os meios necessários para garantir sua proteção, bem como para melhorar a sua qualidade de vida e manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. O trabalho desenvolvido pela FOIRN e pelas associações de base tem sido fundamental para discutir novas políticas públicas e para consolidar os direitos indígenas, razão pela qual o projeto ‘Cidadania Indígena’ pretende também estender seus benefícios às instâncias representativas do movimento indígena, que são as associações”, disse o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, no lançamento oficial do Projeto Cidadania Indígena no Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), no dia 16 de agosto de 2002. A FOIRN é pioneira em realizar convênio com o Ministério da Justiça em projetos para essa atividade com os povos indígenas.

Este convênio com o Ministério da Justiça, denominado Cidadania Indígena no Rio Negro vai possibilitar a continuidade das atividades iniciadas no ano passado (de agosto/01 a janeiro/02), expedindo documentos básicos gratuitos. “A novidade nesse projeto é a prestação de assessoria jurídica às associações indígenas na regularização junto ao cartório público e a Receita Federal, e a capacitação de Agentes Indígenas de Cidadania, oferecendo curso em direitos humanos e cidadania às lideranças indígenas”, declarou, Miguel Maia, coordenador do projeto.

Na cerimônia de lançamento, estiveram presentes representantes de várias instituições locais, que são parceiras no projeto, como a Prefeitura Municipal, Ministério Público Estadual, Poder Judiciário, Câmara Municipal, Militares e outros órgãos.

“Em iniciativa pioneira, a FOIRN em conjunto com o Ministério Público Estadual farão campanhas de preservação do meio ambiente, bem como a conscientização das comunidades acerca das eleições de 2002, com a realização de palestras e distribuição de cartazes e cartilhas informativas sobre tais assuntos” enfatizou Dra. Helen de Queiroz, Promotora de justiça de São Gabriel da Cachoeira, em seu discurso na cerimônia.

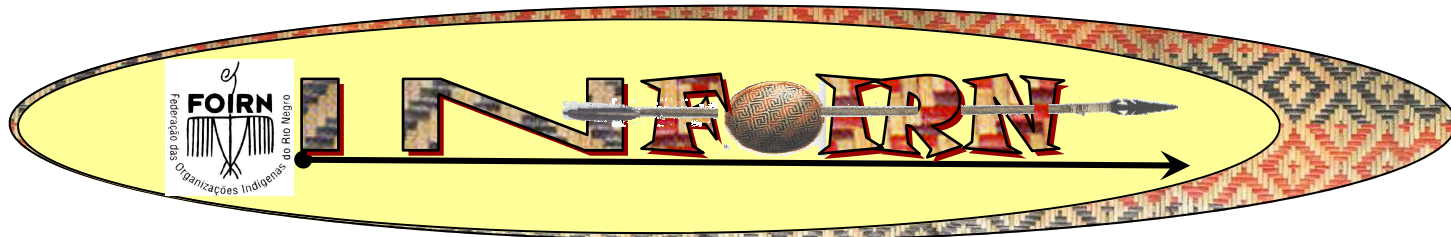
Durante a primeira campanha do projeto realizada na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, mais de 500 pessoas foram beneficiadas com a expedição dos documentos, inclusive registros para casamento civil, numa parceria com o Cartório Público. Após esta primeira campanha a coordenação do Balcão estará se preparando para levar as atividades do projeto às comunidades indígenas. O projeto deverá se estender até o mês de janeiro de 2003, e atenderá cerca de 3000 indígenas.



Agenda : Balcão da Cidadania
22/08/02 – Cerimônia de Casamento Civil Comunitário – SGC
29/08/02 – Apresentação do projeto e Equipe Básica na reunião do Conselho Administrativo da FOIRN
10 a 19/10 – 1ª Viagem – Rio Xié

**EQUIPE DE
COMUNICAÇÃO:**
 Roberto Barão
 Rosiléa Mateus
 Paulo Júnior

Coordenação
 Miguel Batista
 Maia
22/08/2002



Balcão da Cidadania no rio Waupés



1.300 indígenas atendidos pelo Balcão da Cidadania em Iauareté

Mais uma vez a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), num convenio com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, executou as atividades do Balcão da Cidadania Indígena no período de 15 a 25/10. Desta vez, a região beneficiada foi a do Rio Waupés/Papuri. A equipe do Balcão sob a coordenação de José Maria de Lima e Miguel Maia, com a assessoria jurídica de Dra. Suzy Evelyn, que, conforme o planejamento do projeto, previa o atendimento das comunidades do Alto Waupés e do Rio Papuri, centralizou os serviços no Distrito de Iauareté.

Iauareté é considerado o maior e o mais populoso distrito de São Gabriel da Cachoeira e conta atualmente, com uma população aproximada de 6.000 habitantes, totalmente indígenas, predominando as etnias Tariana e Tukana, além da presença dos Dessana, Piratapuia, Wanano e Hupde. Naquela localidade houve especial destaque a presença dos Hupde das comunidades do Rio Japú, que compareceram em massa para a retirada de seus primeiros documentos. Após os 05 dias que permaneceu atendendo no Ginásio Esportivo de Iauareté, os trabalhos realizados pela equipe do Balcão da Cidadania Indígena foram motivos de elogios na reunião de avaliação com as principais lideranças locais. Em seguida, o Balcão da Cidadania, partiu para executar os trabalhos nas comunidades de Ipanoré e Taracué, no mesmo rio. Nesta etapa do Rio Waupés, após 10 dias de trabalho, foram expedidas mais de 600 certidões de nascimento e 700 carteiras de identidade, além de fotos 3X4, serviço também oferecido pelo projeto.

O Projeto Cidadania Indígena no Rio Negro é uma realização da FOIRN em parceria com a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Cartório Público, Delegacia de Polícia, Receita Federal, FUNAI, Poder Judiciário, Ministério Público do Estado do Amazonas e Instituto Socioambiental.

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Fundada em 17 de abril de 1987. Reconhecida como Utilidade Pública pela Lei Estadual 1831/1987
Diretoria Executiva (2001 a 2004) – Orlando José de Oliveira (presidente), Domingos Sávio Borges Barreto (vice-presidente), Edilson Martins Melgueiro (secretário), José Maria de Lima (tesoureiro) e Rosilene Pereira Fonseca (secretaria executiva)

Nesta edição: Redação: Dra. Suzy Evelyn; Edição: Rosiléa e Miguel Maia; fotos: Miguel Maia

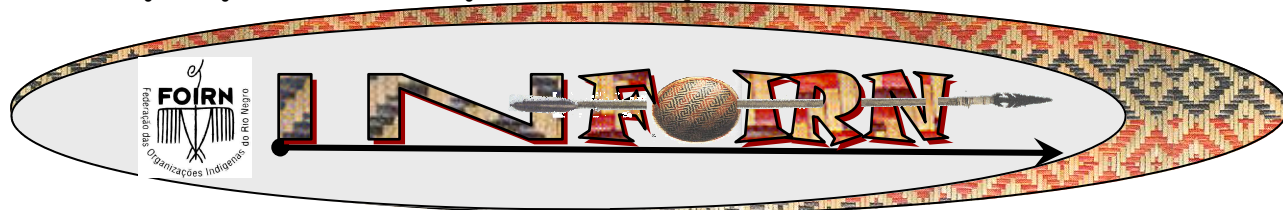
Equipe de Comunicação:

Roberto Barão
Rosiléa Mateus
Paulo Júnior

Coordenação

Miguel Batista Maia

30/10/2002



Cidadania indígena chega aos Werekena



A pós vários dias de viagem de barco no rio Negro e no rio Xié, a equipe da FOIRN do projeto Cidadania Indígena – convênio com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça - retornou a São Gabriel da Cachoeira no dia 22/09, após sua primeira campanha de documentação básica no interior.

Mais de 500 indígenas de etnia Werekena das aldeias de : Anamoim, Tukano, Tunú, Umarituba, Santa Rosa, Nazaré, Nova Esperança e Santa Cruz, estavam aguardando a equipe na aldeia de Cumati Cachoeira, rio Xié, Terra Indígena Alto Rio Negro onde se estabeleceu o primeiro pólo de atendimento. Foram cadastradas mais de 350 pessoas entre adultos e crianças, na sua maioria para Registro de Nascimento, uma vez que existiam famílias inteiras sem o referido documento. A aldeia de Vila Nova no mesmo rio foi outro pólo de atendimento onde houve concentração de outras aldeias indígenas e a quantidade de expedição de documentos ultrapassou de 400 unidades entre o registro civil de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF e casamento civil. Já no rio Negro, a equipe atendeu a Associação das Comunidades Indígenas Putyra Kapuamo – ACIPK, na aldeia de Ilha das Flores, Terra Indígena Médio Rio Negro I, que integra 13 aldeias indígenas expedindo 300 documentos básicos aproximadamente. Além da expedição gratuita de documentos, a equipe, com o apoio do Ministério Público Estadual fizeram a conscientização das comunidades acerca das eleições de 2002, com a realização de palestras e distribuição de cartazes informativos sobre o assunto.

Uma das dificuldades encontrada pela equipe foi localização das comunidades muito dispersas e vários trechos do rio com cachoeiras que dificultam a chegada nas aldeias, daí a estratégia de estabelecer pólos de atendimentos, onde outras aldeias viajam dois dias aproximadamente para serem atendidos.

O Projeto Cidadania Indígena no Rio Negro, a nível local, conta com a parceria da Prefeitura Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, Cartório, Delegacia de Polícia, FUNAI e Instituto Socioambiental.



Equipe do Projeto Cidadania Indígena no Rio Negro e índios Werekena, na aldeia de Cumati Cachoeira. Mais de 350 pessoas atendidas.

Equipe de Comunicação:

Roberto Barão
Rosiléa Mateus
Paulo Júnior

Coordenação

Miguel Batista
Maia

24/09/2002

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Fundada em 17 de abril de 1987. Reconhecida como Utilidade Pública pela Lei Estadual 1831/1987
Diretoria Executiva (2001 a 2004) – Orlando José de Oliveira (presidente), Domingos Sávio Borges Barreto (vice-presidente), Edilson Martins Melgueiro (secretário), José Maria de Lima (tesoureiro) e Rosilene Pereira Fonseca (secretaria executiva)

**Regras de convivência entre militares e índios.
Documento da FOIRN para a segunda sessão do “Diálogo de Manaus”,
no Comando Militar da Amazônia, em 19/fev/2003**

Desde 1996 a FOIRN vem se dirigindo por escrito às mais altas autoridades do governo federal, solicitando que fossem criadas regras de convivência entre nós e os militares do Exército que estão servindo nos pelotões - a maioria na Terra Indígena Alto Rio Negro - subordinados ao Vº BIS, com sede na cidade de S. Gabriel da Cachoeira (AM).

Na Terra Indígena Alto Rio Negro já estão instalados quatro pelotões: Pari-Cachoeira (alto Tiquié), Iauareté e Querari (alto Uaupés) e S. Joaquim (alto Içana). Um quinto pelotão está sendo construído em Tunuí (alto Içana). Fora de terra indígena demarcada, mas na área de abrangência da FOIRN, também estão situados o pelotão de Cucuí e o quartel sede do Vº BIS. Existe um pelotão em Maturacá, situado na Terra Yanomami. Não sabemos se está prevista a instalação de outros pelotões futuramente.

Durante esses últimos 15 anos, quando aumentou a presença do Exército na Cabeça do Cachorro, surgiram várias questões de convivência que precisam ter regras aceitas por ambas as partes e um sistema de controle capaz de verificar se essas regras estão sendo cumpridas. Os vários comandantes dos pelotões e do Vº BIS que passaram pela região foram procurados muitas vezes pelas lideranças das comunidades para tentar resolver esses problemas de convivência e os resultados foram variados. Mas nunca foi possível ter um conjunto de regras por escrito, que pudesse fazer parte do treinamento dos militares que servem na região e também ser divulgado nas comunidades e orientar as nossas lideranças.

Mas desde que foi aberto um canal de diálogo com a cúpula do Exército em Brasília no final de 2002, seguida de uma reunião no CMA em Manaus, a FOIRN mobilizou lideranças da região do alto e médio Rio Negro para tratar desse assunto e contribuir com sugestões para a elaboração de regras de convivência.

As sugestões da FOIRN são as seguintes:

1. Na **fase anterior a instalação de pelotões e outras estruturas militares permanentes** dentro de Terra Indígena, as comunidades e organizações indígenas diretamente interessadas deveria ser tratadas com respeito e receber informações sobre o que vai acontecer. Deve haver um **diálogo** com as lideranças das comunidades diretamente envolvidas e suas associações, com tempo e **condições** que garantam a nossa livre manifestação e o registro por escrito do que foi conversado. Essa fase é muito importante e precisa ter o acompanhamento do Ministério Público Federal. Nós queremos entender e poder opinar sobre o que vai acontecer e a nossa experiência é que muitas vezes as reuniões são convocadas de surpresa, sem assunto definido com antecedência, sem incluir o conjunto de lideranças e sem respeitar o fato de que a maior parte dos nossos parentes não compreendem bem o português, o que resulta no começo de mal entendidos e divergências no futuro. Sobre a **localização e os impactos dos pelotões e outras instalações militares em terras indígenas**, nós gostaríamos de ser ouvidos formalmente, depois de ter conhecimento dos projetos detalhados, com tempo de fazer perguntas e sugestões. Não gostaríamos, por exemplo, que essas instalações fossem feitas nos locais de nossas aldeias ou sobre locais considerados sagrados por nós, ou ainda nos caminhos para as roças e locais de pesca. As **contrapartidas** que as nossas comunidades e associações terão por apoiar as instalações militares, assim como as condições e procedimentos para o seu cumprimento, precisam ficar claramente registradas por escrito,

com o acompanhamento do Ministério Público Federal e dos órgãos indigenista e ambiental. Nossa experiência tem sido que, na fase de aproximação, o Exército faz muitas promessas de contrapartidas, as quais depois não são cumpridas. Promete, por exemplo, melhoria nos serviços de saúde e educação, acesso a energia elétrica e vagas nos aviões, mas depois diz que não tem recursos suficientes, que as vagas nas aeronaves dependem de autorizações de instâncias superiores ou da Aeronáutica e assim por diante, frustrando as expectativas das nossas comunidades. Mesmo porque nossas comunidades têm colaborado diretamente com as obras de instalações militares, dedicando enormes esforços, muitas vezes gratuitos, na abertura de pistas de pouso e na construção de mini-hidrelétricas.

2. A **construção das instalações militares**, muitas vezes é repassada para empresas particulares de engenharia, que chegam sem qualquer preparação e entendimento sobre a nossa realidade. Quem é responsável pela situação dos trabalhadores dessas empresas? Quem autoriza a entrada dessas pessoas na Terra Indígena? Seria muito importante ter regras básicas para esse tipo de situação, garantindo que esses trabalhadores não vão trazer doenças, vão remunerar corretamente a mão-de-obra indígena, respeitar nossas comunidades, especialmente nossas mulheres e jovens e não vão depredar os recursos naturais.
3. No **recrutamento e na composição dos efetivos militares** que vão ocupar essas instalações, nós recomendamos que seja dada preferência a soldados indígenas voluntários da região e que sejam enviados oficiais casados, acompanhados de seus familiares. Nossa experiência é que isso diminui os conflitos, além do fato de que soldados indígenas recrutados nas comunidades conhecem o terreno e os nossos costumes. Nós entendemos que alguns dos nossos jovens, embora não sejam obrigados por lei, querem se alistar. Mas porque é dada a preferência a soldados de fora e porque os recrutas indígenas nunca têm chance de prosseguir na carreira militar?
4. Nas **manobras e treinamentos militares**, nós também gostaríamos de saber quais são as regras. Nossas lideranças deveriam ser informadas com alguma antecedência sobre o que vai acontecer, para prevenir as comunidades e garantir a sua segurança.
5. Na **convivência cotidiana** tem havido muitos problemas. Alguns serviços públicos (correio, escola, atendimento de saúde, comunicação), às vezes estão localizados dentro da área cercada pelas instalações militares, o que dificulta o acesso e causa constrangimentos aos usuários. Nos dias de folga, especialmente nos finais de semana, os militares convivem com o pessoal das comunidades, participam de eventos e festas e nem sempre respeitam nossos costumes e nossas autoridades. Tem havido muitos casos de paternidade irresponsável, sem que os militares envolvidos cumpram com suas obrigações legais; além do fato de que filhos com pais brancos não podem receber os nomes tradicionais e ficam marginalizados para sempre. Quando acontecem relações sexuais de militares com menores de 14 anos e nós queremos punições severas para esses casos, porque sabemos que a legislação brasileira os considera crime de estupro. Aqui na comarca de S. Gabriel da Cachoeira há muitos casos registrados de reconhecimento de paternidade, porém quase todos são de fatos ocorridos na cidade. Os fatos que acontecem nas comunidades próximas dos pelotões e longe da cidade quase nunca chegam ao conhecimento das autoridades e da Justiça. Nós sugerimos que os comandantes de cada unidade militar deveriam receber instruções superiores para garantir a observação de algumas normas de comportamento social fora do perímetro das instalações militares, de comum acordo com as autoridades indígenas locais. Essas normas deveriam incluir: relações de troca de bens e mercadorias, pagamento de serviços, acesso a festas, eventos sociais, roças, locais de pesca, caça e coleta; proibição de uso e facilitação de acesso a bebidas alcoólicas e drogas; todas as formas de constrangimento e discriminação. Sugerimos que na rotina dos comandantes locais deveria estar incluída a obrigatoriedade

de reuniões periódicas com as autoridades locais, para avaliar o cumprimento dessas regras. Sugerimos ainda que a Justiça encontre meios de chegar até as comunidades próximas dos pelotões pelo menos uma vez por ano, para ouvir as comunidades e registrar suas queixas.

Finalmente, gostaríamos de salientar que essas regras de convivência, uma vez definidas e colocadas em prática, precisam ser divulgadas nas comunidades e entre as instituições militares diretamente relacionadas com o assunto. Além disso, o seu cumprimento e aprimoramento vão exigir um canal permanente de diálogo entre as partes. Sugerimos que os ministérios da Defesa e da Justiça formalizem a criação de um **Grupo de Trabalho**, em condições de implementar essas regras e garantir **reuniões anuais** de monitoramento entre as organizações indígenas regionais da Amazônia brasileira, com o CMA, com a participação de representantes do Ministério da Defesa, do Ministério Público Federal e dos órgãos indigenista e ambiental.

São Gabriel da Cachoeira, 14 de fevereiro de 2003

Orlando Oliveira
Presidente

José Maria de Lima Rosilene Fonseca
membros da diretoria

PORTARIA Nº 020 - EME, DE 2 DE ABRIL DE 2003

Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da competência que lhe confere o art. 117, da Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002 (IG 10-42), resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

Art. 2º Os Órgãos de Direção Setorial, os Comandos Militares de Área e os demais Órgãos envolvidos adotem, em seus setores de competência, as providências decorrentes.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**DIRETRIZ PARA O RELACIONAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM AS
COMUNIDADES INDÍGENAS**

1. FINALIDADE

Orientar as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos adotados pelo Exército Brasileiro (EB) no relacionamento com as comunidades indígenas.

2. REFERÊNCIAS

- Constituição Federal (1988);
- Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973- Estatuto do Índio;
- Decreto Presidencial não numerado, de 22 de agosto de 2002, que criou o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.411, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outras providências;
- Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e dá outras providências; e
- Diretrizes Gerais do Comandante do Exército – 2003.

3. PREMISSAS BÁSICAS

a. O Exército Brasileiro reconhece os direitos dos índios e mantém, historicamente, um excelente relacionamento com as comunidades indígenas, tendo o Marechal Rondon como paradigma desse relacionamento.

b. É de interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, para complementar a estratégia da presença na região.

c. A cooperação mútua com as comunidades indígenas precede à formação do Exército Brasileiro. Brancos, negros e índios lutaram juntos em Guararapes pela libertação da terra, pela primeira vez identificada como Pátria.

4. ORIENTAÇÃO GERAL

a. É fundamental que todos os escalões da Força Terrestre compreendam que os índios são nativos da terra e que lhes são reconhecidos os costumes, sua organização social, a língua, as crenças e as tradições, além dos direitos originários sobre as terras que, tradicionalmente, ocupam. Cabe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, podendo o Exército Brasileiro sempre que possível, cooperar com a demarcação e estudar formas de participação e apoio destinadas a melhorar a sobrevivência e as condições de vida das comunidades indígenas.

b. É importante que todos os militares, especialmente aqueles que terão contato direto com as comunidades indígenas, conheçam e respeitem os hábitos, os costumes e as tradições, de forma a tornar harmônica e proveitosa para a Força Terrestre a convivência com os indígenas em o todo território nacional.

c. Por conhecer melhor a região onde vive e estar a ela perfeitamente adaptado, o índio pode constituir-se em um valioso aliado na obtenção de dados sobre a região, nas operações e nas ações rotineiras da tropa.

5. ATRIBUIÇÕES PRINCIPAIS

a. Estado-Maior do Exército (EME)

1) Coordenar as atividades dos órgãos de direção setorial e dos comandos militares de área que envolvam o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.

2) Acompanhar as ações e emitir pareceres referentes à atividade da Força Terrestre relacionada ao assunto.

3) Considerar, quando do estudo de instalação ou transferência de unidades para as Terras Indígenas ou áreas próximas, o constante da Política de Gestão Ambiental do Exército (PGAEB) e da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental (DEGAEB), visando a neutralizar ou minorar o impacto sócio-ambiental que tais instalações podem causar.

4) Após a definição dos locais para a instalação de Organização Militar(OM) em Terras Indígenas ou próximas delas, informar às comunidades indígenas, bem como suas instâncias representativas.

b. Comando de Operações Terrestres (COTER)

Incluir, no Programa de Instrução Militar, orientações para as OM localizadas nas áreas onde exista populações indígenas, sobre o trato com a mesma, principalmente com aqueles ainda não totalmente integrados à comunidade.

c. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)

1) Incluir nos currículos das Escolas de Formação e Aperfeiçoamento assuntos referentes à situação geral das comunidades indígenas no Brasil, à legislação e ao processo de demarcação e homologação das Terras Indígenas.

2) Incluir no currículo da Escola de Comando e Estado-Maior, assuntos referentes à política indigenista brasileira e suas interações com o direito humanitário e com a soberania nacional.

d. Departamento de Engenharia de Construção (DEC)

1) Quando solicitado, fornecer ao EME parecer da conveniência para a Força Terrestre, da demarcação de terras indígenas, sob a ótica patrimonial.

2) Quando da realização de obras ou serviços técnicos em áreas indígenas considerar as medidas necessárias para a minimização do impacto sócio-ambiental às comunidades indígenas.

e. Departamento Geral do Pessoal (DGP)

Estabelecer, quando conveniente para o EB, convênios com a FUNAI, visando a apoiar projetos de saúde para as populações indígenas, mediante utilização da Organização Militar de Saúde mais próxima.

f. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Quando da realização de serviços técnicos em Terras Indígenas considerar as medidas necessárias para a minimização do impacto sócio-ambiental às comunidades indígenas.

g. Comandos Militares de Área (C Mil A)

1) Estabelecer normas próprias de convivência, quando for o caso, com vistas a orientar a conduta de militares ao tratar com os silvícolas, considerando as características e diversidade de cada grupo indígena.

2) Programar estágios para todos os militares que possam vir a ter contato com as comunidades indígenas, sempre que possível, com a participação de antropólogos, representantes da FUNAI e de outras autoridades no assunto.

3) Quando da seleção para o serviço militar inicial, priorizar a incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção.

1º Seminário de Pesquisa no Rio Negro (AM) faz dialogar índios da Amazônia e pesquisadores de várias partes do mundo

Ocorrido em São Gabriel da Cachoeira (AM), o Seminário permitiu o mapeamento das pesquisas que vêm sendo feitas na região e o intercâmbio entre pesquisadores e comunidades locais, resultando em recomendações e compromissos.

Estabelecer um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável foi o principal intuito do ISA e da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) ao realizarem o 1º Seminário de Pesquisa na Região, ocorrido dos dias 15 a 18 de novembro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), na sede da Federação. O encontro ensejou aumentar os subsídios para a disseminação de modelos de desenvolvimento sustentável concatenados com as especificidades da região da bacia do Rio Negro, habitada por cerca de 35 mil pessoas, cuja grande maioria é composta por índios de 23 etnias, com boa parte de suas terras demarcadas e homologadas. Esse quadro estende-se à porção colombiana da Amazônia, que também esteve representada no Seminário.

Por fazer convergir para um mesmo espaço cerca de 40 pesquisadores de diferentes proveniências e disciplinas (antropologia, biologia, ecologia, medicina, arqueologia, pedagogia, nutrição etc.), assim como cerca de 40 índios de várias comunidades da região, o Seminário deu oportunidade para uma intensa troca de idéias, experiências, projetos, competências e formas de conhecimento. Assim, pôde-se divulgar e debater as pesquisas concluídas, em curso ou planejadas, fazendo um balanço da produção e traçando diretrizes para projetos futuros, de modo a atender aos interesses não apenas dos pesquisadores e instituições, mas sobretudo das comunidades estudadas.

Grupos de Trabalho

Nos dois primeiros dias do Seminário, os participantes distribuíram-se em três Grupos de Trabalho - Saúde e Nutrição; Culturas, Línguas e Educação; Ecologia e Recursos Biológicos -, nos quais as pesquisas foram apresentadas e submetidas aos comentários dos outros pesquisadores e índios. A partir do conjunto de trabalhos, cada GT elaborou uma série de recomendações tendo em vista ações e pesquisas futuras.

Os trabalhos apresentados no GT "Saúde e Nutrição" permitiram fazer um levantamento e avaliar o funcionamento dos serviços de saúde indígena na região. As recomendações do grupo apontaram a necessidade de adequar o modelo assistencial oficial à variedade de situações socioculturais e epidemiológicas das comunidades. Também recomendou-se o estabelecimento de procedimentos éticos e jurídicos que assegurem o equilíbrio entre os serviços prestados e as medicinas tradicionais, além do incentivo à formação de profissionais indígenas e à troca de informações entre pesquisadores, comunidades e profissionais de saúde.

A relação entre conhecimentos "tradicionais" e "ocidentais" também foi um dos temas mais abordados no GT "Língua, Educação e Cultura". Entre as recomendações, destaca-se a necessidade de maior interlocução entre pesquisadores e comunidades, tanto no decorrer da pesquisa como no compartilhamento de seus resultados, que não devem ser disponibilizados apenas na linguagem acadêmica e devem reverter em alguma espécie de benefício para os grupos pesquisados.

No GT de "Ecologia e Recursos Biológicos", as recomendações finais também procuraram delimitar os princípios básicos para realização de pesquisas na região, como o apoio e a inclusão de pesquisadores indígenas, o apontamento de indicadores de sustentabilidade específicos

(ecológicos, econômicos e socioculturais) e o estabelecimento de temas prioritários (piscicultura, sustentabilidade do arumã, avaliação de áreas degradadas, mineração, sistemas produtivos, matérias-primas, formas de ocupação da terra etc.), entre outros.

Fronteiras amazônicas

Além dos GTs, o Seminário contou com palestras e sessões plenárias noturnas. Uma das palestras foi proferida por Martín von Hildebrand, presidente do consórcio de ONGs que atua na Amazônia colombiana COAMA (Consolidación Amazonica), e Francisco Ortiz, presidente da Etnollano, ONG filiada a essa instituição. A COAMA atua junto a mais de 200 comunidades indígenas, visando estimular a participação dos índios nos processos sociais e políticos na região. No ano passado, a entidade ganhou o prêmio Nobel Alternativo, concedido pelo parlamento sueco, que, diferente do Nobel tradicional, premia iniciativas promissoras ao invés daquelas já concretizadas.

Os palestrantes traçaram um panorama da situação indígena na Amazônia colombiana, onde, diferente do Brasil, os índios são donos de seu território e possuem autonomia política, econômica, social e jurídica. Também foi feita uma análise da situação da fronteira entre Brasil e Colômbia, quando alegou-se que dificilmente os soldados brasileiros poderão conter a entrada do narcotráfico, pois o negócio envolve grandes empresários e movimenta milhões de dólares. A COAMA procurou ainda atenuar a ligação entre a guerrilha e o narcotráfico, enfatizando o caráter de luta pela democracia do país.

Recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

A outra palestra, proferida por Ana Valéria Araújo, coordenadora do Programa Direito Socioambiental do ISA, abordou a questão do acesso aos recursos genéticos e a proteção de conhecimentos indígenas associados. As recomendações da advogada lançaram as bases para o estabelecimento de procedimentos básicos na relação entre índios e pesquisadores.

Em primeiro lugar, recomendou-se que seja feito um contrato entre a comunidade (ou povo, ou associação) e a pessoa (jurídica ou não, pública ou privada) responsável pela pesquisa, de forma que os grupos pesquisados, ou em cujo território se desenvolverá a pesquisa, tenham controle sobre seus procedimentos e a destinação do material e produtos derivados. Assim, o Seminário inaugurou uma nova relação entre pesquisadores e grupos indígenas pesquisados na Amazônia, em que os primeiros devem comprometer-se a repartir os benefícios suscitados pela pesquisa, seja por meio da divulgação de forma acessível de seus resultados, seja pela participação nos recursos financeiros decorrentes da exploração econômica de eventuais produtos, ou qualquer outra forma de contrapartida.

Sessões Públicas

O Seminário também contou com duas sessões abertas ao público, em que os Grupos apresentaram os resultados das reuniões internas e suas respectivas recomendações, que foram então debatidas e aprimoradas.

Nessa ocasião, algumas pesquisas foram expostas e, em seguida, passaram pelo crivo de comentadores indígenas. Pedro Albajar (médico da FIOcruz) apresentou sua investigação sobre a doença de Chagas entre os Piaçabais, no Baixo Rio Negro. Ecologia e manejo da fibra de arumã em comunidades ribeirinhas no Baixo Rio Negro foi o tema da outra exposição, feita pela botânica Erika Nakazono (INPA/FVA). Essa pesquisa despertou particular interesse entre os índios Baniwa,

habitantes do Alto Rio Negro, já que a sustentabilidade dessa matéria-prima é crucial para a continuidade do projeto que vêm desenvolvendo, em parceria com o ISA, de comercialização de artesanato feito com arumã.

Encerrando a primeira noite, o ecólogo Bruce Nelson (INPA) compartilhou com os presentes sua pesquisa sobre os riscos de incêndio nas florestas. Ao analisar imagens de satélite na região dos formadores do Rio Negro, Nelson identificou áreas que sugerem "cicatrizes de fogo" na vegetação, ou seja, características peculiares em partes da floresta levam a crer que ocorreram incêndios no local.

Na segunda noite, o agrônomo Pieter van der Veld e o engenheiro de pesca Mauro Lopes, ambos do ISA, apresentaram os primeiros resultados da pesquisa dirigida de implantação da Estação Caruru, referente ao desenvolvimento da aqüicultura e manejo agro-florestal associado no Alto Tiquié. Por fim, Laure Emperaire (IRD/ISA) e Gilda Muller expuseram sua pesquisa comparativa sobre as variedades de mandioca cultivadas na Amazônia e suas implicações socioculturais.

Horizontes e banhos de rio

Ao final do Seminário, pôde-se fazer um levantamento das cerca de 70 pesquisas desenvolvidas na região. O próximo passo será a codificação do material e a divulgação dos resultados entre todos os pesquisadores e comunidades locais. Desse modo, será possível fazer um acompanhamento da produção de conhecimento em curso, bem como reconhecer as lacunas existentes e as áreas mais promissoras ou carentes de pesquisa.

O próximo seminário acontecerá em 2002 e terá seu objetivo ampliado, uma vez que não apenas apresentará um panorama das pesquisas realizadas, como deverá incitar a realização de novos projetos.

Assim, o saldo desse primeiro Encontro foi bastante positivo e, como alegou Beto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro/ISA, teve a vantagem de transcorrer "sem Método Zoop e com muitos banhos de rio", o que estimulou ainda mais as intervenções indígenas e a troca de experiências fora das sessões.

ISA, Valéria Macedo, 27/11/2000

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE PESQUISADORES E ÍNDIOS NO RIO NEGRO

O pesquisador, grupo de pesquisadores envolvidos em um único projeto ou instituição/pessoa jurídica pública ou privada deverá procurar esclarecer a comunidade/povo/associação sobre o trabalho que pretende desenvolver, obtendo previamente o seu "consentimento livre e informado" em documento a ser assinado pelo representante da comunidade/povo/associação, pelo(s) pesquisador(s) e/ou instituição/pessoa jurídica pública ou privada, do qual deverá também constar o seguinte:

1. identificação do(s) pesquisador(s) e indicação da instituição(s) responsável pela pesquisa;
2. breve descrição do objetivo e razão da pesquisa, bem como dos procedimentos que serão utilizados;
3. indicação do(s) local(s) em que serão realizadas as atividades e do tempo previsto para o término dos trabalhos;
4. informação sobre o uso e destinação do material e produtos derivados, dados e/ou conhecimentos coletados;
5. identificação das formas de contrapartida para a comunidade/povo, que assegure aos seus integrantes o retorno social dos trabalhos realizados, garantindo a repartição de benefícios decorrentes da pesquisa nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e demais leis que regulamentam o assunto, seja por meio do pagamento de valor definido em comum acordo com a comunidade/povo/associação, participação nos resultados financeiros decorrentes da exploração econômica de eventuais produtos ou qualquer outra forma de contrapartida;

O pesquisador, individualmente, e a instituição/pessoa jurídica pública ou privada deverão ainda:

1. comprometer-se a utilizar o material e produtos derivados, dados e/ou conhecimentos coletados exclusivamente para os fins autorizados pela comunidade/povo/associação;
2. garantir o sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
3. comprometer-se a indicar a comunidade/povo indígena em cujas terras a pesquisa foi realizada em todas as publicações ou quaisquer outros meios de divulgação, bem como produtos resultantes da pesquisa, identificando ainda o material ali coletado assim como o conhecimento tradicional a que teve acesso, observada a cláusula de sigilo, de modo a garantir o registro da origem do material e da informação;
4. comprometer-se a fornecer à comunidade informe resumido sobre os resultados da pesquisa (tese etc.), bem como cópia integral, em português, para o acervo da FOIRN. A comunidade/povo/associação deverá ser informada sobre o orçamento da pesquisa e suas fontes de financiamento. Para a execução do projeto, o pesquisador deverá apresentar à comunidade a documentação informando que o seu projeto de pesquisa foi aprovado pelos órgãos competentes e que foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa responsável, quando for o caso.

MACROZONEAMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS

A região do noroeste da Amazônia brasileira é habitada há milênios por diferentes povos indígenas e apresenta um conjunto altamente diversificado de paisagens florestais únicas.

Atualmente, grande parte de sua extensão é demarcada pelo Governo Federal como Terra Indígena. São cerca de 11 milhões de hectares, ocupados por 22 povos indígenas diferentes, de três famílias lingüísticas: Tukano Oriental (Desana, Tukano, Pira-tapuia, Arapasso, Wanano, Cubeo, Tuyuka, Miriti-Tapuia, Makuna, Bará, Siriano, Yuruti e Carapanã), Arawak (Tariana, Baniwa, Kuripako, Warekena e Baré) e Maku (Hupda, Yuhup, Nadeb e Dow). Entre sítios familiares, comunidades e centros distritais, existem mais de 700 povoados estabelecidos ao longo de rios e igarapés, somando mais de 30 mil pessoas.

UNIDADES DE PAISAGEM : classificação indígena

Em 2002, um esforço cooperativo reuniu índios e pesquisadores para identificar e caracterizar os vários ambientes das Terras Indígenas do médio e alto Rio Negro, considerando principalmente os conhecimentos indígenas e usando como suporte mapas e imagens de satélite.

As paisagens identificadas e caracterizadas por vários colaboradores indígenas que participaram de oficinas e entrevistas realizadas em campo em 2002, com apoio de pesquisadores, foram representadas num mapa-folder publicado em 2003. Elas foram desenhadas sobre as diferenças visíveis em imagens de satélite Landsat 5 (1991/1995), na escala 1:250.000.

As características florestais, usos e recursos naturais de cada uma foram registradas em fichas e depois integradas em um banco de dados. Não foi possível mapear toda a extensão das terras indígenas demarcadas, que será completada em 2003 e 2004. Entretanto, foram mapeadas terras de ocupação indígena tradicional ainda não demarcadas, situadas na margem esquerda do rio Negro (Marabitanas/Cué-Cué e Balaio). As comunidades situam-se principalmente nas áreas de floresta de terra firme, cujos solos são mais apropriados para a agricultura. A caatinga, o igapó e o chavascal, impróprios para a agricultura, são bastante utilizadas na obtenção de outros recursos alimentares, tecnológicos e medicinais.

Iauaretê: um núcleo urbano em formação na Terra Indígena Alto Rio Negro

Iauaretê é um povoado indígena localizado no médio rio Uaupés, onde este rio recebe as águas do rio Papuri, dentro da TI Alto Rio Negro. É o maior núcleo populacional da fronteira Brasil/Colômbia, na chamada Cabeça do Cachorro; um pólo "interno" de atração demográfica indígena.

Há várias décadas Iauaretê é base da Missão Salesiana e, há cerca de quinze anos, sede de um Pelotão do Exército. A população permanente é de 2.690 pessoas (ISA, 2001).

O povoado é formado por dez bairros, e conta também com um hospital e um colégio estadual de primeiro e segundo graus. Há fornecimento de energia elétrica através de um gerador da CEAM (Centrais Elétricas do Amazonas) e um ativo comércio local controlado pelos próprios índios.

Os vários postos de trabalho assalariado existentes são também ocupados pelos índios. Há vários anos, Iauaretê é sede de um Distrito Municipal de São Gabriel da Cachoeira e, antes da

demarcação das Terras Indígenas, políticos regionais cogitaram sua transformação em um município independente.

Ao longo dos anos, o povoado veio se tornando um centro de referência para cerca de 80 comunidades indígenas das etnias Tariana, Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Arapasso, Wanano, Cubeo e Tuyuka.

O projeto de pesquisa participativa denominado Macrozoneamento das Terras Indígenas do Rio Negro elaborou um mapa da área do povoado de Iauaretê com os mesmos procedimentos adotados para toda a região, porém em escala ampliada. Entre as paisagens identificadas, a que mais chama a atenção é a extensa área de roças e capoeiras, calculada em 5.091,83 hectares.

Nesse espaço, verifica-se a prática de uma atividade agrícola de tipo peri-urbano, com várias conseqüências sobre o padrão tradicional de uso do solo na região. O aproveitamento da área agrícola disponível ainda não atingiu um limite de exaustão, pois atualmente há mais de 180 roçados em produção abertos em áreas de mata virgem.

A distância cada vez maior dessas terras tem levado algumas pessoas dos bairros situados na margem direita do Uaupés a idealizar melhorias dos varadouros que dão acesso a terras férteis localizadas em direção sudoeste. A idéia é que, no futuro, o deslocamento a terras mais distantes possa ser feito através de um veículo (trator ou caminhão) viabilizando a abertura de novas roças e o incremento da produção agrícola.

É urgente discutir e planejar os caminhos que essa transformação poderá vir a trilhar. A produção local de itens hoje "importados" é desejável, para baixar preços e aumentar as oportunidades de renda para famílias que não contam com empregos. Com isso, a atividade agrícola poderia equacionar simultaneamente o problema do abastecimento e a redistribuição da renda local.

O encaminhamento dessa alternativa exigiria inicialmente uma análise do sistema agrário, direcionada para elaboração de cenários de sustentabilidade futura, não apenas para o entorno do povoado mas para toda sua área de influência.

Unidades de Paisagem

A complexidade da paisagem nesta região comporta florestas de terra firme, caatingas, igapós e chavascas, além de unidades mescladas de florestas e caatingas.

Para chegar a um mapa total das paisagens do alto e médio rio Negro completou-se as áreas ainda não avaliadas da classificação indígena (2002) com os dados do Projeto RadamBrasil (1976). A combinação dessas duas informações foi possível devido à constatação da grande compatibilidade entre elas. Para aprimorar a classificação indígena, seria necessário um grande esforço adicional de pesquisa participativa por área de domínio de cada comunidade, a exemplo do que foi realizado para Iauaretê, aumentando a escala dos mapas.

O ambiente da região caracteriza-se pela diversidade de solos e de vegetação. Sua flora reúne uma grande quantidade de espécies, algumas endêmicas (isto é, só existem nessa região), como a piaçava (*Leopoldinia piassaba*), a piaçabarana, ou falsa piaçaba (*Barcella odora*), o caranã (*Mauritia carana*), e o jará (*Leopoldinia pulchra*). Outras não são endêmicas, mas são bem adaptadas às condições de solo e clima, como o tucum (*Bactris campestris*), o buriti (*Mauritia*

flexuosa), o patauí (*Oenocarpus bataua*), o açai-do-mato (*Euterpe precatória*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*).

Existem também na região florestas com dominância de apenas uma espécie de palmeira, como as áreas de interflúvio dominadas pelo caranã.

Os solos são em sua maior parte pouco profundos e arenosos, e por vezes alagados durante grande parte do ano.

Com estas características ambientais, o processo de regeneração natural é extremamente demorado: uma alteração de pequena escala leva muito tempo para ser recuperada.

De modo geral as atividades agrícolas desenvolvidas pelas comunidades indígenas têm pouco impacto no ambiente, exceção feita às áreas de lauaretê e ao redor da cidade de São Gabriel da Cachoeira, cujos processos de urbanização têm sido intensos nos últimos anos.

A interpretação visual de imagens do satélite Landsat 7 (com datas de 1999, 2001 e 2002) feita pelo ISA, revela que, do total de 10.610.538 ha das cinco Terras Indígenas homologadas, apenas 50.597 ha (0,5 %) aparecem como áreas "desmatadas", isto é, utilizadas para instalação das comunidades (locais de residência), áreas de roças, áreas com corte raso e capoeiras novas.
<fim>

A sustentabilidade socioambiental da produção e comercialização do artesanato indígena de arumã (*Ischnosiphon* spp.) no alto Rio Negro

**Projeto de pesquisa em andamento
(FOIRN/OIBI/ISA/INPA)**

Arumã, nome botânico comum de origem Tupi, refere-se a um conjunto de espécies de ervas do gênero *Ischnosiphon* (Marantáceas) que ocorre amplamente nos trópicos húmidos da América. Nessa vasta região, várias espécies botânicas de arumã são utilizadas por diversos povos indígenas e ribeirinhos como matéria-prima para a fabricação de utensílios domésticos e artesanato decorativo, especialmente cestaria (Ribeiro 1980).

O alto Rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, é território de 22 etnias nativas diferentes, incluindo Baniwa, Coripaco, Tukano, Tuyuka, Desana, Maku, Baré e outros, que mantêm complexos sistemas culturais, econômicos e políticos e que habitam a região há pelo menos dois mil anos (Ribeiro 1995; Cabalzar & Ricardo 1998). Recentemente, cinco das terras ocupadas por essas etnias tiveram suas demarcações físicas concluídas e homologadas pelo Governo Federal, perfazendo uma área contínua de 10.6 milhões de Ha.

O artesanato de arumã ocupa lugar central na vida dos povos indígenas do Rio Negro (Ricardo & Martinelli 2000). Objetos de arumã tais como tipiti (espremedor de massa de mandioca), peneiras, abanos, balaios e cestos de diferentes formas e tamanhos são peças indispensáveis na economia de subsistência, principalmente na elaboração de alimentos à base de mandioca. O arumã também tem um papel importante no ciclo de agricultura e manejo agroflorestral, já que as principais espécies de arumã utilizadas no artesanato fazem parte da regeneração natural de florestas em roças e capoeiras. Há décadas, comunidades indígenas da região comercializam objetos de arumã para o mercado regional, por meio de diferentes intermediários.

Através do projeto “Arte Baniwa,” uma parceria entre a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA), artesãos indígenas hoje vendem sua produção diretamente para o mercado em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, sem intermediários e com valor cultural e ambiental agregados. Esta parceria representa uma oportunidade econômica inédita para a região, onde historicamente os povos indígenas foram escravizados ou explorados por mecanismos extorsivos, onde caça, pesca e produtos agrícolas e extrativistas (às vezes explorados de forma não sustentável) eram trocados a preços mínimos por bens industrializados numa cadeia de endividamento sem fim.

Justificativa

Embora o projeto Arte Baniwa represente uma experiência pioneira que oferece benefícios econômicos e culturais, também acarreta impactos ecológicos e socioeconômicos ainda não completamente avaliados. Por exemplo, a produção de centenas de dúzias de cestaria por ano desde 1998 vem provocando intensidade e constância de extração inéditas de matéria prima nas comunidades envolvidas. Além disso, a demanda para as peças extrapola a produtividade anual das comunidades atualmente participantes, resultando numa pressão para aumentar a produção por artesão e o número de artesãos e comunidades envolvidas. As comunidades indígenas vivem principalmente da agricultura familiar em pequena escala e da caça, pesca e coleta de produtos florestais, atividades vitais que impõem limites sociais à produtividade dos artesãos. Artesãos produtivos recebem uma renda significativa que é utilizada para comprar bens básicos como roupas, ferramentas de trabalho, sabão, e sal, assim como anzóis, redes de pesca, armas de fogo, munição e outras tecnologias importadas que tendem a aumentar o impacto ecológico das atividades tradicionais de caça e pesca. A falta de matéria prima em algumas comunidades

dificulta a produção de artesanato, resultando em demanda para manejo ou plantio de arumã ou a formulação de outras alternativas econômicas.

Existe ampla documentação etnobotânica sobre o papel fundamental do arumã na tecnologia e arte de diversos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia (Ribeiro 1980; Vilhena-Potiguara, et al. 1987; Balée & Gély 1989; Boom 1989; Milliken, et al. 1992; Ricardo & Martinelli 2000). Algumas publicações antropológicas mencionam os usos e a classificação etnobotânica de arumã no alto Rio Negro (Ribeiro 1995; Koch-Grünberg 1995; Lana & Lana 1995). Uma revisão botânica moderna resolveu sérios problemas taxonômicos no gênero *Ischnosiphon* (Andersson 1977). Portanto pouco se sabe sobre a biologia, a ecologia e os efeitos da extração comercial para a maioria das espécies.

O extrativismo de produtos florestais não madeireiras vem sendo implementado como alternativa econômica sustentável e modelo para conservação de florestas tropicais (Anderson 1992). Portanto, a sustentabilidade econômica não sempre resulta em sustentabilidade ambiental (Hall & Bawa 1993). Estudos científicos são necessários para determinar padrões de uso sustentável e desenvolver sistemas de manejo (Nepstad & Schwartzman 1992). O estudo de Nazakono (2000) sobre a espécie de arumã *I. polyphyllus* no baixo Rio Negro sugere que a exploração predatória pode prejudicar a regeneração de populações naturais. McCann (1997) documenta os efeitos de exploração comercial sobre populações de diferentes espécies extrativistas na Amazônia peruana; a pesar do arumã ser mais resistente à exploração predatória que outras espécies comerciais (por exemplo cipós e palmeiras), existem casos de aparente escassez ou extinção local de Marantáceas como resultado de exploração comercial.

Essas considerações levaram o projeto Arte Baniwa a procurar parcerias técnicas com ISA e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, Manaus) para realizar, nos anos 1999 a 2001, investigações preliminares sobre a etnobotânica, botânica econômica e ecologia de arumã, o manejo agrônomo da espécie em plantações experimentais, e estudos de mercado e viabilidade econômica (Ricardo & Fernando 2001). Esses estudos foram realizados, em parte, com apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente. Em 2002, INPA, ISA e OIBI trabalhando em parceria receberam financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) para um projeto integrado ("Projeto Arumã) de pesquisa sobre o extrativismo de arumã, as plantas associadas (tintas, fixadores, outras fibras) e outras espécies com potencial econômico. Entre as pesquisas realizadas, o projeto também apoiou uma tese de mestrado ainda em andamento (Lopes da Silva, em preparação). O projeto de pesquisa integrado incluía três bolsas vinculadas (uma DTI para doutor e dois ITI para pesquisadores indígenas) mas infelizmente os recursos para as bolsas (com duração de um ano, com chance de renovação) só vão ser liberados a partir de junho de 2003, quando o financiamento de capital e custeio já estão por se terminar (dezembro de 2003). O CNPq também liberou recursos para uma bolsa DTI adicional para mestre vinculado ao projeto. No entanto, quatro novos alunos de mestrado em Ecologia do INPA se interessaram em realizar a pesquisa de suas teses no Rio Içana em projetos pertinentes ao conjunto das investigações cumulativas do Projeto Arumã. Sem financiamento adicional de mais dois anos, o total de quatro bolsistas vinculados mais quatro alunos de mestrado não terão condições adequadas para realizar suas pesquisas.

Existe a necessidade de dar continuidade aos estudos no âmbito do Projeto Arumã, acatando as sugestões feitas nos relatórios técnicos, intensificando os estudos científicos relevantes, aumentando a base geográfica de pesquisa e de participação comunitária, e implementando um plano de monitoramento ecológico e social a longo prazo. Os métodos e resultados seriam relevantes para outras regiões da América tropical onde também é praticado o artesanato comercial de arumã. O projeto deveria encontrar apoio das agências de fomento, permitindo na sua realização, simultaneamente, a formação de pesquisadores indígenas/agentes de manejo agro-florestal e novos alunos de mestrado e , especializados nas áreas estratégicas de agro-negócios, uso sustentável da biodiversidade e projetos de desenvolvimento sustentável para populações tradicionais da Amazônia.

FOIRN/OIBI/ISA e INPA estão em entendimentos sobre os dedobramentos das pesquisas entorno do arumã, do que fazer e em que condições, incluindo a formalização de um Termo de Cooperação entre as partes, que contemple os vários interesses e proteja os conhecimentos tradicionais associados, além da legislação brasileira em vigor. O projeto visa dar subsídios científicos e técnicos para a produção e comercialização sustentável de artesanato indígena de arumã na região do médio e alto rio Negro. Por meio de estudos interdisciplinares desenvolvidos por cientistas, alunos de pós-graduação e pesquisadores indígenas treinados, pretende-se promover o desenvolvimento de um sistema estável, participativo e auto-gerido de produção, minimizando possíveis impactos socioeconômicos e ecológicos negativos.

Os objetivos específicos incluem:

- (1) Caracterizar a biologia reprodutiva e dinâmica populacional das principais espécies de arumã utilizadas no artesanato.
- (2) Avaliar a influência de fatores ecológicos e grau de exploração sobre abundância relativa e regeneração de diferentes espécies de arumã, especialmente nos arumãzais naturais que ocorrem na beira dos igarapés.
- (3) Usando os resultados acumulativos da pesquisa, estimar a capacidade produtiva de arumã e taxas de extração sustentável nos ambientes naturais (igarapés) e manejados (capoeiras de roça).
- (4) Intensificar e diversificar os estudos sobre agronomia e manejo de arumã nas plantações e plots experimentais estabelecidas anteriormente.
- (5) Avaliar as experiências de manejo desenvolvidas independentemente pelos próprios artesãos em anos recentes.
- (6) Ampliar o banco de dados sobre classificação etnoecológica de ambientes naturais e manejados no Rio Içana.
- (7) Realizar estudos sobre obtenção de proteína animal (caça, pesca) nas comunidades, sendo este um fator limitante na sustentabilidade social da comercialização de artesanato e também um domínio de possíveis impactos ecológicos secundários do desenvolvimento econômico via compra de armas de fogo, malhadeiras, etc..
- (8) Treinar auxiliares indígenas de pesquisa e envolver artesãos assim como estudantes da escola Baniwa-Coripaco em diferentes aspectos dos estudos mencionados. Desenvolver instrumentos de monitoramento participativos a serem aplicados *in situ* pelos auxiliares indígenas e os próprios artesãos, a fim de quantificar a matéria prima extraída e acompanhar continuamente os impactos ecológicos e sociais.
- (9) Expandir a base produtiva do projeto Arte Baniwa, diversificar os produtos e melhorar a qualidade do artesanato a través de intercâmbio entre artesãos, comunidades e regiões.
- (10) Propor e investigar alternativas econômicas nas comunidades onde existe falta de arumã, por exemplo plantio de arumã ou manejo de outros produtos sustentáveis por exemplo artesanato alternativo, plantas ornamentais, perfumes naturais, plantas com uso cosmético, etc..

Experiências anteriores

Arte Baniwa é um projeto piloto que faz parte do Programa de Desenvolvimento Indígena Sustentável do médio e alto Rio Negro, que está sendo formulado pelo ISA desde 1997 em parceria com a FOIRN e associações filiadas como a OIBI. Em 1997, o ISA fez um levantamento preliminar da situação do arumã no alto Rio Negro (Cabalar 1998). Desde 1998 o projeto Arte Baniwa comercializa cestaria indígena a través de parceiros comerciais de alcance nacional (Tok & Stok, Grupo Pão de Açúcar, Natura), e vem dando retornos financeiros e culturais aos povos indígenas da região. Carlos Alberto Ricardo (ISA) e o renomado fotógrafo Pedro Martinelli prepararam uma publicação de alta qualidade gráfica que apresenta o projeto e o artesanato ao público alvo (Ricardo & Martinelli 2000). Em 1999, ISA patrocinou uma reunião entre FOIRN e cientistas interessados em trabalhar na região do Rio Negro, e foram estabelecidas normas éticas que são enumerados no documento "Critérios e Procedimentos para regulamentar as relações

entre pesquisadores e índios no Rio Negro,” que todo pesquisador (inclusive os participantes no projeto proposto) terá que seguir.

Mais recentemente, o projeto procurou parcerias com pesquisadores e instituições científicas, incluindo o INPA. O agrônomo Pieter van der Veld (2000; 2001) preparou uma revisão bibliográfica sobre arumã no Rio Negro e realizou uma série de experiências controladas de transplante da espécie *I. obliquus* em viveiros experimentais na região. Demonstrou a possibilidade de manejo agrônomo desta espécie e identificou algumas variáveis importantes (tipo de solo, grau de inundação, incidência de luz, diferentes materiais de propagação) no sucesso da plantação. Os plots experimentais permanentes na comunidade de Itacoatiara-Mirim podem ser avaliadas continuamente no futuro para quantificar taxas de crescimento e sobrevivência.

Em 2000, financiamento do MMA contribuiu para a formulação de um plano de negócios, desenvolvido em consulta com profissionais na área de economia (Idoeta 2001). No mesmo período, foram desenvolvidas pesquisas de campo ecológicas, etnobotânicas e antropológicas em comunidades participantes do projeto Arte Baniwa. Os pesquisadores Glenn Shepard Jr. (INPA), Maria N.F. da Silva (INPA) e Daniel Hoffman (Universidade de California, Berkeley) e os auxiliares indígenas Armindo Brazão e Mário Farias (OIBI) forneceram uma avaliação preliminar das espécies botânicas e ambientes ecológicos envolvidos na produção de artesanato e os impactos sociais e ecológicos do projeto de comercialização (Shepard, et al. 2001). Resultados preliminares dessas pesquisas foram apresentados na II Oficina de Arte Baniwa, uma reunião anual de todos os artesãos envolvidos para discutir e planejar detalhes operacionais do projeto.

Com resultado das pesquisas de campo foram identificadas seis espécies diferentes de *Ischnosiphon* reconhecidas pelos artesãos indígenas, das quais duas predominam no artesanato: *I. arouma* ('poapoa' em idioma Baniwa) e *I. obliquus* ('halepana'). Também foram identificadas mais de 20 outras espécies (tintas, fixadores, resinas, fibras, etc.) de diversas famílias botânicas utilizadas na produção de artesanato (Hoffman 2001b; Shepard, da Silva & Brazão 2001). Amostras botânicas foram coletadas, identificadas e depositadas no herbário do INPA com o consentimento prévio de FOIRN/OIBI.

Trabalhos de mapeamento participativo em 11 comunidades demonstraram a diversidade de ambientes ecológicos na região, e seus efeitos sobre a disponibilidade de diferentes espécies de matéria prima. Onde ocorrem, as duas espécies principais de arumã são muito abundantes em função de sua facilidade em se estabelecer em áreas perturbadas, especialmente roças abandonadas. Varias experiências locais de manejo por artesãos foram documentadas. A principal recomendação para manejo de arumã foi facilitar o crescimento em roças e outras áreas de colonização natural (Hoffman 2001a); outras alternativas incluem transplante de arumã para regiões onde não ocorre e modificação dos hábitos de corte (deixar algumas canas maduras sem cortar).

Artesãos forneceram uma estimativa do tempo e da matéria prima utilizados por peça. Segundo esses dados, a comercialização de aproximadamente 560 dúzias de cestos durante o ano passado resultou na extração de 100,000 ou mais canas de arumã em 11 comunidades. Cada dúzia representa 50 a 100 horas de trabalho, e o artesão pode dedicar 40% ou mais de seu tempo útil na produção de artesanato para completar uma encomenda (Shepard, da Silva & Brazão 2001). Apesar desses dados indicarem um impacto considerável em termos ecológicos e sociais, os artesãos ainda não percebem falta de matéria prima, e consideram o artesanato um trabalho prazeroso, bem remunerado, e compatível com outras atividades produtivas e sociais.

Levantamentos quantitativos preliminares em populações de arumã exploradas e não exploradas sugeriram que o grau de exploração atual é sustentável no curto prazo (Shepard, da Silva & Brazão 2001), fato refletido também nas atitudes dos artesãos (Hoffman 2001a).

As pesquisas ainda em andamento de Lopes da Silva (em preparação) vem documentando o comportamento diferenciado de *I. arouma* e *I. obliquus* nas capoeiras de roça. Também ao longo dos dois anos do Projeto Arumã foram implantados experimentos controlados de plantio das duas espécies em diferentes comunidades e ambientes da região. Experimentos de corte foram

estabelecidos para medir o impacto de diferentes graus de exploração (4 tratamentos: 0%, 25-33%, 50-66%, 100% das canas maduras cortadas) ao longo dos últimos dois anos. Estes experimentos teriam que ser acompanhados pelo menos por mais dois anos para dar tempo de avaliar os resultados ao longo prazo.

Metodologia

Biologia reprodutiva e dinâmica populacional de arumã:

Todas as espécies de *Ischnosiphon* são ervas com rizoma (caule subterrâneo) que produzem conjuntos de caules aéreos, comumente denominados 'touceiras'. Arumã ocorre em manchas, denominadas 'arumãzais', geralmente em terrenos húmidos ou semi-alagados; algumas espécies também colonizam áreas de perturbação natural e humana. Pouco se sabe sobre a biologia reprodutiva de *Ischnosiphon*. As flores do género, como outras Marantáceas, apresentam uma característica peculiar: o estilete é segurado em tensão por um estaminódio que dispara irreversivelmente como 'gatilho' quando um visitante forrageia para néctar, depositando e pegando pólen no animal ao mesmo tempo (Horvitz & Schemeske 1988). Nazakono (2000: 33) observou uma espécie de beija-flor do género *Phaethornis* visitando flores de *I. polyphyllus*, e Maria N.F. da Silva (comunicação pessoal) observou algumas espécies de beija-flor e abelhas visitando flores de *I. arouma* e *I. obliquus*. Portanto, não existem estudos rigorosos sobre polinização, dispersão de sementes e estabelecimento de arumãzais, variáveis indispensáveis para avaliar e manejar populações de arumã.

Rogério Gribel (INPA), especialista em biologia reprodutiva de plantas, supervisionará estes aspectos do estudo com a participação de um aluno de pós-graduação e da bolsista mestre, Fabiana Souza. Este conjunto de pesquisas visa estabelecer o ciclo anual de reprodução (fenologia), identificar polinizadores, elucidar processos de dispersão de sementes, determinar condições ótimas de germinação, e comparar o papel da reprodução sexuada (dispersão de sementes) e asexuada (crescimento vegetativo por rizomas) no estabelecimento de novas populações. A metodologia consistirá no estudo do sistema reprodutivo das duas espécies *I. arouma* e *I. obliquus* a través de polinizações controladas, utilizando-se os seguintes tratamentos: controle de apomixia, auto-polinização, polinização cruzada, e polinização cruzada inter-específica. No estudo de biologia floral, será caracterizada e descrita a sequência e dos principais eventos florais, tais como: horário de antese, período de receptividade de pólen, período de produção de néctar, volume de néctar e concentração de açúcar. Os visitantes florais serão capturados com auxílio de poças entomológicas e com redes de neblina (animais capturados nas redes serão soltados após identificação). A carga de pólen de animais será coletada para identificação ao microscópio. Os visitantes das flores também serão identificados a partir de fotografia ou filmagem. Os métodos de "DNA fingerprinting" (RAPD) serão usados para identificar o padrão de distribuição espacial dos genótipos nos arumãzais, inferindo a importância relativa da propagação asexuada por rizomas e a reprodução sexuada por sementes no estabelecimento e crescimento nos arumãzais. Também serão feitas escavações de touceiras para identificar a rede de interligação por rizomas.

Ecologia, agronomia, sustentabilidade e alternativas econômicas:

Rita Mesquita, especialista em ecologia vegetal e processos de fragmentação e regeneração, e Pieter van der Veld, engenheiro agrônomo, supervisionarão estes aspectos do estudo, via participação de alunos de pós-graduação. Mesquita serviu como orientadora principal da recente tese de mestrado de Nazakono (2000) e da tese em preparação de Lopes da Silva, sendo estes dois os mais detalhados estudos existentes sobre ecologia e sustentabilidade de arumã na Amazônia brasileira.

Através de censos em transectos ou plots e coleção botânica sistemática serão identificados os tipos de ambiente e vegetação associada aos arumãzais naturais, principalmente em beira de igarapé. Numa amostragem ampla de arumãzais serão quantificadas diferentes características ecológicas tais como intensidade luminosa, gradiente de inundação, tipo de solos, grau de

perturbação e intensidade de extração. Métodos estatísticos serão usados para avaliar a influência de cada um desses fatores sobre abundância relativa de arumã e a taxa de crescimento das touceiras. Touceiras em plots experimentais serão acompanhados para dar continuidade aos experimentos controlados de corte para medir o efeito de diferentes graus de extração ao longo dos anos do estudo, seguindo os métodos de Nazakono (2000). Esses dados serão importantes para estimar a capacidade produtiva de arumã e estabelecer taxas de extração sustentável em diferentes ambientes naturais e manejados.

Será dada continuidade aos experimentos de plantio e manejo agrônomico iniciados por van der Veld (2001), testando o sucesso de diferentes materiais de propagação e tratamentos no estabelecimento das plantações. Ao mesmo tempo, será feito um diagnóstico de diferentes experimentos de manejo agrônomico realizados independentemente pelos próprios artesãos ao longo dos últimos anos (veja Hoffman 2001a), usando o mesmo conjunto de fatores estudados nas populações naturais.

Nas comunidades onde existe escassez do recurso, os experimentos agrônomicos de plantio serão acompanhados e ampliados. Sendo a maioria dessas comunidades localizadas em regiões de caatinga (floresta oligotrófica em solos arenosas), também existe grande riqueza de aráceas, bromélias, orquídeas e outros epífitas com potencial de manejo e comercialização como plantas ornamentais. Plantas usadas como perfumes e cosméticos também tem potencial econômico. Serão feito levantamentos etnobotânicos e estudos de mercado das espécies para avaliar essas alternativas econômicas para a região.

Aspectos antropológicos, etnobotânicos e de ecologia humana:

Uma variedade de métodos qualitativos e quantitativos serão adaptados das disciplinas de etnografia, antropologia econômica, etnobiologia e ecologia humana. A aplicação desses métodos em comunidades apresentando diferentes situações permitirá estabelecer bases de comparação socioeconômica entre indivíduos, famílias e comunidades. Acompanharemos membros das comunidades nas atividades de coleta, preparação de materiais e fabricação de artesanato, e observaremos o uso dos objetos na vida quotidiana para obter dados sobre o modo de extração, as etapas de produção, a quantidade de materiais e tempo necessários, e o papel dos objetos de arumã na vida cultural. Quantificação do uso do tempo, divisão do trabalho entre os gêneros e os ingressos econômicos são importantes para medir os impactos sociais do projeto.

A base de dados etnobotânicos será complementada com coleta adicional de amostras botânicas e dados sobre a classificação indígena das espécies de arumã e outras espécies associadas como tintas, fixadores, fibras, materiais de acabamento, etc.. Algumas espécies utilizadas no artesanato ainda não foram coletadas em condição fértil, então será importante aumentar a quantidade de material fértil no herbário. Amostras botânicas serão coletadas, prensadas e preservadas em álcool para o transporte e secagem nas estufas do INPA. Depois de secas, montadas e identificadas, as amostras férteis (com flor ou fruto presentes) serão incorporadas ao acervo do herbário do INPA.

Também se ampliará a base de dados etnoecológicos sobre os habitats naturais e antrópicos da região, com participação de um aluno de mestrado do INPA. Continuaremos o trabalho de “etno-mapeamento” (Shepard, da Silva & Brazão 2001) iniciado anteriormente. Com a participação de membros das comunidades, se identificarão os ambientes naturais e manejados em volta das comunidades de estudo. Usando aparelho GPS, torna-se comparar os “etno-mapas” com mapas hidrográficos e imagens de satélite, e realizar um exercício de “verificação etnobotânica” (veja Shepard et al. 2001) para estimar a localização, extensão e estrutura da vegetação de arumãzais e outras áreas de extração de recursos. Este estudo representa uma continuação e refinamento do trabalho de macrozoneamento etno-ambiental realizado em 2002 por ISA e FOIRN com financiamento do Ministério de Meio Ambiente (Instituto Socioambiental 2003).

Estudos sobre a economia de subsistência de populações indígenas amazônicas destacam o papel limitante da proteína na dieta, obtida quase exclusivamente de caça, pesca, e recoleção (Gross 1975; Moran 1980). A região do Alto Rio Negro é particularmente pobre em recursos

animais por causa dos solos arenosos e ácidos e o sistema hidrológico de águas pretas de baixa produtividade (Janzen 1974; Sioli 1984). Nestes “rios da fome,” os povos indígenas têm desenvolvido complexas redes de intercâmbio econômico, político e social (Moran 1991). Os habitantes do Içana vem observando um declínio nos recursos de caça e pesca ao longo de recentes décadas, resultado da sedentarização das comunidades, novas tecnologias de captura e a comercialização de carne e peixe para o mercado regional. Por causa de diferenças ecológicas ao longo da bacia do Içana, diferentes comunidades enfrentem situações contrastantes na abundância de recursos protéicos, particularmente na pesca que é concentrado na região de lagos e igapó no médio Içana. O artesão investe um tempo considerável para extrair, preparar e tecer a cestaria, tempo que não é investido em outras atividades importantes, particularmente caça e pesca (Shepard, da Silva e Brazão 2001).

Será realizado um estudo sobre obtenção de proteína animal. O estudo de caça e pesca visa estimar a abundância relativa de diferentes espécies de caça, os insumos de proteína animal e o tempo investido na sua obtenção em diferentes comunidades e durante diferentes épocas do ano, usando métodos bem estabelecidos pela disciplina de ecologia humana (Alvard & Kaplan 1991; Bodmer 1995; Peres 2000; Remor de Souza-Mazurek, et al. 2000). O estudo deve detectar mudanças no “orçamento de tempo” dos artesãos em épocas com e sem encomenda de artesanato, e em diferentes momentos do ciclo anual. Estes resultados apontaram as épocas do ano críticas para a obtenção de caça e pesca, principalmente o “verão” de dezembro a março, que talvez deveria ser evitado no ciclo de produção comercial de artesanato. O estudo também poderá detectar possíveis impactos ecológicos secundários da comercialização de artesanato, por exemplo, a compra de armas de fogo e malhadeiras. Estes resultados serviram eventualmente no desenvolvimento de um plano de manejo de caça e pesca da região, que as próprias lideranças já estão contemplando por causa das dificuldades crescentes.

Resultados esperados

- (1) Melhor conhecimento da biologia das espécies de *Ischnosiphon* usadas no artesanato no alto Rio Negro.
- (2) Avaliação sistemática do efeito de diferentes condições ecológicas e graus de exploração sobre populações naturais e manejadas de arumã.
- (3) Recomendações de manejo com embasamento empírico e científico, por exemplo: intensidade de corte, intervalo de colheita, rotação de áreas e enriquecimento dos arumãzais existentes.
- (4) Avaliação sistemática de diferentes plantios e outras intervenções agrônômicas.
- (5) Um diagnóstico e zoneamento etno-ambiental do rio Içana (veja Instituto Socioambiental 2003) geograficamente referenciado.
- (6) Uma avaliação dos insumos de proteína animal nas comunidades e as perspectivas para sustentabilidade ao longo prazo.
- (7) Formação de auxiliares técnicos, parataxônomos e pesquisadores indígenas.
- (8) Capacitação para artesãos e alunos na escola Baniwa-Coripaco .
- (9) Recomendações sobre alternativas econômicas para as comunidades que não tem arumã; geralmente são comunidades em áreas de caatinga (solo arenosa).
- (10) Publicação dos resultados em revistas especializadas , folhetos de difusão e nas edições futuras de *Arte Baniwa* (Ricardo & Martinelli 2000) para compartilhar os achados com a comunidade científica, as comunidades indígenas e o público alvo da comercialização.

Experiência/perfil da equipe (formação/titulação)

Rita de Cássia G. Mesquita (INPA) - Ph.D. em Ecologia (University of Georgia, E.U.A.), pesquisadora titular na Coordenação de Pesquisas em Ecologia. Escreveu tese de mestrado sobre biologia reprodutiva no gênero *Clusia*, e tese de doutorado sobre ciclos de carbono em florestas amazônicas. Participou no projeto “Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais,”

parceria entre Smithsonian Institute (EUA) e INPA (veja Laurance & Bierregaard 1997). Ativa na orientação de alunos de pós-graduação na Coordenação de Ecologia no INPA, inclusive na tese de mestrado de Nazakono (2000), trabalho pioneiro sobre ecologia e sustentabilidade de arumã no baixo Rio Negro. Para mais informações, veja Currículo Lattes.

Rogério Gribel (INPA) - Ph.D. em Evolução e Genética de Plantas (St. Andrews University, Reino Unido), pesquisador titular e atual chefe da Coordenação de Pesquisas em Botânica do INPA. Especialista em sistemas de cruzamento, ecologia reprodutiva, evolução e genética de populações de plantas tropicais. Coordenador atual do P.P.I. no. 2-3210 “Estudos sobre a biologia reprodutiva de plantas amazônicas e suas aplicações no uso, manejo e conservação dos recursos naturais.” Para mais informações, veja Currículo Lattes.

Glenn H. Shepard Jr. (INPA) - Ph.D. em Antropologia (University of California Berkeley, E.U.A.), com ampla experiência de pesquisa com diferentes povos indígenas na Amazônia peruana e brasileira sobre etnobotânica, etnoecologia, antropologia médica e saúde indígena (Shepard 2002; Shepard et al. 2001; Yu & Shepard & 1998). Participou na avaliação etnobotânica preliminar do projeto Arte Baniwa (Shepard, da Silva & Brazão 2001). Atualmente bolsista DTI com Rogério Gribel no projeto “Estudos sobre a biologia reprodutiva de plantas amazônicas e suas aplicações no uso, manejo e conservação dos recursos naturais.” Para mais informações, veja Currículo Lattes.

Carlos Alberto (Beto) Ricardo - Antropólogo, pesquisador e editor de publicações, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), formado pela Universidade de São Paulo (1969-1972), cursou o mestrado e foi professor da UNICAMP. Idealizador do Programa Povos Indígenas no Brasil - PIB/CEDI (1978), coordenador (até 1992) e editor das suas publicações. Sócio-fundador da Comissão pela Criação do Parque Yanomami/CCPY (1974) e do Núcleo de Direitos Indígenas/NDI (1989), do qual foi diretor. Articulador, fundador (1994) e ex-membro da secretaria executiva do ISA. Acompanha o projeto Arte Baniwa desde seu início, coordenou a elaboração do plano de negócios e é um dos autores do livro *Arte Baniwa* (Ricardo & Martinelli 2000).

Pieter Jan Van der Veld - Engenheiro agrônomo da equipe do Programa Rio Negro do ISA. Especialista em plantas tropicais, bem como no manejo de viveiros agroflorestais na Amazônia ocidental. De nacionalidade holandesa, tem se dedicado nos últimos anos a implantar, junto a comunidades indígenas do alto Rio Negro, um sistema de manejo agroflorestal consorciado com aqüicultura. Realizou pesquisas e experiências agronômicas com arumã, no alto Tiquié e no entorno da cidade de S. Gabriel da Cachoeira.

Fabiana Souza (INPA) - Mestre em Ecologia no INPA, bolsista DTI no Projeto Arumã, com experiência profissional em ecologia humana, educação indígena (SEDUC) e pesquisas de campo em ecologia.

Mário Farias (OIBI) - Secretário da OIBI, indígena Baniwa da comunidade de Santa Marta, participante no Projeto Arte Baniwa e no projeto Medicina Tradicional Baniwa desde 1997. Acompanhou pesquisa sobre doenças tradicionais e serviu com auxiliar na equipe de pesquisadores do projeto Arte Baniwa (Hoffman 2001a).

Armindo Feliciano Miguel Brazão (OIBI) - Tesoureiro da OIBI, participante do Projeto Arte Baniwa desde 1997. Motorista de transporte do artesanato do Rio Içana até São Gabriel. Faz controle de qualidade nas Oficinas do projeto e nas comunidades. Auxiliar na equipe de pesquisadores do INPA do projeto Arte Baniwa e co-autor do relatório (Shepard, da Silva & Brazão 2001).

Perfil das instituições participantes

O **INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é um dos maiores e mais importantes instituições de pesquisa científica sobre a Amazônia. O INPA tem como objetivo promover o

estudo, a conservação e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e o meio ambiente da Amazônia brasileira. Com sede em Manaus e atuação na Amazônia brasileira inteira, suas pesquisas e seus programas de pós-graduação tem reputação internacional.

O **ISA** - Instituto Socioambiental - é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994 para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. O ISA tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Com sede em São Paulo e um escritório em Brasília, o ISA tem sub-sedes regionais em S. Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro (AM) e no Xingu (MT).

A **OIBI** - Organização Indígena da Bacia do Içana - fundada em 1992, filiada à FOIRN, representa 16 comunidades Baniwa (S. José, Jacaré Poço, Santa Rosa, Tapira-Ponta, Santa Marta, Juivitera, Arapaço, Tarumã, Pupunha, Tucumã-Rupitã, Jandú-Cachoeira, Mauá-Cachoeira, Trindade, Aracu-Cachoeira, Siusi-Cachoeira e Tamanduá), num trecho do alto Içana. Desde 1994, a FOIRN e o ISA estabeleceram uma parceria para desenvolver um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Alto e Médio Rio Negro.

A **FOIRN** - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 1987 para organizar os 22 povos indígenas da região e lutar pelo reconhecimento dos seus direitos coletivos à terra, saúde, educação e cultura. A sede da FOIRN é em São Gabriel da Cachoeira. Existem 46 associações indígenas filiadas à FOIRN, representando 30 mil pessoas de mais de 700 comunidades e sítios.

Especificação de contrapartida

INPA - Herbário de 210.000 amostras (maior na Amazônia); Laboratório de biologia reprodutiva e genética de plantas; Laboratório temático de solos (Coordenação de Ciências Agrárias); equipamentos fotográficos com sensor infra-vermelho; equipamentos de campo (GPS, material para coleta botânica, redes de neblina, etc.); para facilitar aspectos logísticos, o projeto será registrado na agenda de pesquisa do INPA no Plano de Pesquisa Institucional 2-3210 "Estudos sobre a biologia reprodutiva de plantas amazônicas e suas aplicações no uso, manejo e conservação dos recursos naturais."

ISA - Laboratório de informações geográficas (GIS), imagens de satélite, base de dados cartográficos para a região do alto Rio Negro, biblioteca de material bibliográfico, escritório e pessoal de apoio (São Paulo); casa e pessoal de apoio (São Gabriel da Cachoeira);

OIBI - Barco regional para cargas, botes, motor de popa, motoristas qualificados; sede da OIBI na comunidade de Tucumã (radiofonia, casa de reunião, casa de apoio para hospedagem), entreposto em São Gabriel (telefone, computador); professores, alunos e instalações da Escola Baniwa-Coripaco (perto de Tucumã); apoio em logística, pessoal e organização de reuniões (diretoria da OIBI).

Bibliografia:

- Alvard, M. & H. Kaplan. 1991. Procurement technology and prey mortality among indigenous neotropical hunters. In: M.C. Stiner (Ed.) *Human Predators and Prey Mortality*. Boulder: Westview Press. 79-104.
- Anderson, A.B. 1992. Land-use strategies for successful extractive economies in the Amazon. *Advances in Economic Botany* 9: 67-77.
- Andersson, L. 1977. The genus *Ischnosiphon* (Marantaceae). *Opera Botanica* 43:1-114.
- Balée, W. & A. Gély. 1989. Managed forest succession in Amazonia: The Kaapor case. *Advances in Economic Botany* 7:129-158.
- Bodmer, R.E. 1995. Managing Amazonian wildlife: Biological correlates of game choice by detribalized hunters. *Ecological Applications* 5(4): 872-877.
- Boom, B.M. 1989. Use of plant resources by the Chácobo. *Advances in Economic Botany* 7:78-96.
- Cabalzar, A. 1998. Iniciativas indígenas na produção de comercialização de artesanato no alto Rio Negro: Relatório de atividades junho/dezembro 1997 (relatório). ISA, São Paulo.

- Cabalzar, A. & C.A. Ricardo. 1998. *Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: Uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia Brasileira*. ISA & FOIRN, São Paulo & São Gabriel da Cachoeira.
- Gross, D. R. 1975. Protein capture and cultural development in the Amazon basin. *American Anthropologist* 77:526-549
- Hall, P. & K. Bawa. 1993. Methods to assess the impact of extraction of non-timber tropical forest products on plant populations. *Economic Botany* 47: 234-247.
- Hoffman, D.J. 2001a. Arumã no alto Rio Içana: Perspectivas para o manejo (relatório). ISA, São Paulo.
- Hoffman, D.J. 2001b. As plantas e a cestaria Baniwa (relatório). ISA, São Paulo.
- Horvitz, C.C. & D.W. Schemeske. 1988. A test of the pollinator limitation hypothesis for a neotropical herb. *Ecology* 69(1):200-206.
- Idoeta, C.A. 2001. Artesanato Baniwa: Plano de negócios (relatório). ISA, São Paulo.
- Instituto Socioambiental. 2003. Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: Resultados do macrozoneamento etno-ambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Janzen, D. H. 1974. Tropical blackwater rivers, animals, and mast fruiting by the Dipterocarpaceae. *Biotropica* 6:69-103
- Koch-Grünberg, T. 1995. *Dos Años entre los Indios: Viajes por el noroeste Brasileño 1903/1905*. 1-2. Editorial Universidad Nacional, Santa Fé de Bogotá.
- Lana, F.A. & L.G. Lana. 1995. *Antes o Mundo Não Existia: Mitologia dos antigos Desana - Kehiripõrã*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN.
- Laurance, W.F. & R.O. Bierregaard (Eds.). 1997. *Tropical Forest Fragments: Ecology, Management and Conservation of Fragmented Communities*. University of Chicago Press, Chicago.
- Lopes da Silva, Adeilson. Em preparação. No Rastro da Roça: Ecologia e extrativismo de arumã (*Ischnosiphon* spp.) em vegetação secundária (capoeira) de roças indígenas no Rio Içana, Alto Rio Negro, Amazonas. Tese de mestrado em Ecologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas. Manaus.
- McCann, J. 1997. Extractivism in the Peruvian Amazon. M.A. Thesis (Dept. Geography), Michigan State University, Ann Arbor.
- Milliken, W., R.P. Miller, S.R. Pollard & E.V. Wandelli. 1992. *The Ethnobotany of the Waimiri-Atroari Indians of Brazil*. The Royal Botanic Gardens, Kew.
- Moran, E. F. 1980. Mobility and resource use in Amazônia, in *Land, People and Planning in Contemporary Amazônia*, vol. 3, *Occasional Publications*. Edited by F. Barbira-Scazzocchio. Cambridge, UK: Cambridge University Centre for Latin American Studies
- Moran, E. F. 1991. Human adaptive strategies in Amazonian blackwater ecosystems. *American Anthropologist* 93:361-82
- Nazakono, E.M. 2000. O impacto da extração da fibra de arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*, Marantaceae) sobre a população da planta em Anavilhanas, Rio Negro, Amazônia Central. Tese de mestrado (Ecologia), INPA & Universidade do Amazonas, Manaus.
- Nepstad, D. & Schwartzman, S. 1992. Non-timber product extraction from tropical forests: Evaluation of a conservation and development strategy. *Advances in Economic Botany* 9: vii-xii.
- Peres, C.A. 1990. Effects of hunting on western Amazonian primate communities. *Biological Conservation* 54: 47-59.
- Peres, C.A. 2000. Evaluating the impact and sustainability of subsistence hunting at multiple Amazonian forest sites. In: J.G. Robinson & E.L. Bennett (Eds.). *Hunting for Sustainability in Tropical Forests*. New York, Columbia University Press. 31-56.
- Remor de Souza-Mazurek, R., P. Temehe, F. Xinyiny, H. Waraié, G. Sanapyty & M. Ewepe. 2000. Subsistence hunting among the Waimiri Atroari Indians in central Amazonia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* (9): 579-596.
- Ribeiro, B.R. 1980. *A Civilização da Palha: A arte do trançado dos índios do Brasil*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ribeiro, B.R. 1995. *Os Índios das Aguas Pretas*. Companhia das Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ricardo, C.A. & A. Fernando. 2001. Plano de Negócios: Arte Baniwa: Cestaria indígena de arumã no Rio Negro (relatório). ISA, São Paulo.
- Ricardo, C.A. & P. Martinelli. 2000. *Arte Baniwa: Cestaria de arumã*. ISA & FOIRN, São Paulo & São Gabriel da Cachoeira.

- Shepard, G.H. 2002. Primates in Matsigenka subsistence and world view. Capítulo 6 em: *Primates Face to Face*, A. Fuentes & L. Wolfe (Eds.). Cambridge University Press, Cambridge.
- Shepard, G.H., M.N.F. da Silva & A.F. Brazão. 2001. Arte Baniwa: Avaliação preliminar da sustentabilidade socioambiental da produção e comercialização de artesanato de arumã (*Ischnosiphon* spp.) no alto Içana (relatório). ISA, São Paulo.
- Shepard, G.H., D.W. Yu, M. Lizarralde & M. Italiano. 2001. Rainforest habitat classification among the Matsigenka of the Peruvian Amazon. *Journal of Ethnobiology* 21(1): 1-38.
- Sioli, H. 1984. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types, in *The Amazon: Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and its Basin*, vol. 56, *Monographiae Biologicae*. Edited by H. Sioli, pp. 127-166. Boston: Dr. W. Junk Publishers
- van der Veld, P.J. 2000. Arumã no alto Rio Negro: Revisão bibliográfica e história da pesquisa de arumã no alto Rio Negro (relatório). ISA, São Paulo.
- van der Veld, P.J. 2001. Pesquisa de domesticação de arumã: Implantação de um plot experimental em Itacoatiara-Mirim (relatório). ISA, São Paulo.
- Vilhena-Potiguara, R.C., S.S. Almeida, J. Oliveira, L.C.B. Lobato & A.L.F.A. Lins. 1987. Plantas fibrosas - I. Levantamento botânico na microregião do Salgado (Pará, Brasil). *Boletim do Museo Paraense Emílio Goedi* sér. Bot. 3(2)
- Yu, D.W. & G.H. Shepard. 1998. Is beauty in the eye of the beholder? *Nature* 396: 321-322.

Ecologia, Manejo e Sustentabilidade da extração das fibras do Arumã (*Ischnosiphon* spp.) entre os Baniwa do Alto Rio Negro

Rita Mesquita^a, Fabiana Souza^b, Glenn Shepard^c, Adeilson Lopes^d

^a Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA (rita@inpa.gov.br) ^b INPA (fabiana@inpa.gov.br) ^c INPA (GshepardJr@aol.com) ^d aluno pós-graduação em Ecologia – INPA (adeilson@inpa.gov.br).

1. Introdução

A sustentabilidade ecológica das práticas de sociedades amazonidas tem sido questionada diante do crescimento populacional e das mudanças nos padrões de produção e consumo. O desafio do uso sustentável da Amazônia tem mobilizado até mesmo atores historicamente absolvidos de acusações de agressões ao meio ambiente, como os indígenas (ISA, 2000a).

Os Baniwa, grupo indígena que ocupa a região do Alto Rio Negro com outras 22 etnias nativas há pelo menos dois mil anos (Ribeiro, 1995), formam um complexo sistema cultural, econômico e político, cuja alimentação e subsistência estava baseada, até recentemente, no plantio da mandioca, na pesca e na caça. Atualmente estas populações formaram associações e tentam cada vez mais investir na melhoria das condições de vida das suas comunidades por meio de projetos auto-sustentáveis baseados em práticas tradicionais, visando valorizar e divulgar suas culturas ao mesmo tempo em que adquirem recursos financeiros para suprir suas necessidades (ISA, 2000b).

*O Arumã, nome botânico comum de origem Tupi, refere-se a um conjunto de espécies de ervas do gênero *Ischnosiphon* (Marantáceas) que ocorre amplamente nos trópicos úmidos da América. Ele é a matéria-prima fundamental na fabricação dos utensílios domésticos associados no processo de conversão da mandioca em farinha, tapioca, goma, biju, tucupi e etc. A fibra extraída desta planta é amplamente utilizada na Amazônia pelos povos indígenas e ribeirinhos, especialmente para cestaria (Ribeiro 1980). Na bacia do Içana, os Baniwa utilizam basicamente duas espécies para a confecção do artesanato; *Ischnosiphon aruma* conhecido como *poapoa kantsa* e *Ischnosiphon obliquus* conhecido como *halepana* (Hoffman, 2001). O primeiro é mais utilizado na confecção de materiais que necessitam de resistência (tipo *tipiti* e *balaios*) e o segundo mais utilizado para a confecção de artesanato decorativo, devido ao brilho da fibra (via exportação).*

O extrativismo de produtos florestais não madeireiros vem sendo implementado como alternativa econômica sustentável e modelo para conservação de florestas tropicais, mas a sustentabilidade econômica nem sempre significa sustentabilidade ambiental. Estudos científicos são necessários para determinar padrões de uso sustentável e desenvolver sistemas de manejo adequados. O estudo aqui apresentado implementou um plano de monitoramento ecológico e participativo para acompanhar e avaliar os possíveis impactos da extração de arumã sobre a sobrevivência e crescimento das plantas que são a base da atividade artesanal em questão. Especificamente avaliamos como diferentes intensidades de corte dos talos de arumã afetaram a produção de brotos novos, a mortalidade e a estrutura das touceiras de arumã. À partir dos resultados preliminares discute-se aqui as estratégias de manejo mais adequadas para assegurar a sustentabilidade da atividade produtiva do artesanato com fibras de arumã pelos Baniwa do Alto Rio Negro.

2. Métodos

O presente estudo foi realizado em 7 comunidades indígenas Baniwa (São José, Santa Rosa, Juivitera, Tukumã, Jandu, Mauá e Trindade) do médio e alto rio Içana, afluente do rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil.

A classificação dos talos das touceiras de arumã seguiu a classificação usada pelos Baniwa, que leva em consideração aspectos ligados à utilidade dos talos para o artesanato: (1) brotos = talos jovens que ainda não emitiram a primeira folha; (2) jovem = talos flexíveis, com o leque de folhas ainda não completamente formado; esses talos não são utilizados para o artesanato; (3) maduros = ideal para a extração da fibra, são talos adultos, com o leque de folha formado e acima de 1.5 m de altura; (4) maduro baixinho = talos maduros, com o leque de folhas formado, mas abaixo de 1.5 metros de altura, esses talos são utilizados principalmente para confecção de peneiras e/ou pequenos cestos; (5) velhos = talos senescentes com manchas e muitas folhas mortas, não são utilizados para o artesanato; (6) mortos = talos sem folhas e fisiologicamente mortos.

Para estimar a capacidade produtiva de arumã e as taxas de extração sustentável em diferentes ambientes naturais e manejados foram implementados experimentos de corte em fevereiro de 2002 e julho de 2002 dentro de seis comunidades: São José, Santa Rosa e Tucumã com *Poapoa Kantza* (*I. arouma*) e em Trindade, Mauá e Jandu com *Halepana* (*I. obliquus*). Foram feitos 4 tratamentos para simular e acompanhar o impacto provocado pela extração dos talos maduros de cada touceira, com 10 repetições para cada tratamento. Os tratamentos foram: nenhum corte (controle); corte de 25% a 33% dos talos maduros; corte de 50% a 66% dos talos maduros; corte de 100% dos talos maduros.

Os experimentos foram monitorados 3 vezes (agosto e novembro de 2002 e fevereiro de 2003). Os dados aqui apresentados correspondem ao último censo, um ano após a implantação dos tratamentos. Utilizamos análise de variância (ANOVA), no programa Systat 8.0. As probabilidades entre as categorias analisadas foram testadas através do método de Tukey.

3. Discussão e Resultados

A distribuição de *Ischnosiphon arouma* (Poapoa) e *I. obliquus* (Halepana) não é uniforme. Estas plantas ocorrem principalmente ao longo de igarapés ou em roçados abandonados, ambientes que geralmente apresentam maior luminosidade. Além disso, as duas espécies podem co-ocorrer, mas raramente o fazem, e quando uma domina o local, a outra se encontra em menor quantidade ou ausente. Poapoa apresenta em média um total de 8.3 talos/touceira, enquanto halepana chega a 12 talos/touceira. Considerando os diferentes tipos de talos, (1) brotos são um bom indicativo da capacidade reprodutiva da touceira; (2) velhos indicam senescência da touceira; e (3) talos totais, indicam o tamanho e estrutura da touceira. Em geral, existem poucos brotos por touceira (0.4 e 0.67 para poapoa e halepana, respectivamente), e um número 3 vezes maior de talos mortos (1.3 e 2.23 para poapoa e halepana respectivamente).

Os tratamentos de corte tiveram um impacto significativo sobre o número de brotos produzidos após um ano para poapoa ($F=2.97$, $p=0.037$). Um corte de 25-33% resultou em mais que o dobro (0.9) do número de brotos/touceira, em relação ao controle (0% de remoção, 0,4 brotos/touceira). Touceiras que sofreram tratamentos mais intensivos, como 50-66% e 100% de remoção dos talos maduros não foram capazes de repor, no período de um ano, na forma de brotos, o número de talos perdidos pela extração, mas todas apresentaram alguma produção de brotos. Além do efeito significativo dos tratamentos, também houve um efeito dos locais de amostragem (comunidades) sobre a brotação em poapoa ($F=7.15$, $p=0.009$). Touceiras localizadas em São José produziram 3 vezes mais brotos que touceiras de Santa Rosa.

As respostas de Poapoa em termos de talos totais, após um ano, também foram significantes, tanto para os tratamentos de corte ($F=15.54$, $p=0.001$) quanto para as comunidades ($F=5.25$, $p=0.025$). Novamente, o tratamento de 25-33% de remoção apresentou os melhores resultados. Halepana também apresentou diferenças significantes quanto ao número total de talos ($F=4.22$, $p=0.001$), mas em geral, as respostas das duas espécies de arumã aos tratamentos foram distintas. Por exemplo, halepana não apresentou diferenças significantes dos tratamentos quanto ao número de brotos.

Se as respostas obtidas neste primeiro ano forem mantidas ao longo do tempo, então o corte de 25% a 33% dos talos maduros poderá ser a estratégia de manejo mais eficaz para o arumã entre os Baniwa. Os tratamentos mais intensivos são desaconselháveis para o manejo de arumã porque os talos não se regeneraram ao longo do ano de estudo, as touceiras diminuíram sua capacidade reprodutiva e aumentaram a taxa de talos senescentes da touceira tanto para halepana como para poapoa.

Os talos das touceiras de arumã não são independentes, mas se comunicam através de um intrincado sistema de rizoma. Desta forma, os talos maduros são os principais responsáveis pela captação de energia, produção de nutrientes e reprodução da touceira. A retirada excessiva de talos maduros provocou danos aparentemente de difícil recuperação para a estrutura original da touceira.

A forma de manejo proposta através do controle do número de talos extraídos, que deveria ficar em torno de 25-33%, possivelmente acarretará um maior esforço por parte dos artesãos, uma vez que, implicará na extração de poucos talos por touceira. Artesãos terão, no mínimo, que percorrer uma maior distância a fim de obterem mais touceiras e conseqüentemente mais talos. Tradicionalmente, os Baniwa raramente colhem todos os talos maduros de uma touceira, e as touceiras das duas espécies de arumã são abundantes em suas roças abandonadas. Para suprir a necessidade de talos, num cenário de aumento da demanda por um mercado consumidor expandido pela exportação, o ideal é que se inicie um processo de manejo e controle pelas comunidades sobre a extração. O plantio de arumã pelos artesãos também tem sido testado, e se mostrou viável com as técnicas de plantio de rizoma e de leque de folhas.

4. Conclusões

A extração da fibra de arumã para a confecção de artesanatos sempre fez parte da cultura dos indígenas Baniwa da bacia do Rio Içana. O recente encaminhamento destes artesanatos para o mercado externo como alternativa econômica para o sustento das comunidades Baniwa até o presente momento tem se mostrado uma alternativa viável de sustentabilidade econômica e ambiental para estas populações e o ecossistema que elas ocupam (Shepard e Silva, 2001). Ainda são necessários maiores estudos a fim de se testar outras técnicas de manejo, mas já podemos indicar que a estratégia de corte mais branda, onde são cortados apenas 25% a 33% dos talos maduros da touceira é a mais adequada para a proliferação dos brotos, e também para que a mesma se mantenha estável ao longo do tempo. A extração racional dos talos maduros da touceira, conciliada com o plantio pelos artesãos, poderá prover a auto-sustentação financeira e ecológica destas comunidades sem risco para o meio ambiente. Outros fatores ainda terão que ser analisados futuramente como o impacto econômico e social que esta atividade poderá provocar na cultura destas populações tradicionais e como este impacto será repassado para o meio ambiente e para a economia local ao longo dos anos.

5. Referências Bibliográficas

Hoffman, D. 2001. Arumã no Alto Rio Içana: perspectivas para o manejo. São Gabriel da Cachoeira (AM): ISA – Programa Rio Negro. 54p. (Relatório não publicado)

- ISA.** 2000a. O que os Brasileiros Pensam dos Índios. Pp. 57-62. *In:* Ricardo, C.A. (ed). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: ISA (Instituto Socioambiental). 832p.
- ISA.** 2000b. Arumã no Alto Rio Negro: revisão bibliográfica e histórica da pesquisa de arumã no Alto Rio Negro – uma proposta de pesquisa com objetivo do manejo sustentável de recursos naturais e domesticação desta matéria-prima. São Gabriel da Cachoeira (AM): ISA – Programa Rio Negro. 150p. (Relatório não publicado).
- Ribeiro, B.R.** 1980. A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 270p.
- Ribeiro, B. R.** 1995. Os Índios das Águas Pretas. Companhia das letras. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Shepard, G.H. Jr.; Silva, M.N.F. da.** 2001. Arte Baniwa: Avaliação preliminar da sustentabilidade socioambiental da produção e comercialização do artesanato de arumã (*Ischnosiphon spp.*) no Alto Içana – relatório preparado para o Instituto Socioambiental (ISA). São Gabriel da Cachoeira (AM): ISA– Programa Rio Negro. 61p.

Notícias Socioambientais

Coiab faz seminário sobre mineração em Terras Indígenas

Realizado nos dias 21 e 22/7, em Manaus, o evento promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), revelou o impasse que existe entre os interesses das mineradoras e os dos povos indígenas.

Representantes dos ministérios das Minas e Energia e da Justiça, da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi), da Companhia de Pesquisa e de Recursos Minerais (CPRM), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Polícia Federal discutiram durante dois dias a questão da mineração em Terras Indígenas.

O controverso tema foi abordado sob duas perspectivas. De um lado, a exploração sustentável e artesanal de minérios pelos próprios índios, com base no direito ao usufruto exclusivo que os povos indígenas detêm sobre os recursos naturais existentes em suas terras. De outro, a exploração de minérios por terceiros em Terras Indígenas, que demanda a regulamentação do §3º do artigo 231 da Constituição Federal por lei ordinária. O parágrafo garante ainda que a autorização para exploração por terceiros, de minérios em Terras Indígenas, deve ser aprovada pelo Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas e assegurada aos índios a participação nos resultados da lavra.



Em 1988, deputados constituintes mostram mapa elaborado pelo Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, uma das instituições que deu origem ao ISA - com as empresas de mineração instaladas em Terras Indígenas, no encaminhamento da votação que acabou aprovando a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a exploração de minérios em Terras Indígenas.

De acordo com dados apresentados pelo ISA, representado no evento pelo advogado André Lima, do Programa Política e Direito Socioambiental, até abril de 1998 tinham sido registrados 7203 processos de requerimento de pesquisa ou de lavra em 126 Terras Indígenas. Em 44 dessas terras os requerimentos abrangiam mais de 50% do território. Em 22, tal abrangência superava os 90% da extensão territorial.

Exemplos de requerimentos e sua abrangência territorial em TIs

- TI Baú (PA) 519 processos – Abrange 89,48% do seu território
- TI Kayapó (PA) 319 processos – 48,89% do seu território
- TI Mekragnoti (PA) 214 requerimentos – 75,97% de seu subsolo
- TI Panara (MT/PA) 177 processos – 92,81% do seu território
- TI Vale do Guaporé (RO) 60 requerimentos – 92,39% do território

Os participantes debateram também os Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados a respeito do assunto como: o Estatuto das Sociedades Indígenas (Projeto de Lei nº 2.057/1991), de autoria do então deputado, hoje senador Aloízio Mercadante, cuja versão atual é o substitutivo do ex-deputado Luciano Pizzatto; e o Projeto de Lei nº 1.610/1996 do senador Romero Jucá.

O que pensa o ISA

O advogado André Lima fez uma exposição sobre a opinião do ISA a respeito dos PLs em discussão na Câmara dos Deputados, ressaltando que eles apresentam problemas que necessitam de debates mais aprofundados (*veja a relação no quadro abaixo*). Por esse motivo, a discussão sobre mineração artesanal em pequena escala e baixo impacto feita pelos próprios indígenas nos termos do usufruto exclusivo previsto na Constituição de 1988 deveria ser dissociada daquela sobre mineração industrial em terras indígenas por terceiros.

Impasses dos PLs em discussão no Congresso (Estatuto das Sociedades Indígenas, PL 2057 de 1991 e PL 1610 de 1996, do senador Romero Jucá)

- Nenhum deles estabelece um limite espacial máximo para mineração em TI.
- No que se refere à participação indígena nos resultados da lavra, nenhum dos PLs estabelece mecanismos de controle da comunidade indígena afetada sobre o processo extrativo, industrial e comercial para poder aferir a renda e monitorar os procedimentos.
- O PL 1.610 diz que para a utilização do valor principal da lavra deve haver autorização da Funai e do Ministério Público Federal, o que envereda pela rota da decadente tese da incapacidade civil dos indígenas. O PL 2.057/91 diz que a utilização dos recursos pelos índios é livre.
- O PL 1.610 não estabelece obrigatoriedade de estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).
- Os PLs não estabelecem a forma como as comunidades devem ser ouvidas, onde, com que antecedência, como e se serão informadas previamente dos interesses e pesquisas e de que forma sua manifestação deve ser considerada.
- Os dois projetos de lei propõem a validação do privilégio aos requerimentos anteriores à promulgação da Constituição Federal. Há cerca de 2000 processos anteriores à Constituição de 1988.

Várias lideranças indígenas expuseram os conflitos que vivenciam, suas experiências e demandas relacionadas à mineração e ao garimpo, desde a invasão de Terras Indígenas Yanomami por garimpeiros e as conseqüências socioambientais prejudiciais aos índios, até experiências de comercialização em pequena escala de minérios pelos próprios índios (Baniwa e Tukano), como fonte complementar de renda, sem qualquer tipo de apoio técnico ou financeiro do Poder Público.

Sérgio Sérulo, chefe de gabinete do Ministério da Justiça, relatou a grande preocupação que existe em relação à situação dos índios Cinta-Larga e o garimpo de diamantes em seu território e, portanto, a urgência em se encontrar uma solução independente dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.

Outro ponto de destaque do seminário foi a necessidade de investimento público em iniciativas-piloto que criem paradigmas positivos para a regulamentação da matéria e beneficiem povos indígenas que estejam suficientemente organizados para lidar com esta atividade.

Já na opinião do DNPM, mesmo a exploração artesanal indígena com base no direito ao usufruto exclusivo garantido pela Constituição carece de nova lei que regulamente a matéria. Entretanto, Sérgio Sérulo, chefe de gabinete do Ministro da Justiça e Cláudio Beirão, assessor para assuntos indígenas do ministério, assim como André Lima, do ISA, foram enfáticos ao defender que o artigo 44 do Estatuto do Índio contemplado pela Constituição, precisa apenas de regulamentação infra-legal a ser promovida pela Funai, depois de ouvir o Ministério de Minas Energia.

Eles também sustentaram que a regulamentação a ser discutida deve assegurar critérios socioambientais e procedimentos específicos que garantam a sustentabilidade na exploração e o apoio do governo no monitoramento das terras. Os representantes dos ministérios saíram com a tarefa de harmonizar o entendimento jurídico a respeito.

Ao final do encontro, a Coiab aprovou uma carta assinada pelas lideranças indígenas presentes com uma série de demandas ao Governo Federal. Uma delas, destacando a total rejeição dos povos indígenas ali representados ao Projeto de Lei 1.610/96, já aprovado no Senado e que hoje se encontra na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados.

No entender dos representantes indígenas presentes, que tiveram o apoio da Associação de Geólogos do Amazonas e do ISA, a mineração por terceiros em Terras Indígenas, prevista no artigo 231 da Constituição somente deve ser regulamentada no bojo de uma política integrada para os povos indígenas no Brasil. E isso passa fundamentalmente pela aprovação do Novo Estatuto das Sociedades Indígenas que tramita na Câmara dos Deputados há mais de 13 anos. O Projeto de Lei do Novo Estatuto das Sociedades Indígenas prevê um capítulo inteiro para a regulamentação da mineração em Terras Indígenas, entre outros direitos indígenas fundamentais.

Próximos passos

Diante da posição da Coiab, rejeitando o PL do senador Jucá, o professor Cláudio Scliar, secretário adjunto de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia (MME), afirmou que levará aos seus superiores a sugestão dos povos indígenas de aprofundar e, se possível, reavaliar a estratégia daquele ministério. Ele explicou que o governo federal desconhecia esse posicionamento dos representantes indígenas.

O MME assumiu o compromisso de articular alianças para a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e propôs as seguintes medidas complementares e emergenciais:

- promover um encontro dos órgãos de governo para definir propostas de emenda aos PLs em trâmite ou apresentar outro Projeto de Lei;
- definir a diferença entre mineração industrial e artesanal;
- apoiar a criação de cooperativas para os povos indígenas;

- realizar zoneamento econômico-ecológico das áreas, para orientar os povos indígenas no manejo dos recursos naturais existentes nas suas terras;
- realizar dois seminários regionais, no prazo de 60 dias, um em Boa Vista e outro em Porto Velho, e no prazo de 90 dias, promover um seminário macro-regional na Amazônia, com representantes indígenas para aprofundar a discussão e somar as propostas a serem levadas para o governo;
- e, finalmente, buscar conhecer experiências de outros países como Bolívia e Equador, onde os povos indígenas desenvolvem projetos de aproveitamento dos recursos naturais e minerais existentes em suas terras. (ISA, André Lima, 24/07/2003)

Leia, a seguir, a íntegra da Carta da Coiab aprovada no seminário. Para mais informações acesse a página da Coiab na internet (www.coiab.com.br).

Carta-Proposta das Lideranças Indígenas

Seminário sobre o uso de recursos naturais em Terras Indígenas

Nós, lideranças de comunidades e associações indígenas do Amazonas, dos povos Arapaço, Baniwa, Munduruku, Piratapuia, Saterê Mawé, Tariano, Tukano e Yanomami, participantes do Seminário sobre o uso de recursos naturais em terras indígenas, depois de ter a oportunidade de partilhar as nossas experiências, dificuldades e expectativas na área do aproveitamento dos recursos naturais e minerais existentes nas nossas terras, em função do Desenvolvimento Sustentável das nossas comunidades e gerações futuras, e após analisar as explicações de técnicos, advogados e especialistas dos Ministérios das Minas e Energia (MME), da Justiça e autarquias.

Considerando que os povos indígenas sempre viveram de forma autônoma, providos dos bens que a mãe natureza lhes oferecia para o sustento diário de seus filhos, sem ter que depender de terceiros e de políticas que sendo assistencialistas e paternalistas geram somente dependência e as vezes mais empobrecimento;

Considerando que a globalização é um fenômeno mundial que atinge até os povos mais distantes, gerando neles necessidades que precisam ser preenchidas dignamente como vestimenta, atendimento de saúde, educação escolar indígena diferenciada, entre outras;

Considerando que os povos indígenas sempre trabalharam para si, fundamentalmente para o sustento de suas famílias e filhos, sem ambições de acumulação e lucro, e hoje querem condições políticas, técnicas e jurídicas que os ampare para que possam aproveitar as riquezas naturais e minerais de suas terras, em benefício de suas comunidades, garantindo com tudo, a proteção e preservação do meio ambiente;

Considerando que a legislação vigente ou em tramitação no Congresso Nacional sobre a exploração especialmente dos recursos minerais em terras indígenas atende apenas os interesses do Estado e de empreendimentos particulares;

Considerando, que é necessária e urgente regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas pelos próprios povos indígenas, visando atender seus interesses e necessidades de sustentabilidade;

Considerando, finalmente, que é de fundamental importância garantir a participação dos povos e comunidades indígenas na discussão e definição de quaisquer medidas políticas, administrativas e jurídicas que lhes diz respeito, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) que estabelece a consulta prévia e informada como necessária ao se tratar de políticas públicas de desenvolvimento para os povos indígenas;

Propomos:

Primeiro - Que o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva aprove, urgentemente o Estatuto dos Povos Indígenas, inviabilizando a tramitação e aprovação de quaisquer outros projetos de lei que confrontam os direitos indígenas, como o PL 1610/96 de autoria do Senador Romero Jucá, sobre a exploração mineral em terras indígenas;

Segundo - Que o governo regulamente e assegure a exploração dos recursos minerais pelos próprios povos indígenas e apóie na implementação de outros projetos para sua sustentabilidade;

Terceiro - Que o DNPM e CPRM disponibilizem dados de pesquisas minerárias em Terras Indígenas, para os povos e organizações indígenas;

Quarto - Que o DNPM e CPRM disponibilizem técnicos para a capacitação dos povos e organizações indígenas, no que diz respeito ao valor de cada recurso mineral;

Quinto - Que o governo, através do Ministério de Minas e Energia (MME) estude a possibilidade de criar um Projeto Piloto Demonstrativo em Terra Indígena de exploração de recursos minerais, administrado pelos povos indígenas;

Sexto - Que o governo disponibilize técnicos para estudos de impacto ambiental e informar os riscos, benefícios e impactos sociais e culturais que poderão afetar as comunidades indígenas com atividades de exploração mineral em suas terras;

Sétimo - Que o MME e o Ministério da Justiça (MJ) assegurem recursos financeiros para a realização de Seminários em outros Estados com o objetivo de aprofundar a discussão e depois realizar um Seminário Macro-regional para a consolidação de uma Proposta de Mineração em Terras Indígenas, levando em conta a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Oitavo - Que o governo crie mecanismos de participação dos povos indígenas nas instâncias de decisão sobre pesquisa mineral;

Nono - Que a boa vontade e disposição do governo em ouvir os povos indígenas, envolvendo-os na construção democrática da nação, e sobretudo, na definição de seu destino, se traduza a curto prazo em políticas públicas que resolvam de uma vez por todas a dívida social que secularmente o Estado e a sociedade brasileira tem para com os povos indígenas.

Manaus, 22 de julho de 2003.

Assinam: Adão Oliveira - Tariano - COIDI / José Maria de Lima - Piratapuia - FOIRN / Agnaldo Cardoso Rodrigues - Munduruku - MEIAM / André Fernando - Baniwa - OIBI / Pedro Renato Figueiredo da Silva - Yanomami - AYRCA / Argemiro Teles - Arapaço - ACIBRN / Ismael P. Moreira - Tariano - YAKINÕ / Josué Tavares da Silva - Saterê Mawé - OPIAM / Maria Miquelina Machado Tukano - COIAB / Rosemeri Maria Vieira Teles - Arapaço - DM/COIAB / Bonifácio José - Baniwa - FEPI / Jorge Miles da Silva - Terena - FEPI / Amarildo Machado - Tukano - FEPI / Estevão Lemus Barreto - Tukano - FUNAI

São Gabriel da Cachoeira: uma cidade na beira das Terras Indígenas

A cidade de São Gabriel da Cachoeira está localizada na margem esquerda do alto rio Negro. Cresceu aceleradamente na última década, contando hoje com uma população de pouco mais de doze mil pessoas, sendo a grande maioria indígena. São Gabriel é uma antiga povoação colonial-militar do século XVIII e, desde o início do século XX, a principal base da missão católica salesiana rionegrina. A partir da década de 1980, tornou-se um centro administrativo e comercial de importância geopolítica, sede de um município na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. É hoje um pólo "externo" de atração da população indígena.

FOIRN/ISA realizaram um estudo das roças e fazendas de moradores indígenas e não-indígenas da cidade e seu entorno imediato, complementado com a localização dessas unidades produtivas em imagens de satélite, o que permitiu diferenciar as unidades de paisagem e formas de apropriação da terra e da produção associadas a cada uma delas.

A atual expansão agrícola em São Gabriel se dá no sentido Sul-Norte, onde inclusive está localizado o Assentamento Agrícola Municipal. É o principal eixo de expansão da agricultura familiar, uma vez que o restante do espaço encontra-se com a situação fundiária definida. As terras da margem oposta do rio Negro, que fazem parte da Terra Indígena Médio Rio Negro I, também são utilizadas para agricultura por famílias indígenas residentes na cidade. Porém, conforme indicado no mapa, apenas uma estreita faixa na margem do rio é apropriada para roças, já que no restante há predomínio de formações de caatinga.

A pesquisa mostrou que novos espaços agrícolas vão se transformando em cidade com o tempo, já que levam à abertura de estradas, construção de casas e a formação de novos bairros, processo que se consolida com distribuição de lotes pela prefeitura nos períodos pré-eleitorais.

Nesse cenário, uma questão importante para o futuro da região diz respeito à garantia de infra-estrutura (transporte, canais de comercialização apropriados, etc.) necessária para as famílias indígenas que optaram por viver na cidade.

Pesquisa Socioeconômico-demográfica
de São Gabriel da Cachoeira
FOIRN/ISA

Cristiane Lasmар/ISA

A pesquisa Socioeconômico-demográfica de São Gabriel da Cachoeira tem por objetivo geral levantar informações que permitam traçar um perfil amplo da população da cidade, principalmente no que se refere às suas condições de vida. Para tanto, será aplicado em 50% das residências da cidade um questionário extenso (16 páginas) que focaliza temas como composição residencial, natalidade e mortalidade, lógica e trajetórias de migração, tipos de moradia, situação sanitária, acesso a serviços de saúde, níveis de escolarização, redes de troca, padrões de consumo, inserção no mercado de trabalho, entre outros.

Com o propósito de levantar dados iniciais sobre a população – número de domicílios, origem e distribuição dos moradores por bairro, proporção de índios e brancos, representação das línguas e etnias no espaço urbano –, que pudessem servir de apoio para o planejamento da pesquisa, foi realizado durante os meses de fevereiro e março de 2003 um levantamento preliminar, com base em uma ficha simplificada referenciada ao chefe da casa. Foram pesquisados 2813 domicílios, que totalizaram 13217 habitantes. Este número exclui os domicílios localizados em vilas militares e estâncias, construções que abrigam várias famílias, alojadas em quartos ou pequenos apartamentos alugados. O trabalho de identificação das estâncias está em curso.

Os resultados do levantamento preliminar forneceram subsídios importantes para o planejamento da pesquisa com os questionários extensos, que se iniciou no início de agosto/2003. A equipe de pesquisadores, formada em comum acordo com as Associações de Bairro da cidade, vem sendo treinada desde 2001 e colaborou na produção de croquis, em que os bairros aparecem divididos em setores e as residências codificadas. A cada fase do processo da pesquisa, os representantes das AB são chamados à interlocução com a coordenação FOIRN/ISA. Ao todo, foram realizadas três reuniões com essas lideranças (novembro de 2001, fevereiro de 2003 e agosto de 2003).

Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário do povoado de Iauaretê

Discussão preliminar dos dados

Geraldo Andrello/ISA

O povoado de Iauaretê, localizado no médio rio Uaupés, onde este rio recebe as águas do rio Papuri, constitui o maior núcleo populacional da fronteira Brasil/Colômbia. Trata-se de um caso único no contexto regional, no qual se observa um processo de concentração demográfica e urbanização ocorrendo no interior da Terra Indígena Alto Rio Negro. Este processo envolve exclusivamente a população indígena local, pois não ocorrem ali invasões de quaisquer tipos. Por outro lado, Iauaretê é, há várias décadas, base de atuação dos missionários salesianos no Uaupés, como também, há cerca de quinze anos, do Exército brasileiro. Estaremos, portanto, a tratar de uma situação que resulta da transformação progressiva de um padrão de ocupação disperso e ribeirinho para um núcleo que vai rapidamente assumindo feições urbanas. A incorporação de novas atividades econômicas pelos índios, bem como a transformação de suas atividades agrícolas tradicionais foram os principais focos dos levantamentos lá realizados. Para iniciar, apresentamos algumas informações históricas.

1.1. História recente de Iauaretê

No final da década de 20, duas missões oficiais dedicaram-se ao reconhecimento da situação do Uaupés, dando conta de algumas particularidades que, já àquela altura, eram observadas em Iauaretê. Trata-se das expedições do etnólogo Curt Nimuendaju, pelo Serviço de Proteção aos Índios, e do major Boanerjes Lopes de Souza, pela Comissão de Inspeção de Fronteiras. Ambos já se deparam em Iauaretê com uma notável concentração de malocas e sítios Tariano, indicando a importância estratégica do lugar e recomendando melhoramentos para a unidade local do SPI e implantação de destacamento militar. Nos contatos com os funcionários da Aduana colombiana, já situada àquela altura na foz do Papuri, tiveram a oportunidade de expor suas preocupações quanto aos abusos que balateiros colombianos praticavam com relação aos índios. A intolerância dos missionários para com a cultura tradicional dos índios era anotada por Nimuendaju como outro dos males que pesavam sobre o bem estar das populações indígenas do alto rio Negro, e, assim, recomendava a implantação de um estabelecimento definitivo do SPI em Iauaretê que *“lhes tomasse a dianteira”*. Lopes de Souza, embora enxergando *“benefícios da civilização”* levada pelos missionários àquela remota região, preconizava o desaparecimento das instituições indígenas face ao avanço da catequese que viria nas décadas seguintes (Nimuendaju, 1927; Lopes de Souza, 1955). Não se pode dizer que esse pessimismo tenha se confirmado. A população indígena do Distrito de Iauaretê é muitas vezes maior do que na época desses viajantes, e, tendo em vista a existência de mais de uma dezena de organizações indígenas ali hoje, não parece correto dizer que as instituições indígenas tenham desaparecido.

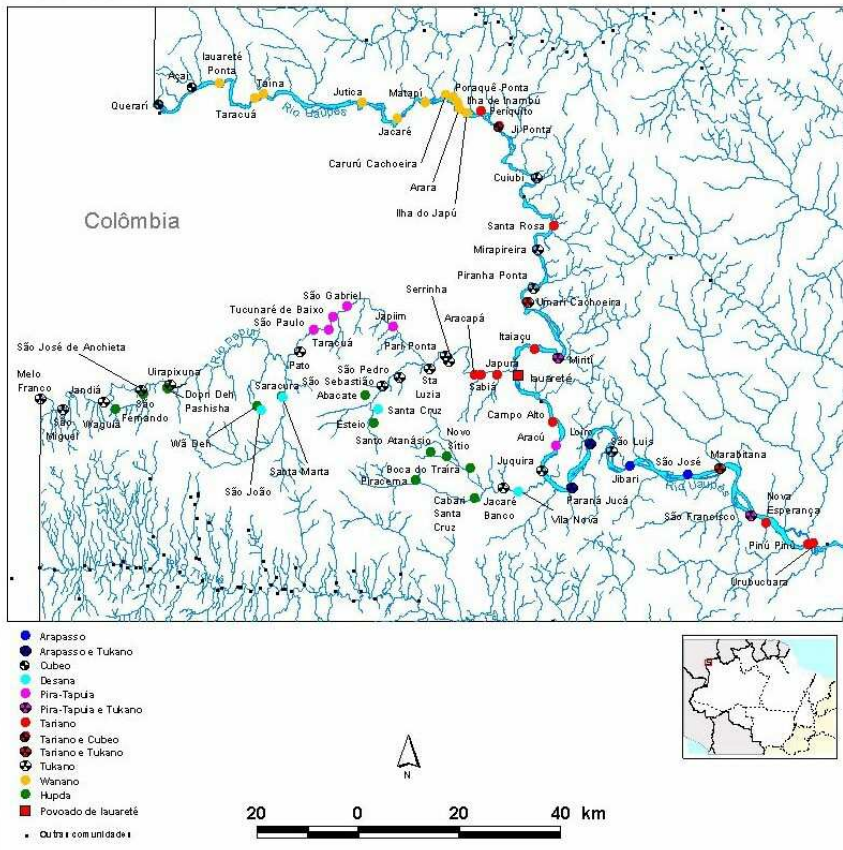
Os salesianos realizaram uma primeira viagem de reconhecimento a Iauaretê em 1927, e, em 1930, fundaram ali a missão de São Miguel Arcanjo. E, com efeito, o núcleo populacional de Iauaretê àquela altura já chamava a atenção dos viajantes, pois, de acordo com a descrição de Lopes de Souza (1955:118): *“o povoado indígena dos tarianos compõe-se de 4 malocas e 22 casas de taipa, distribuídas em dois grupos em que o Xibuí-igarapé é a linha divisória. O primeiro, que é maior, obedece ao comando do Capitão Leopoldino e o segundo ao do Capitão Nicolau. Aquêle á mais afeiçoado ao Posto do Serviço de Proteção aos Índios (...)”*. E continua mais à frente: *“Uma aléia de bananeiras e farto canavial se estende cerca de 700 metros ao longo da estrada que liga os dois grupos do povoado. A roça de mandioca é bem grande e há abundância de legumes”*. Excelente lugar portanto para uma missão, já com 138 moradores permanentes. Ao longo das cinco décadas seguintes, a missão salesiana consolidou-se, com a

construção de um internato para estudantes indígenas e um hospital. As comunidades indígenas mais próximas foram estimuladas pelos padres a se transferirem para mais perto do novo centro de catequese e as crianças em idade escolar das comunidades situadas ao longo dos rios Uaupés e Papuri vinham para o internato. Segundo José C.M. Carvalho, zoólogo do Museu Nacional que visitou Iauaretê no ano de 1949, a missão já contava com 270 alunos (Carvalho, 1952). A presença dos salesianos nessa região do médio Uaupés, já na fronteira com a Colômbia, prestou-se a amenizar o aliciamento de trabalhadores indígenas por seringueiros colombianos, principalmente após o fechamento do posto do SPI nos anos 40. Somente nos anos 70 é que a FUNAI a re-ativou esse posto.

A importância que Iauaretê viria a assumir no contexto regional é atestada por um diagnóstico sócio-econômico específico dedicado a esta localidade no âmbito dos estudos realizados pelo RadamBrasil na região. Segundo esse diagnóstico, no início dos anos 70 Iauaretê já era um Distrito Administrativo do município de São Gabriel da Cachoeira, em cuja jurisdição encontrava-se um grande número de comunidades indígenas; no local haviam cerca de 500 moradores permanentes. A missão era apontada como a *“orientadora local”*, com posição de *“liderança”* no campo educacional e econômico. Havia uma serraria, uma olaria, uma marcenaria e uma fábrica de vassouras, tudo isso, além de toda a atividade comercial, sendo controlado pela missão. Menciona-se ainda neste diagnóstico que, no ano de 1975, o Distrito teria produzido um volume de 13 toneladas de cipó titica e uma pequena quantidade de sorva e breu; a missão responsabilizava-se por sua comercialização diretamente com compradores de Manaus. Embora decadente, o controle da atividade extrativista seguia assim sendo monopolizado pela Igreja. Em termos de infra-estrutura, Iauaretê já contava com energia elétrica fornecida por um gerador da Celetramazon (companhia energética do Estado do Amazonas) e era abastecida por um búfalo da FAB a cada 15 dias.

Ao final da década de 70, a atividade comercial já é mais intensa: havia uma cooperativa indígena apoiada pela missão operando com transporte fluvial próprio e a FUNAI abria também em seu posto uma loja de mercadorias para troca de artesanato. De modo importante, registra-se já nesse período o engajamento de alguns índios na atividade comercial autônoma e a abertura de um posto do Funrural que inicia o pagamento de aposentadorias rurais a pessoas com mais de 65 anos, de maneira que a circulação de moeda passa a ser cada vez mais significativa. A escola da missão contava com mais de 1.200 alunos (Oliveira 1981). Nesse período, Iauaretê passou a sede de um Distrito Municipal e desde então políticos regionais cogitam sua transformação em município, como uma divisão do município de São Gabriel da Cachoeira. Ao longo dos anos, o povoado veio, portanto, a se tornar um centro de referência para um grande número de comunidades localizadas no rio Uaupés, de Urubuquara a Querari, e no rio Papuri, da foz até Melo Franco: são cerca de 80 comunidades indígenas dos índios Tariana, Tukano, Desana, Pira-Tapuya, Arapasso, Wanano, Cubeo e Tuyuka que formam o chamado Distrito de Iauaretê. Ao final dos anos 80, no bojo da militarização promovida na área pelo Projeto Calha Norte, foi instalado em Iauaretê um Pelotão de Fronteiras do Exército, subordinado ao 5º BIS/CMA.

Distrito de Iauareté



1.2. Situação atual

Apesar de o povoado estar localizado em uma área indígena demarcada – Terra Indígena Alto Rio Negro, homologada por Decreto Presidencial em 14/04/1998 – o crescimento acelerado que teve lugar ao longo das duas últimas décadas atribuiu-lhe uma feição urbana, com vários papéis sociais emergentes sendo ocupados pelos próprios índios. A população cresceu de cerca 500 pessoas em 1975 para cerca de 2.700 em 2001, impulsionada pelo fechamento do internato dos salesianos e pela implantação de um colégio estadual de I e II graus. Não é mais possível atualmente definir Iauaretê simplesmente como um “centro missionário” com comunidades indígenas agregadas, um perfil que talvez tenha sido plausível até o final dos anos 80. Temos ali hoje professores, soldados, funcionários públicos, enfermeiros e comerciantes indígenas, bem como inúmeras organizações indígenas envolvidas em projetos de educação, alternativas econômicas e reafirmação cultural.

É comum ouvirmos na região do alto rio Negro, entre índios e instituições que desenvolvem projetos com as organizações indígenas, que o fim dos internatos salesianos teria acarretado um afluxo de muitas famílias indígenas em direção aos centros missionários, que vieram a se tornar distritos municipais. Considera-se assim que o sistema dos internatos haveria permitido por muitos anos que a educação escolar fosse oferecida para um grande número de crianças indígenas que, desse modo, passariam um período de sua vida residindo na própria missão. Suas famílias, mantendo-se em suas comunidades, assumiam a obrigação de contribuir com produtos agrícolas para a manutenção de seus filhos junto aos religiosos. Apesar da implantação crescente de escolinhas rurais nas próprias comunidades a partir dos anos 70, que teria permitido a permanência dos alunos junto das famílias, o processo de fechamento dos internatos veio a ocorrer em um momento - meados dos anos 80 – em que a oferta de educação nos centros missionários já incluía os estudos de I grau completo e, pelo menos no caso de Iauaretê, de II grau. Nesse momento as escolas já se encontravam incorporadas ao sistema de educação municipal e/ou estadual, porém ainda dependentes dos serviços dos salesianos para seu funcionamento.

Como resultado dessas mudanças, as famílias viram-se obrigadas à transferência para as sedes dos distritos a fim de proporcionar a continuidade dos estudos a seus filhos. E então, como se ouve especificamente para o caso de Iauaretê, a atração exercida pela escola teria promovido o crescimento verificado no povoado nos últimos quinze anos e um correlato esvaziamento das comunidades localizadas em sua área de influência. Nesse processo, as alianças por casamento que os grupos Tariano de Iauaretê mantinham com as outras etnias do distrito constituiu o mecanismo de base a partir do qual esse grupos passaram a negociar espaço para moradia e roçados no lugar. Nos últimos 15 anos, essa estratégia parece ter sido largamente empregada, levando à formação de novas comunidades multiétnicas no entorno de Iauaretê. Atualmente 10 comunidades formam o povoado, cinco delas consideradas “tradicionais” (as dos Tariano), ou seja, que já se encontravam no local mesmo antes da chegada dos missionários. Ao contrário das comunidades do Uaupés abaixo, Uaupés acima e Papuri, as comunidades de Iauaretê, embora funcionem de acordo com o mesmo padrão (cada qual com seu próprio capitão, catequista, animador, capela, centro comunitário, festas e rituais) são chamadas de “bairros”, pois, em função de sua contiguidade, são consideradas partes de um conjunto maior, que paulatinamente vai assumindo feições urbanas. Esta imagem é reforçada pela existência de um comércio indígena local, várias instituições de serviços (o colégio, o hospital, o correio, a FUNAI, o Infraero que controla o tráfego aéreo e faz a manutenção da pista de pouso e um pelotão do exército e CEAM).

A tabela abaixo mostra a evolução da população do povoado desde o ano de 1977:

Tabela I - Crescimento populacional do povoado de Iauaretê por “bairros” [1977-2000]

População total de Iauaretê, Centro												
Bairros	1977a	1977b	1982	1988a	1988b	1988c	1992	1994	1995	1997	2000a	2000b
São Miguel	87	117	124	131	188	188	146	?	?	235	330	243
D.Bosco	105	108	132	145	181	181	155	?	?	280	320	265
Sta. Maria (inclui S.Pedro)	241	145	210	209	196	195	188	?	?	251	227	255
S.Pedro	0	0	0	71	68	68	80	?	?	?	102	98
Domingos Sávio	44	0	51	85	73	73	59	?	?	174	190	223
Cruzeiro (inc.D.Pedro Massa)	0	0	0	0	135	97	174	?	?	280	323	308
Aparecida	0	0	0	0	129	123	120	?	?	355	371	435
D.Pedro Massa	0	0	0	0	0	0	168	?	?	300	193	207
São José	0	0	0	0	0	0	0	?	?	Incluso em D.Pedro Massa	170	190
Fátima	0	0	25	41	41	47	57	?	?	Incluso em Sta Maria	98	50
Total	477	370	542	682	1011	972	1147	1810	979	1875	2324	2274

Fontes:

- 1977a FUNAI/PI Iauaretê
- 1977b FUNAI - ADR São Gabriel
- 1982 Levto Missão Salesiana
- 1988a Levto Missão Salesiana
- 1988b GTI/FUNAI (identificação)
- 1988c FUNAI/PI Iauaretê
- 1992 Censo/FOIRN
- 1994 Paróquia Iauaretê
- 1995 Banco Dados ISA
- 1997 Levto demarcação ISA/FOIRN
- 2000a Saúde Sem Limites
- 2000b Lideranças dos bairros de Iauaretê

A atual população, de acordo com sua distribuição pelos bairros é a seguinte:

Tabela II – Número de pessoas por bairro em 2002

Vila Aparecida	482
Cruzeiro	377
São Miguel	345
Dom Bosco	317
Santa Maria	280
Dom Pedro Massa	241
Domingos Sávio	234
São José	168
São Pedro	107
Fátima	95
Nossa Senhora Auxiliadora	13
total de pessoas	2.659

A partir da tabela I é possível acompanhar o crescimento da população ao longo dos anos e observar, de modo correlato, o surgimento de novos “bairros” no povoado. Até a década de 70, a população de Iauaretê era basicamente formada pelos Tariano das comunidades de São Miguel, Dom Bosco e de um pequeno núcleo e, São Domingos Sávio. Todas elas situavam-se por ocasião da implantação da missão em terras que vieram a ser oficialmente entregues aos salesianos pelo Governo Federal. Logo nas primeiras fases de implantação da missão seus moradores foram estimulados pelos padres a se aproximarem ainda mais do novo núcleo missionário, a abandonar suas malocas e a construir pequenas casas familiares enfileiradas. Havia também os grupos Tariano da margem oposta, que são os descendentes dos capitães Nicolau e Leopoldino, mencionados nos relatos do início do século. Na atual configuração do povoado, essas duas últimas são as comunidades mais antigas, cujos antepassados receberam os primeiros missionários e sempre se mantiveram ocupando seus sítios originais de moradia. Atualmente, formam duas comunidades: Santa Maria e São Pedro. Temos assim cinco bairros considerados “tradicional” de Iauaretê, e são os que detêm maiores parcelas de terras cultiváveis.

Os outros cinco bairros – Cruzeiro, D. Pedro Massa, São José, Aparecida e Fátima – são compostos por famílias que vieram se estabelecendo progressivamente em Iauaretê após o fechamento do internato. Nos três primeiros, há um predomínio de famílias procedentes das comunidades do rio Uaupés situadas abaixo de Iauaretê e do rio Papuri, ao passo que as famílias das comunidades do Uaupés situadas acima de Iauaretê vêm majoritariamente fixando residência no grande bairro de Aparecida. O bairro de Fátima é formado exclusivamente por famílias Hupda, que há cerca de 20 anos fixaram-se em Iauaretê varando desde o Tiquié. Esses Hupda, caçadores-coletores semi-móveis, obtiveram espaço dos Tariano de Santa Maria, estabelecendo em terras mais interiores atrás dessa comunidade.

À exceção do bairro São Pedro, as outras comunidades Tariano tradicionais de Iauaretê também vieram recebendo moradores dessas outras zonas nas últimas décadas, de maneira que, assim como os novos bairros, sua composição étnica atual é também bastante variada. Isso se deve ao fato de que os Tariano casam-se tradicionalmente com mulheres pertencentes às outras etnias do distrito, à exceção das Desana. Trata-se da regra tradicional de exogamia lingüística, até hoje em vigor na região do Uaupés. Tal mecanismo permitiu a muitos cunhados dos Tariano de Iauaretê obter espaço para moradia e roçados em suas comunidades. Para os grupos que não mantinham laços estreitos de parentesco com eles, havia a alternativa de obter

espaço junto aos missionários. Esses viriam a dar origem aos novos bairros. Atualmente, há 411 grupos domésticos com residência permanente em Iauaretê, cuja etnia e procedência estão sintetizadas na tabela abaixo.

Tabela III- Origem geográfica e etnias dos grupos domésticos de Iauaretê

	Uaupés abaixo	Uaupés acima	Papuri	Iauaretê centro	S/ inf. ou outros	Total
Tariano	27	32	20	67	5	151
Tukano	20	17	58	5	9	109
Pira-Tapuia	27	3	26	4	2	72
Desana	2	1	14	1	5	23
Wanano	-	21	1	-	-	22
Arapasso	15	-	-	1	2	18
Hupda	-	-	2	-	12 (Tiquié)	14
Baré	-	-	1	1	1	3
Miriti-Tapuia	-	-	-	1	2	3
Cubeu	-	1	-	1	-	2
Caboclo	-	-	1	1	-	2
Tuyuka	-	-	1	-	-	1
Carapanã	-	-	1	-	-	1
Total	91	75	125	82	38	411

Na tabela abaixo encontram-se indicadas as etnias de acordo com a quantidade de indivíduos.

Tabela IV – População por etnia

	homens	mulheres	Total
Tariano	480	420	900
Tukano	334	305	639
Piratapuia	189	187	376
Desana	109	83	192
Wanano	78	62	140
Arapaso	65	46	111
Hupda	47	44	91
Baré	12	19	31
Tuyuka	6	13	19
Cubeo	3	12	15
Mirititapuia	6	6	12
Baniwa	-	4	4
Carapanã	5	3	8
Barasano	1	2	3
Bará	-	2	2
não índio*	8	4	12
não declarada	39	65	104
total	1.382	1.277	2.659

Obs. Nesta tabela aparecem algumas etnias que não aparecem na tabela anterior (Baniwa, Bará e Barasana). Tratam-se na maioria de mulheres casadas com homens de outras etnias, e

que, assim, fazem parte de grupos domésticos designados pela etnia de seus maridos. A etnia do marido define neste caso a designação étnica da família em função da patrilinearidade que se observa entre todos os grupos indígenas do Uaupés.

As condições de vida das famílias residentes em Iauaretê são muito diferentes daquelas que conheciam nas comunidades de origem e novos problemas passam a ser enfrentados. Duas preocupações correntes no povoado referem-se à crescente escassez de peixe e de espaço para abertura de novos roçados. Este segundo ponto é ainda agravado pela exigüidade de solos apropriados à agricultura, já que em uma grande parte das áreas adjacentes ao povoado há predomínio das formações de catinga sobre as áreas de florestas de terra firme. Temos assim uma situação nitidamente marcada pela alteração profunda dos padrões tradicionais de territorialidade e de aproveitamento dos recursos naturais, tal como apontados na literatura etnográfica referente ao noroeste amazônico (com o alto grau de dispersão dos grupos locais, as estratégias de diversificação no manejo de recursos naturais e a exploração de distintas faixas ecológicas por grupos ribeirinhos e interfluviais, ver Morán, 1990). Tal como vem ocorrendo há mais tempo na cidade de São Gabriel da Cachoeira, verifica-se também em Iauaretê a formação de uma agricultura de tipo peri-urbano, o que traz conseqüências para todo o sistema produtivo (cf. relatório etnobiológico de Laure Emperaire referente à pesquisa realizada em Iauaretê em 1999). A partir da carta-imagem da área de Iauaretê pode-se observar claramente a existência de uma grande extensão de capoeiras e roças no entorno do povoado. Essa extensão foi calculada em 5.091,83 hectares.

De acordo com levantamento que realizamos em 2001, havia no entorno do povoado um total de 777 roçados, o que resultaria em uma média de 1,9 roçados por grupo doméstico. Porém, devemos levar em consideração que, dos 411 grupos domésticos residentes em Iauaretê, 88 não possuem roças nessa área peri-urbana. Temos então que os 777 roçados contabilizados em Iauaretê pertencem a um total de 323 grupos domésticos. Nesse caso, nossa média aumenta para 2,4 roçados por grupo doméstico. Ainda assim, esta média é inferior à situação tradicional das comunidades do Uaupés, entre as quais a média seria de 3 a 4 roças por família (cf. Emperaire, 1999). As famílias de Iauaretê, no entanto, não dependem exclusivamente das roças aí localizadas, pois há 150 grupos domésticos que afirmaram ainda possuir roças em suas comunidades de origem. Isso talvez explique porque há 88 famílias sem roças em Iauaretê. Além disso, entre essas 88 há 50 que possuem pelo menos um de seus membros recebendo salário de alguma das instituições que operam em Iauaretê. De modo geral, esses números demonstram que as atividades de subsistência na área de influência do povoado vêm se transformando não apenas pelo aparecimento de trabalhos remunerados e pelo incremento da atividade comercial, mas também por novos arranjos relacionados à dinâmica da atividade agrícola.

Apesar dessas estratégias, a pressão sobre as terras no entorno do povoado é extremamente alta. Cerca de 70% das roças existentes hoje nessa área foram abertas em capoeiras, e apenas 25% em áreas de florestas de terra firme que ainda não haviam sido utilizadas. Cerca de 65% delas estão produzindo mandioca há menos de dois anos, e o restante já vem produzindo entre três e seis anos. Mais da metade dos chefes de família de Iauaretê avalia que suas roças produzem bem menos que no passado. Como já advertiu Emperaire (op. cit.), esta passagem à agricultura de tipo peri-urbano implica necessariamente em uma utilização de solos cada vez menos férteis, em períodos de re-utilização mais curtos e o uso de espécies de mandioca mais apropriadas a essas condições de menor fertilidade. Nesse último aspecto, as condições em que a atividade agrícola se desenvolve hoje em Iauaretê não favorecem a conservação da altíssima diversidade de espécies de mandioca tradicionalmente cultivadas pelos índios do Uaupés, e descrita por diversos autores (Berta Ribeiro, Janet Chernela e Laure Emperaire apontam mais de uma centena de variedades de manivas manejadas pelas agricultoras indígenas da região).

Vários depoimentos de pessoas de Iauaretê indicam a importância atualmente atribuída a duas variedades específicas: maniva de paca e maniva de tucunaré, duas variedades brancas. Segundo apontaram algumas pessoas, essas variedades não podem atualmente faltar em uma roça, tendo em vista sua resistência e aptidão para solos mais desprovidos de nutrientes: “essas são as que aguentam mais tempo sem apodrecer”, dizem alguns. Estas variedades seriam as mais apropriadas para roças abertas continuamente em áreas de capoeiras. Além dessas variedades locais mais “preferidas”, pode-se observar também um grande interesse em variedades trazidas de fora e reputadas de alta produtividade. Soubemos de duas variedades atualmente em uso na região que foram trazidas de Manaus e Barcelos. Segundo um funcionário local da COMARA, ele mesmo trouxe a de Manaus de avião. Segundo algumas mulheres, a maniva de Barcelos produz raízes surpreendentes, muito mais grossas e com um comprimento que pode atingir até 1,5 metros: “basta um pé para encher o aturá!” Pode-se assim aventar que tais variedades – as locais mais resistentes e as de fora mais produtivas – tenderiam a colonizar os roçados do entorno de Iauaretê.

Apesar de todos os fatores que incidem sobre a produtividade das roças em Iauaretê, a farinha de mandioca é o produto agrícola mais vendido e trocado em Iauaretê. Mais da metade das famílias que não dispõem de qualquer fonte de renda buscam o comércio local frequentemente com quantidades variáveis de farinha propondo vendas ou trocas aos comerciantes indígenas locais. Hoje em Iauaretê, cerca de 60% de grupos domésticos contam com alguma renda mensal e aproximadamente 40% que não. Entre esses 40% sem renda, haveriam ainda 38 famílias que não possuem roças em Iauaretê. Na tabela abaixo, apresentamos a distribuição da renda e das pessoas assalariadas por bairros:

Tabela V – Distribuição da renda local

Bairro	Famílias	Pessoas / bairro	Pessoas Assalariadas	Famílias sem renda	Famílias com renda	Renda
Cruzeiro	59	377	51	22	37	15.252,00
Dom Bosco	45	317	37	18	27	9.960,00
Dom Pedro Massa	36	241	29	16	20	12.505,67
Domingos Sávio	39	247	36	14	25	12.329,45
Fátima	15	95	2	13	2	480,00
Santa Maria	40	280	41	15	25	10.176,56
São José	32	168	17	17	15	7.160,00
São Miguel	55	345	64	16	39	20.171,37
São Pedro	16	107	13	6	10	3.533,00
Vila Aparecida	74	482	87	27	47	24.079,00
Totais	411	2659	377	164	247	115.647,05

Obs: O sombreado indica os bairros tradicionais de Iauaretê

Essa renda total de R\$ 115.647,05 que mensalmente entra em Iauaretê, provém das várias instituições que operam em Iauaretê, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela VI – Renda monetária por fonte pagadora

Instituição	nº pessoas	renda
Benefícios (Aposentadorias)	175	R\$ 31.751,00
Pelotão do Exército	44	R\$ 30.074,00
Colégio São Miguel	45	R\$ 16.554,43
Hospital São Miguel	31	R\$ 10.431,19
Infraero	3	R\$ 3.057,00
FUNAI	3	R\$ 3.040,45
FOIRN	5	R\$ 2.620,00
Saúde Sem Limites	9	R\$ 2.211,00
Escola Enêmine	7	R\$ 2.158,61
Secretaria de Educação	10	R\$ 2.113,00
CEAM	5	R\$ 1.978,37
Colégio de Santa Maria	9	R\$ 1.753,00
Metereologia	2	R\$ 1.700,00
Missão Salesiana (padres)	6	R\$ 1.580,00
SEMSA	2	R\$ 1.200,00
Missão Salesiana (irmãs)	7	R\$ 1.115,00
Correio	2	R\$ 880,00
Prefeitura	2	R\$ 430,00
? (não respondeu ou desconhecida)	2	R\$ 370,00
Particular	4	R\$ 230,00
EMBRATEL	1	R\$ 220,00
Comércio Local	1	R\$ 180,00
total	375	R\$ 115.647,05

Na tabela V, consta que 377 pessoas que hoje residem em Iauaretê recebem regularmente salário de alguma das instituições listadas na tabela VI, o que corresponde a 14,18% da população local. A relação entre assalariados e grupos domésticos não é, no entanto, de um para um, isto é, embora haja 377 assalariados, isso não quer dizer que haja o mesmo número de grupos domésticos com renda. De acordo com a tabela V, são 246 famílias que possuem renda regular, ou 60%. Isso quer dizer que há em torno de 131 grupos domésticos que possuem dois membros assalariados, o que nos leva a supor que a renda média dos grupos domésticos é bastante variada. E além disso, há 164 grupos domésticos, 40%, que não possuem renda regular. Além dos assalariados, há um pequeno número de pessoas (menos de 20) que afirmaram prestar serviços regularmente como diaristas, principalmente em serviços de construção. Há também cerca de 30 comerciantes indígenas, mas a maior parte deles pode iniciar seu negócio por serem assalariados. Não obstante essas variações, o número de indivíduos e de famílias com renda é bastante significativo, de maneira que a concentração das famílias no povoado de Iauaretê parece também ser propiciada pelo surgimento e crescimento ao longo dos anos dessas oportunidades de trabalho remunerado. Ainda de acordo com a tabela VI, percebemos que apesar do grande número de aposentadorias (há 175 pessoas que recebem esse benefício no povoado, um montante que coloca os aposentados no topo da lista dos “assalariados”), há 200 outros postos de trabalho remunerado ocupados em Iauaretê no ano de 2001. Esse número hoje deve ter subido para cerca de 250, em função da inauguração recente de um novo hospital mantido pelo Governo do Estado do Amazonas.

É importante chamar a atenção também para a distribuição dos salários e das aposentadorias pelos bairros de Iauaretê. Na tabela V, representamos com um sombreado os bairros

tradicionais. Totalizando separadamente os números desses bairros tradicionais dos bairros novos, temos que a população, o número de pessoas empregadas e o montante da renda (considerando salários e benefícios), distribuem-se de maneira equilibrada. Ou seja, os bairros onde residem as tradicionais famílias Tariano de Iauaretê não dispõem de privilégios especiais no que concerne ao acesso aos postos de trabalho que surgiram nas últimas décadas em Iauaretê. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela VII – População agregada dos bairros tradicionais e novos de acordo com a distribuição de renda

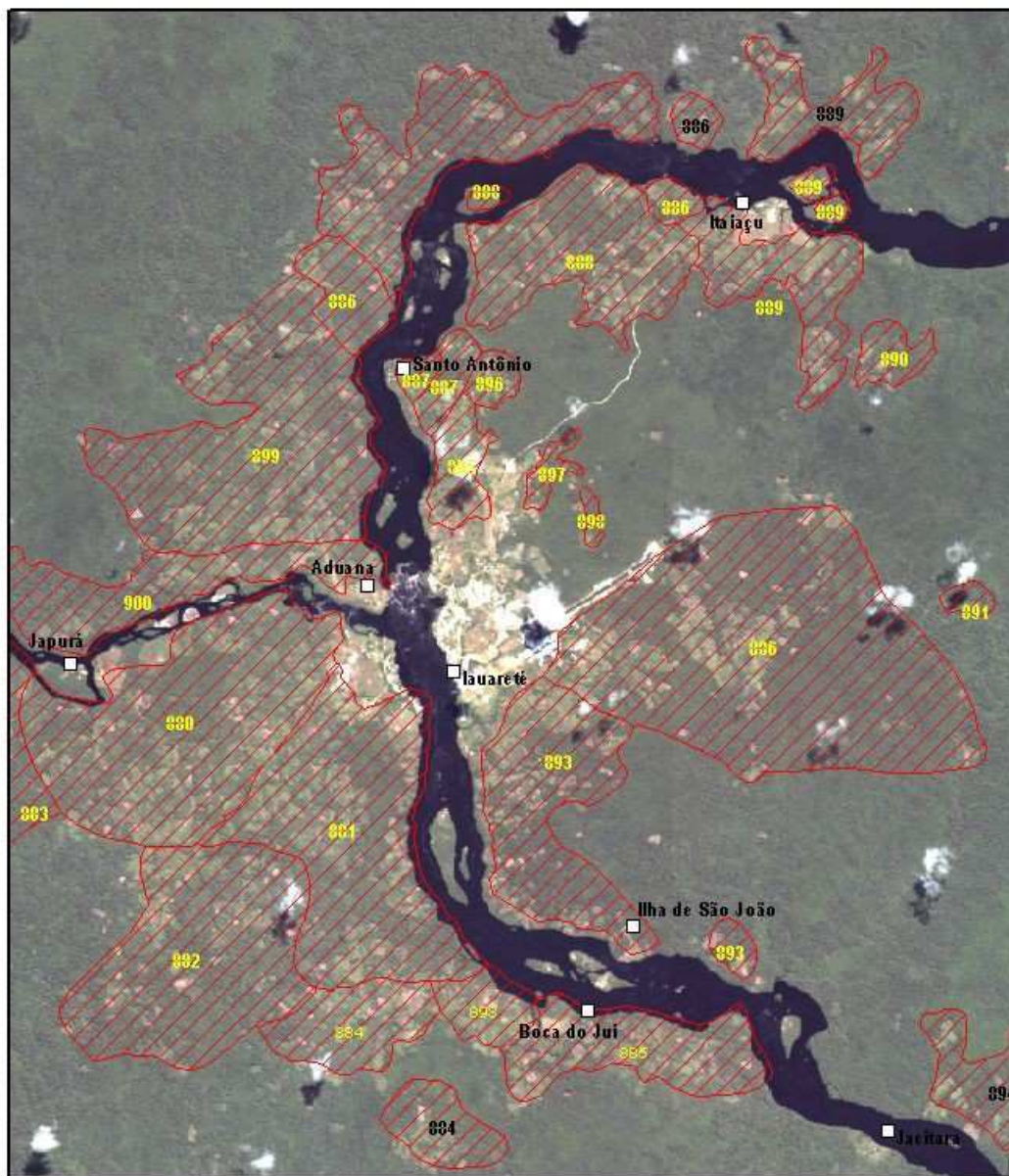
	população	assalariados	aposentados	Total de renda	%	% de pessoas com renda
Novos bairros	1363	94	94	59.476,67	51,4	13,65%
Bairros tradicionais	1296	106	85	56.170,38	48,6	14,74%

Na tabela acima vemos, em primeiro lugar, que a população atual dos novos bairros já supera aquela que reside nos bairros tradicionais. Quanto aos postos de trabalhos, notamos uma ligeira vantagem para os bairros tradicionais. Porém, esta vantagem não se reflete no montante da renda ali alocada, pois, nesse aspecto, a vantagem pende para os novos bairros. Além disso, é preciso lembrar que, como foi indicado acima, em quatro dos cinco bairros tradicionais há também muitas famílias que fixaram-se em Iauaretê mais recentemente, entre as quais certamente se contabilizam parte dos assalariados e aposentados desses bairros. Em suma, o acesso às fontes de renda não parece estar sendo monopolizado por qualquer um dos grupos atualmente residentes em Iauaretê, o que nos leva a sugerir que a concentração demográfica que se verifica hoje no povoado é também uma função da real possibilidade de obtenção de trabalho remunerado por famílias de todo do distrito. As aposentadorias (para mulheres acima de 55 anos de idade e para homens acima de 60) exercem certamente um peso considerável neste processo, uma vez que consistem em uma fonte de recursos virtualmente disponível a todos os grupos domésticos já maduros, isto é, com membros em idade de pleitear este benefício. Deve-se lembrar que, mensalmente, as aposentadorias são pagas pela agência dos Correios existente em Iauaretê.

Se há, portanto, um certo equilíbrio quanto ao acesso à renda local, temos, por outro lado, uma situação sensivelmente distinta no que se refere ao controle das terras no entorno do povoado, pois nesse aspecto os bairros tradicionais detêm uma quantidade de terras significativamente maior do que aquela disponível aos novos bairros. Vejamos os números disponíveis a respeito desse tópico.

Nos levantamentos realizados em Iauaretê durante os trabalhos do macro-zoneamento das Terras Indígenas, a área de uso agrícola do povoado foi plotada e sub-dividida em transparências sobre as cartas-imagens. Este trabalho foi realizado com a ajuda de vários informantes e resultou em um conjunto de polígonos que circunscrevem o espaço agrícola utilizado pelos diferentes bairros do povoado. Mencionamos acima a existência de uma área de cerca de 5.100 hectares em volta de Iauaretê atualmente ocupada por roças ou capoeiras. Esse é o espaço em que hoje se pratica a agricultura de tipo peri-urbano acima discutida. A carta imagem abaixo mostra os contornos desse espaço e sua relação espacial com a “mancha urbana” do povoado.

ÁREA DE USO DAS COMUNIDADES NA REGIÃO DE IAUARETÊ



A área de uso agrícola acima identificada inclui não apenas os espaços utilizados pelas famílias dos bairros de Iauaretê. Na tabela abaixo, há uma lista de todos os polígonos indicados na carta-imagem (com numeração correspondente na coluna da esquerda), acompanhada pelas dimensões em hectares das porções efetivamente usadas para a atividade agrícola e daquelas que ainda possuem sua cobertura vegetal original (floresta de terra firme, caatinga, chavascais e igapós). A tabela inclui parcelas que pertencem a comunidades vizinhas de Iauaretê, cujas áreas de roças e capoeiras se conectam às áreas de uso dos bairros do povoado. São os casos de Aduana (posto oficial colombiano na ponta entre o Papuri e o Uaupés), Campo Alto (Uaupés abaixo), Ilha de São João (Uaupés abaixo), Itaiaçu (Uaupés acima), Japurá (Papuri) e Sto. Antonio (Uaupés acima).

Tabela VIII – Distribuição da área de uso agrícola entre os bairros de Iauaretê e comunidades vizinhas

Cod	Comunidade	Denominação	Hectares	total/ com.
900	Aduana (no Papuri)	Roças e Capoeiras	251,34	260,40
		Caatinga com Caranazal	4,30	
		Terra firme – Caatinga	1,05	
		Comunidades	3,70	
888	Aparecida	Roças e Capoeiras	598,27	669,09
		Terra Firme	28,98	
		Caatinga Alta e Seca	16,78	
		Caatinga Úmida	18,57	
		Caatinga	6,49	
894	Campo Alto; Cruzeiro e São Miguel	Terra Firme Alta com Chavascal	30,09	177,26
		Roças e Capoeiras	135,35	
		Caatinga com Palmeira (tipo babaçu)	11,81	
884	Cruzeiro	Roças e Capoeiras	190,06	223,46
		Terra Firme com Caatinga	20,79	
		Caatinga com Caranazal	12,61	
893	Cruzeiro; Domingos Sávio e D. Pedro Massa	Caatinga	13,47	407,57
		Roças e Capoeiras	322,39	
		Terra Firme Alta com Chavascal	71,64	
		Caatinga com Caranazal	0,07	
899	D. Bosco	Roças e Capoeiras	563,97	601,98
		Caatinga com Caranazal	34,60	
		Terra Firme (semelhante a capoeira)	3,41	
897	D. Bosco e Aparecida	Roças e Capoeiras	92,57	94,85
		Caatinga	2,28	
895	D. Bosco e São Miguel	Caatinga	0,09	0,34
		Comunidades	0,26	
890	D. Pedro Massa	Roças e Capoeiras	41,61	43,58
		Caatinga com Caranazal	1,98	
882	Fátima	Roças e Capoeiras	314,45	479,00
		Terra Firme com Caatinga	157,07	
		Caatinga Alta e Seca	7,49	
885	Ilha de São João	Roças e Capoeiras	214,94	217,05
		Caatinga com Caranazal	2,04	
		Terra Firme com Caatinga	0,08	
889	Itaiaçu	Caatinga com Caranazal	3,85	336,72
		Terra Firme	1,27	
		Roças e Capoeiras	319,65	
		Terra Firme Alta com Chavascal	1,86	
		Comunidades	0,50	
		Caatinga	7,02	
		Terra firme – Caatinga	2,57	

Cod	Comunidade	Denominação	Hectares	total/ com.
883	Japurá	Roças e Capoeiras	350,04	436,11
		Terra Firme	15,52	
		Terra Firme com Caatinga	3,86	
		Caatinga Alta e Seca	66,69	
892	Miriti	Igapó Alto	0,15	292,10
		Terra Firme (semelhante a capoeira)	10,32	
		Caatinga com Caranazal	10,32	
		Roças e Capoeiras	254,23	
		Igapó Baixo	17,08	
886	São Miguel	Roças e Capoeiras	451,29	1.070,84
		Caatinga	169,86	
		Comunidades	25,51	
		Terra Firme (semelhante a capoeira)	103,39	
		Terra firme – Caatinga	6,92	
		Caatinga com Terra Firme	160,25	
		Terra Firme Alta com Chavascal	153,49	
		Caatinga com Palmeira (tipo babaçu)	0,05	
		Caatinga com Caranazal	0,08	
881	São Pedro	Roças e Capoeiras	462,12	538,86
		Comunidades	2,08	
		Caatinga Úmida com chavascal	46,60	
		Terra Firme	28,06	
880	Sta. Maria	Roças e Capoeiras	515,07	585,01
		Comunidades	7,80	
		Caatinga Úmida	54,04	
		Caatinga Úmida com bolas de terra firme	8,10	
887	Sto. Antônio	Roças e Capoeiras	57,18	57,18
Total				6.434,21

Uma avaliação das informações da tabela acima aponta para uma diferença nada desprezível quanto à quantidade de terra controlada respectivamente pelos bairros tradicionais e novos. Tomando os polígonos exclusivamente ocupados pelos bairros tradicionais (899, 895, 886, 881 e 880), bem como distribuindo proporcionalmente entre eles parcelas dos polígonos divididos com bairros novos (894, 893, 897), chegamos a um total de 2.932,71 hectares de área a eles disponível. Aplicando o mesmo procedimento aos bairros novos (polígonos exclusivos: 888, 884, 890, 882; polígonos compartilhados: 894, 893, 897), chegamos ao total bem inferior de 1.959,13 hectares. Temos, portanto, que as terras controladas pelos bairros tradicionais são 50% maiores do que as terras disponíveis aos novos bairros. Além disso, considerando as porções de florestas de terra firme – cujos solos são propícios ao uso agrícola - ainda disponíveis nos polígonos exclusivamente controlados por bairros novos e tradicionais, notaremos que os novos controlam apenas 206,83 hectares de áreas aptas à abertura de novos roçados, ao passo que os tradicionais dispõem de 463,22 hectares.

Não dispomos no momento de um mapa ou estimativa das terras no entorno do povoado de Iauaretê que eram até muito pouco tempo atrás consideradas propriedades da missão

(deixaram de ser após a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro em 1998). Tal informação nos permitiria avaliar em que medida as áreas dos novos bairros foram obtidas junto aos missionários. Nos bairros tradicionais, as famílias que são de fora obtêm, em geral, espaço para os seus roçados negociando com os moradores Tariano mais antigos.

1.3. Conclusões

A situação verificada no povoado de Iauaretê levanta algumas questões a serem consideradas em termos da sustentabilidade do atual padrão de uso do solo e de apropriação dos recursos econômicos pelos grupos domésticos ali estabelecidos. Pontuaremos algumas delas a guisa de conclusão.

1. Em primeiro lugar, verificamos que a concentração de famílias do distrito nesse povoado é viabilizada por uma peculiar combinação de estratégias. As oportunidades de obtenção de trabalho remunerado por pessoas que chegam de outras partes da região são as mesmas que se apresentam aos moradores mais antigos. Ao mesmo tempo, relações de parentesco com os Tariano dos bairros tradicionais ou a negociação com os missionários permite o acesso a espaços necessários para a colocação de roças. O número de famílias sem roças em Iauaretê é significativamente menor do que aquele de famílias que ainda mantêm roçados em suas comunidades, de maneira que deve haver famílias com roças tanto em Iauaretê como em suas comunidades de origem. Esse deve ser o caso de famílias oriundas das comunidades mais próximas ao povoado.

2. O aproveitamento das capoeiras no entorno do povoado ainda não parece ter atingido um limite de exaustão, pois atualmente temos mais de 180 roçados em produção no entorno do povoado que foram aberto em áreas de mata virgem. No entanto, a distância cada vez maior dessas terras está levando ao surgimento de planos que poderão futuramente alterar decisivamente a prática agrícola indígena local. Algumas pessoas dos bairros situados na margem direita do Uaupés (Sta Maria e São Pedro), começam a idealizar a melhoria e o alargamento de varadouros que dão acesso a terras férteis localizadas em direção sudoeste de Iauaretê. A idéia é que no futuro o deslocamento a parcelas mais distantes de terras possa ser feito através de um veículo (trator ou caminhão) e que haja sub-divisão em lotes para repasse a moradores interessados em incrementar a produção agrícola.

3. A escassez de peixe em Iauaretê, que se agrava progressivamente e que começa a ser enfrentada através de um projeto de piscicultura com espécies nativas em desenvolvimento pelo ISA em parceria com as organizações indígenas locais, vem acarretando mudanças sensíveis nos hábitos alimentares. Pudemos notar que a falta do pescado acarreta, correlativamente, uma diminuição no consumo dos produtos derivados da mandioca (farinha, beiju) que o acompanham. E isso se faz pela opção do consumo de alimentos industrializados, como arroz, feijão, frangos congelados e carne em conserva. Pelas dificuldades de transporte, os preços desses produtos no comércio local são extremamente altos (R\$ 5,00/kg para o frango, R\$ 2,50/kg para o arroz e R\$ 3,00/kg para o feijão), e absolutamente incompatíveis com o nível de renda da população.

4. A situação descrita acima sugere que a atividade agrícola atravessa um processo de transformação aparentemente irreversível. É urgente que se passe a discutir e planejar os possíveis caminhos que essa transformação poderá vir a trilhar. A produção local de itens hoje importados é desejável, para baixar preços e aumentar eventualmente as oportunidades de renda para famílias que não contam com empregos. Nesse sentido, a atividade agrícola poderia equacionar simultaneamente o problema do abastecimento e da re-distribuição de renda local. Mas quais seriam os impactos ecológicos e sociais envolvidos? O encaminhamento dessa alternativa exigiria inicialmente um zoneamento agroecológico, não apenas no entorno do povoado de Iauaretê, mas em toda sua área de influência. Os mapas e as cartas-imagens geradas no processo de execução do projeto de macro-zoneamento das Terras Indígenas do

Alto e Médio Rio Negro podem ser um instrumento de grande valor para iniciar esse processo de discussão junto às organizações e lideranças indígenas locais.

Situação nutricional no alto rio Negro

Aloisio Cabalzar, antropólogo do ISA, agosto de 2003

As condições nutricionais da população indígena do alto rio Negro exigem atenção e cuidados, conforme a análise dos indicadores antropométricos disponíveis.

Resultados de pesquisas recentes na região, como o projeto **Saúde, nutrição e assentamento** realizado pelo ISA, comunidades e agentes indígenas de saúde do rio Tiquié e FOIRN, indicam sinais claros de prevalência de desnutrição na população investigada, especialmente nos povoados mais alterados por intervenções externas (concentração populacional e mudanças nos padrões tradicionais de subsistência). Os dados coletados indicam que os problemas nutricionais podem estar mais associados à alta prevalência de doenças (sobretudo parasitoses intestinais) do que à insuficiência de alimentos. Essa conclusão se baseia em medições antropométricas e num estudo dos padrões de dieta e de atividade dessa população.

A **avaliação antropométrica** incluiu parâmetros relativos ao crescimento e composição corporal das crianças e jovens até quinze anos, realizadas mensalmente. No primeiro caso, foram realizadas medidas de altura e peso e, no segundo, perímetro braquial e prega cutânea. Também foram feitas as medições dos adultos.

O índice de *altura-por-idade* é reflexo da taxa de crescimento ao longo do tempo. Os valores reduzidos do índice de altura-por-idade representam uma lenta, mas sempre presente, inadequação nutricional, ou a experiência contínua de condições ambientais desfavoráveis, particularmente, aquelas associadas à ocorrência de infecções crônicas. Este índice é um indicador inespecífico, apontando para causas gerais de qualidade de vida. O índice de *peso-por-altura*, para as crianças, é um indicador de condições nutricionais presentes.

Os padrões de atividade (alocação de tempo) foram registrados através do acompanhamento exaustivo da rotina das pessoas responsáveis pelo suprimento de alimentos para a unidade doméstica, que em geral requer o trabalho de um casal (homem e mulher). Em cada comunidade, foram acompanhadas uma ou duas famílias (dependendo do tamanho da comunidade) durante quatro dias, em quatro etapas no ano de 2001 (quatro dias por etapa, correspondente a estações diferenciadas em termos de disponibilidade de recursos, pluviosidade, etc). Nesses dias em que os dois adultos foram observados em suas atividades de produção de alimentos, cada um foi acompanhado em seu trabalho nas roças, na pescaria, caçaria, e assim por diante. No caso das atividades, cada uma foi nomeada e cronometrada; no da produção, cada item foi pesado e teve seu consumo diário calculado. Para várias atividades o dispêndio de energia foi estimado usando-se o método da **calorimetria indireta**. As diferenças sazonais foram apreendidas, na medida em que se realizou o estudo em quatro etapas, divididas em diferentes meses do ano.

Observou-se a ocorrência de altos níveis de inadequação nutricional crônica de longo prazo, combinada a níveis reduzidos de desnutrição aguda, isto é, ocorrendo no presente ou passado imediato.

Na busca das **causas** responsáveis pela insuficiência nutricional, alguns fatores podem ser excluídos, outros parecem pertinentes:

- a) Não há evidência de escassez natural de recursos. As deficiências nutricionais encontradas não decorrem de limitações na ingestão alimentar, pois o alimento disponível em geral é suficiente em qualidade e quantidade.

- b) A comparação entre os povoados sugere efeitos negativos do abandono de formas tradicionais de assentamento e manejo dos recursos naturais e da concentração populacional.
- c) Uma hipótese provável está relacionada à alta prevalência de parasitas intestinais, juntamente com os quadros patológicos derivados de tal condição. As infecções continuadas na infância geram uma cadeia de retroalimentação positiva, que desemboca numa condição favorável a mais invasões por parasitas. Assim, as crianças são susceptíveis a infestação de determinados parasitas. Este estado patológico produz desnutrição que, por sua vez, contribui para a inibição do sistema imunológico do indivíduo. Tal resposta inibitória facilita a invasão patológica de mais parasitas. Forma-se um círculo entre ação parasitária, com seus efeitos patológicos (diarréia, perturbação na absorção alimentar, etc.) e a desnutrição.
- d) Causas diversas contribuem para o agravamento desse quadro, dentre as quais podemos destacar as mudanças nos padrões de assentamento, que leva à sedentarização prolongada e à deterioração das condições ambientais locais, inclusive sanitárias; introdução de alimentos industrializados em detrimento da dieta tradicional mais variada; abandono de práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, substituídas por práticas predatórias e não-sustentáveis; alcoolismo.

Algumas **recomendações** práticas podem ser adiantadas:

- Implantação de um sistema de vigilância nutricional, através de parcerias entre as comunidades e instituições responsáveis pelo atendimento à saúde. Treinamento e capacitação dos agentes indígenas de saúde em vigilância nutricional (utilização e leitura dos instrumentos, interpretação das medições, noções de nutrição, composição dos alimentos, matemática instrumental); elaboração de protocolos de supervisão; definição dos equipamentos a serem empregados para as medições e fichas para registro dos dados; propor medidas iniciais de intervenção.
- Formação de uma base de dados relativa às condições nutricionais na região
- Articulação entre projetos de segurança alimentar e projetos de melhoria das condições sanitárias e de saneamento das comunidades
- Controle eficaz das parasitoses nas comunidades
- Estudos complementares das vias de contaminação: rotas de transmissão entre os indivíduos, formas de contágio, relações com a falta de bases sanitárias, etc.
- Mudanças nas formas de saneamento: discutir com as comunidades o desenvolvimento de práticas mais eficazes na prevenção da infecção ou reinfecção dos parasitas.

A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DO SUBSISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO RIO NEGRO

A FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO EM PARCERIA COM A FUNASA NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

I. APRESENTAÇÃO

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN nasceu com objetivo de defender e lutar pelo interesse da população indígena e tem cumprido seu papel participando ativamente nas questões que envolvem a saúde dos povos que representa.

A FOIRN tem sido parceira da FUNASA na execução das ações de atenção básica à saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro desde sua implantação.

1. Em 2000 a FOIRN participava compondo o Controle Social pois a Federação é parte legítima do movimento indígena.
2. Em 2001, a instituição passou a participar da execução das atividades em saúde assumindo a região do Rio Içana e seus afluentes, além dos Rios Xié e Papuri.
3. Em 2002, a FOIRN assumiu também a assistência a população dos Rios Uaupés e Tiquié e atingiu 14.000 indígenas assistidos.
4. Em 2003, toda a área indígena de São Gabriel da Cachoeira e a Casa de Saúde do Índio passaram para a responsabilidade dessa instituição.

TABELA 1. Distribuição de Etnias, Aldeias e População na área de abrangência atual da FOIRN

	Nº de Etnias	Nº de Aldeias	Nº de Índios
Alto Rio Negro	22	529	20.061
Total no Brasil	387	3225	374.123

II. HISTÓRICO DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

Na história da política indigenista no país nunca houve um sistema de atenção à saúde que proporcionasse aos povos indígenas a garantia dos direitos básicos e o exercício pleno da cidadania nesta área. Até o início do século passado, as ações de saúde estavam restritas às missões religiosas que associavam a assistência aos objetivos da catequese. Com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, e posteriormente através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, estas ações continuaram a desenvolver-se de forma fragmentada, voltadas principalmente para atividades emergenciais, abrangendo uma parcela limitada da área indígena.

A II Conferência Nacional de Saúde Indígena em 1993 foi um marco importante. Antecedida por etapas preparatórias em grande parte das áreas indígenas do país, e com grande participação das organizações indígenas, órgãos governamentais e instituições integrantes do “movimento indígena”, esta conferência lançou as bases para o novo Sub-Sistema de Saúde Indígena, tendo por base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas ligados ao Ministério da Saúde e controlados por conselhos de saúde com participação indígena paritária. Este modelo foi incorporado em 1994 em um projeto de lei do deputado Sérgio Arouca, finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1999 como Lei 9.836, integrante da Lei Orgânica da Saúde. A decisão do governo federal a partir de 1999 em dar início ao processo de reorganização da assistência à saúde indígena sob responsabilidade da FUNASA teve como motivação imediata um parecer da 6a. Câmara do Ministério Público Federal cobrando a omissão governamental.

III. A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA A IMPLEMENTAÇÃO DOS DSEI NO BRASIL

O modelo de organização da saúde indígena no país está fundamentado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, resguardados os direitos a uma atenção diferenciada e específica para cada povo indígena, aos seus sistemas tradicionais de saúde, à sua participação em todas as instâncias de decisão, e à responsabilidade federal na execução desta política. A base do sistema está nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, definidos a partir de critérios geográficos, epidemiológicos e culturais, estruturados a partir de projetos elaborados com as próprias comunidades organizadas em conselhos locais e distritais de saúde, sistematizados na forma de Planos Distritais de Saúde.

A responsabilidade pela gestão do sistema é do Ministério da Saúde, atualmente delegada à Fundação Nacional de Saúde através do Departamento de Saúde Indígena – DESAI/FUNASA. O controle social é exercido através de conselhos locais de saúde para articulação de um número mais restrito de comunidades indígenas e conselhos distritais de saúde com participação paritária de instituições e representantes indígenas.

IV. FINANCIAMENTO

A FUNASA, ao assumir a função de gestor a saúde indígena, definiu uma base orçamentária bem mais expressiva do que aquela até então disponibilizada nos orçamentos da FUNAI o que permitiu impulsionar um volume muito expressivo de ações de atenção básica à saúde dos povos indígenas, recuperando parte do déficit assistencial.

A saúde indígena, pela mobilização nacional operada pelos próprios índios e pelas organizações de apoio, obteve definições operacionais objetivas e abriu caminho para a implementação do modelo dos DSEI.

Em 2003, a FOIRN dispõe de 8 milhões e meio de reais para custeio da execução das atividades contempladas no seu plano de trabalho que envolve a formação e capacitação dos profissionais enfatizando os Agentes Indígenas de Saúde (os módulos estão programados a partir de setembro); assistência médica; assistência de enfermagem; ações de saúde bucal e remoções de pacientes nos casos de necessidade de serviços de maior complexidade.

V. A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA ESTRUTURAÇÃO DOS DSEI

A FUNASA adotou uma política de buscar parceiros executores da atenção básica ao nível regional com outras instituições, prioritariamente organizações indígenas.

Tal política pública foi formalizada através de termos de convênio celebrados e renovados anualmente entre a FUNASA e a organização, estabelecendo-se planos de trabalhos e repasses financeiros para o cumprimento das atividades e metas detalhadas nesses planos.

A participação das organizações indígenas se deu numa agenda de chamamento do poder público para a composição de parcerias para suprir deficiências constatadas então no ambiente da administração direta para a implantação dos serviços de saúde, considerando a complexidade e capilaridade que estes deveriam alcançar em curto prazo, em vista do déficit assistencial registrado, bem como da agilidade operacional e do domínio temático que a FOIRN já tinha com o trato da questão indígena no país.

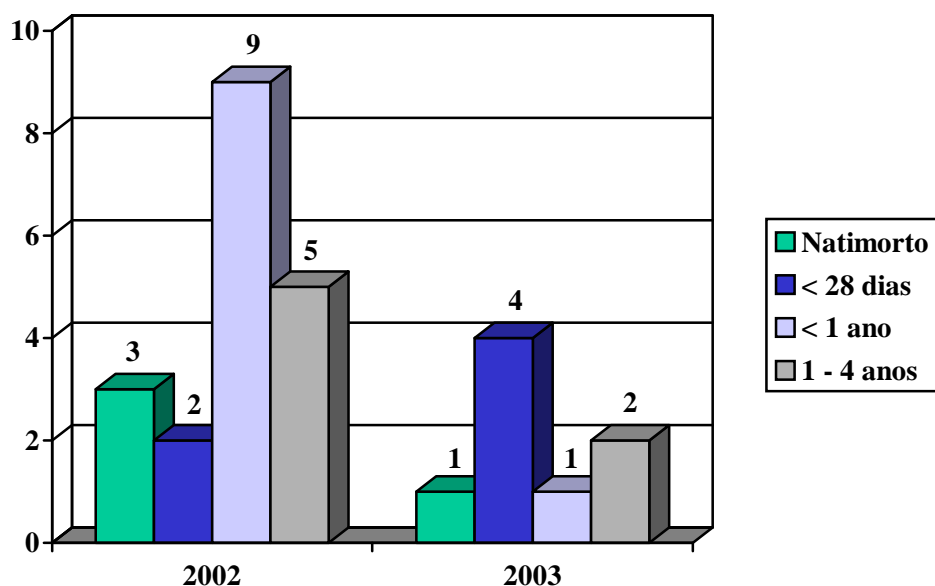
IMPACTO DAS AÇÕES DE SAÚDE APÓS A IMPLANTAÇÃO DO DSEI RIO NEGRO

A FUNASA possui apenas 8 técnicos que eram responsáveis até 1999 pelas ações de saúde em toda área indígena de São Gabriel da Cachoeira. Com essa quantidade ínfima de profissionais era impossível obter uma cobertura adequada e de qualidade nas atividades, um exemplo do impacto provocado pela implantação do Distrito foi o salto da cobertura vacinal que até 1999 girava em torno dos 10% e em 2002 atingiu 85% para vacinas de 3 doses e 90% nas de dose única.

Poucos dados de saúde são encontrados até 1999. Os registros e notificações constituíram, ainda no ano 2000, uma das maiores dificuldades das equipes junto às comunidades. Percebe-se uma redução da mortalidade infantil, no entanto nas áreas onde há ausência de outras políticas de sustentabilidade econômica e produção agrícola familiar a desnutrição ainda ceifa muitas vidas. No ano passado, foram 06 óbitos por desnutrição. O coeficiente de mortalidade

neonatal foi de 34,9/1.000 e a maioria dos óbitos foram provocados pela condição nutricional da mãe. É importante mencionar que o município não possui o Programa de Carências Nutricionais implantado.

TABELA 2. Óbitos nos menores de 5 anos_Janeiro a Julho de 2002/2003



Agravos como o

Tracoma , a Filariose e as DST que não tinham notificações nessa área indígena vem sendo diagnosticados e tratados e um panorama da distribuição da incidência dessas morbidades vem se desenhando de forma mais consistente a medida que avançam os trabalhos das equipes de saúde.

A saúde bucal vem dando cobertura sistemática a toda área indígena de abrangência realizando atividades preventivas, com distribuição de pastas e escovas 2 vezes ao ano em cada comunidade, e promovendo a assistência clínica realizando tratamento de alta qualidade denominado Tratamento Restaurador Atraumático. Apenas no mês de julho desse ano foram atendidas 1.576 indígenas pelas equipes de odontologia e foram realizadas 1.254 restaurações tipo ART.

PESSOAL DISPONIBILIZADO

TABELA 3. Demonstrativo de Recursos Humanos Contratados para atividades em área

PROFISSIONAIS	CONTRATADO
Médico	4
Enfermeiro	18
Dentista	8
Auxiliar de Odontologia	8
Técnicos de Enfermagem	60
Agentes Indígenas de Saúde	185
TOTAL	283

REDE FÍSICA INSTALADA

TABELA 4. Rede Física

UNIDADE DE SAÚDE	2000 a 2002
Pólo Base	18
Casa do Índio	1

VI. AVANÇOS

Reiteramos que os avanços no sentido da organização dos serviços de saúde para os grupos indígenas do Rio Negro foram significativos. O processo em si é histórico; nunca uma ação governamental dessa envergadura foi feita no sentido da inclusão das populações indígenas ao acesso aos serviços de saúde. Esse é o grande mérito do Ministério da Saúde, da FUNASA e da FOIRN.

As equipes vão sistematicamente para o campo, a cobertura vacinal está atingindo níveis cada vez melhores e, gradualmente, a infra-estrutura de equipamentos, rede de comunicação e de transporte vão sendo aperfeiçoadas.

Acreditamos que o modelo assistencial na forma de Distritos Sanitários Especiais Indígenas é realmente o mais adequado e uma oposição a isso revela o não reconhecimento das deliberações da II Conferência Nacional Para os Povos Indígenas,

No rio Negro, existe um processo de seleção de profissionais e uma prática de desenvolvimento de recursos humanos, no sentido de aprimorar o serviço prestado à população.

A cobertura vacinal que até 1999 girava em torno dos 10% atingiu 85% para vacinas de 3 doses e 90% nas de dose única.

Estruturação de um sistema de informação em saúde com o início do cadastramento das famílias e registros dos principais dados necessários a formulação dos indicadores de saúde: número de nascimentos, óbitos, gestantes, etc.

VII. DESAFIOS / PROPOSTAS

1. AÇÃO DE SAÚDE INTEGRADA

A ação de saúde nesses 03 anos, com seu expressivo volume de serviços, tornou-se uma ação destacada de atenção aos povos indígenas, contudo, ilhada num cenário de exclusão desses povos às demais condições básicas de vida. A questão dos óbitos causados por consumo excessivo de bebida alcoólica e suicídios de adultos jovens mostram que é necessário rever as estratégias de Educação em Saúde e adequá-las a realidade indígena, tornando-as mais articuladas com o processo de educação formal.

As ações de saúde deixam de surtir efeito esperado porque não são sustentadas por outras medidas de suporte econômico e ambiental, com geração de bases alimentares, controle de passivo ambiental nos entornos, desenvolvimento de tecnologias de gestão territorial sustentável, acesso à renda e apoio à expressão cultural.

Num quadro assim não será possível manter metas razoáveis, sequer em médio prazo, no campo de saúde, se suas ações não estiverem articuladas com políticas públicas que possibilitem às comunidades indígenas condições básicas de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável .

Sugerimos que o governo federal promova políticas integradas e articuladas do ponto de vista programático e de gestão, devendo encontrar um modelo fundado no conhecimento da realidade das populações indígenas e de suas necessidades específicas.

2. TERMOS DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Definição de instrumento administrativo e jurídico para regulação do regime de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, de forma a estabelecer com maior clareza as responsabilidades, procedimentos e prazos razoáveis de execução. O modelo de gestão e controle deve implementar medidas de apoio ao desenvolvimento institucional especialmente para as organizações indígenas parceiras.

Propomos que as organizações parceiras da sociedade civil tenham espaço na proposição e tomada de decisão relativas aos programas de atenção à saúde das comunidades indígenas de forma a melhorar à assistência e a gestão do sistema.

3. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O órgão gestor federal deve definir e invocar todos os esforços para implementar um programa de formação e profissionalização de Agentes Indígenas de Saúde e técnicos das próprias comunidades nos diversos campos da saúde, assim como capacitação de recursos humanos nos DSEIs, privilegiando a formação em saúde pública, em indigenismo e antropologia da saúde.

4. PARTICIPAÇÃO INDÍGENA E CONTROLE SOCIAL E FETIVO

Os conselhos locais devem ser considerados como instância de maior importância na estruturação e controle do sistema de saúde indígena. As programações executivas devem planificar destacadamente ações de apoio ao desenvolvimento do controle social ao nível das comunidades, privilegiando o acento das diferentes formas de representação política e cultural ao nível das aldeias.

Esforços para privilegiar a inclusão das formas tradicionais indígenas de elaboração no campo da saúde devem ser levados em conta.

5. TETO ORÇAMENTÁRIO

Redefinir os recursos destinados ao Alto Rio Negro contemplando novas necessidades como horas de vôo para inserção das equipes em área e remoção de pacientes nas comunidades distantes e de difícil acesso; aumentar o número de profissionais de saúde nas áreas de maior risco e demanda; incrementar a infra-estrutura existente em área.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.801, DE 6 DE AGOSTO DE 2003.

Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 7º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, com a finalidade de formular políticas públicas e diretrizes de matérias relacionadas com a área das relações exteriores e defesa nacional do Governo Federal, aprovar, promover a articulação e acompanhar a implementação dos programas e ações estabelecidos, no âmbito de ações cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério, inclusive aquelas pertinentes a:

- I - cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa;
- II - integração fronteiriça;
- III - populações indígenas;
- IV - direitos humanos;
- V - operações de paz;
- VI - narcotráfico e a outros delitos de configuração internacional;
- VII - imigração; e
- VIII - atividade de inteligência.

Parágrafo único. Cabe, ainda, à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional o permanente acompanhamento e estudo de questões e fatos relevantes, com potencial de risco à estabilidade institucional, para prover informações ao Presidente da República.

Art. 2º A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional será integrada pelos seguintes Ministros de Estado:

- I - Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que a presidirá;
- II - Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- III - da Justiça;

IV - da Defesa;

V - das Relações Exteriores;

VI - do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

VII - do Meio Ambiente.

§ 1º São convidados para participar das reuniões, em caráter permanente, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 2º O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, cuja participação, em razão de matéria constante da pauta da reunião, seja justificável.

Art. 3º Fica criado o Comitê Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de acompanhar a implementação das decisões da Câmara, integrado pelos seguintes membros:

I - Subchefe Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

III - Subchefe de Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República;

IV - Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;

V - Secretário-Executivo do Ministério da Justiça;

VI - Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;

VIII - Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IX - Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa; e

X - um representante do Comando da Marinha, um do Comando do Exército e um do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Poderão ser criados grupos técnicos com a finalidade de desenvolver ações específicas necessárias à implementação das decisões da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

§ 1º Dos grupos técnicos poderão participar representantes de outros órgãos ou de entidades públicas e privadas.

§ 2º Os membros dos grupos técnicos, e seus respectivos suplentes, serão designados pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, mediante

proposta dos Ministros de Estado a que estiverem subordinados ou, no caso de representante de entidade privada, por aquelas autoridades, quando interessadas.

§ 3º O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República designará, dentre os integrantes de cada grupo técnico, o seu coordenador, que se reportará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 3.203, de 8 de outubro de 1999.

Brasília, 6 de agosto de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Jorge Armando Felix

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.8.2003

PROJETO ARTE BANIWA

Comercialização de cestaria indígena de arumã com valor cultural e ambiental agregado

Arte Baniwa é a marca que identifica o artesanato produzido pelo povo Baniwa, que desde 1998 vem sendo comercializada pela Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), no âmbito de um projeto de desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, parte de um Programa de Desenvolvimento Indígena Sustentável do médio e alto Rio Negro, que está sendo formulado pelo ISA (Instituto Socioambiental), a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), e associações filiadas a esta como a OIBI.

A etnia Baniwa, do grupo lingüístico Aruak, faz parte de um complexo cultural de 22 povos indígenas diferentes, que habitam há séculos o extremo noroeste da atual fronteira da Amazônia brasileira com Colômbia e Venezuela. Sua população estimada é de 12 mil pessoas, das quais cerca de 4 mil vivem em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes, comunidades no alto Rio Negro/Guainia e nos centros urbanos rionegrinos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM).

Como muitas outras etnias desta região, os Baniwa desenvolveram uma adaptação fina a uma região com baixa capacidade de suporte, isto é, com solos ácidos e pobres, com manchas descontínuas de terra firme separadas por campinaranas e igapós. Criaram um conjunto de estratégias diversificadas de exploração dos recursos naturais disponíveis, que estão refletidos no padrão de assentamento, na densidade de ocupação territorial, nas práticas de intercâmbio econômico estabelecidas com outros povos indígenas, e no conhecimento empírico da biologia e da botânica regionais que os identifica como bons horticultores e pescadores.

Os Baniwa fazem cestaria de arumã rica em grafismos há pelo menos 2000 anos. Os homens fazem e as mulheres usam no processamento de mandioca brava, base de sua alimentação ainda hoje.

Há mais de cem anos, os Baniwa vêm comercializando sua cestaria em condições aviltantes e depreciativas. Nessa perspectiva, a produção cultural indígena e, sobretudo suas condições de reprodução, foram sistematicamente reprimidas e desvalorizadas.

A falta de alternativas econômicas viáveis para as comunidades da região vinha fazendo com que o fluxo migratório das aldeias para as cidades aumentasse, em busca de melhores condições de vida. Assim, as oportunidades existentes para a ocupação e desenvolvimento da terra indígena ocupada pelos Baniwa foram diminuindo.

Desde o final de 1997, o projeto começou a criar condições de infra-estrutura e operacionais (instalação de rede de radiofonia e transporte nas comunidades e a realização regular de oficinas de organização e capacitação) para viabilizar o empreendimento e fortalecer a OIBI. Através deste projeto busca-se organizar e estabilizar de forma sustentável, um sistema de produção e comercialização de cestaria indígena com valor cultural e ambiental agregados, que seja auto-gerido e dê retornos financeiros, organizacionais e culturais compensadores ao povo Baniwa.

A escolha da cestaria baniwa como ferramenta dessa tão importante estratégia de desenvolvimento se deu por ela se configurar num “talismã socioambiental”.

Trata-se de um produto que agrega em si, não apenas um desenho milenar, representação cultural de um povo indígena da Amazônia, mas também o conhecimento tradicional desse povo. É uma habilidade socialmente disseminada, não obstante a tradicional exploração a qual estava submetida, e que há 2000 anos vem permitindo que os baniwa vivam em sintonia com a floresta e se desenvolvam nela. Além disso, é uma das poucas alternativas de geração de

renda existentes para fazer frente às necessidades de produtos, que por força dos hábitos de consumo adquiridos por mais de trezentos anos de contato, se tornaram necessários.

Como estratégia central de implementação, Arte Baniwa orienta-se, por um lado, para a organização e melhoria da qualidade da produção artesanal, a partir do envolvimento de artesãos em todos os aspectos do projeto e da preservação de seus hábitos de vida; e, por outro, para a articulação da produção artesanal com o mercado consumidor, por meio da identificação de nichos de mercado, organização do transporte e do desenvolvimento de instrumentos de apoio à comercialização. Inclui-se, entre estes últimos, a formulação de um plano de negócios e de um conjunto de peças promocionais e de *marketing*.

A comercialização de cestaria através do projeto passou a ser feita diretamente, sem intermediários entre os produtores e os novos compradores das grandes metrópoles do país, como a cadeia de lojas de decoração Tok&Stok, o Grupo Pão de Açúcar e empresas que tem a responsabilidade social como valor. Isso garantiu aos artesãos uma participação maior nos rendimentos das vendas, a valorização da sua identidade cultural e auto-estima, como também o fortalecimento da sua associação representativa, responsável por gerir a comercialização.

Nesses anos, o projeto acumulou muita experiência e resultados positivos. O número de artesãos envolvidos no projeto aumentou substancialmente, de 19 artesãos em 1999 para cerca de 151 em 2003. As vendas já somam mais de 17 mil cestas, e novos nichos de mercado continuam sendo abertos, como vendas através dos correios e exportação através de redes de comércio justo. Um entreposto comercial está sendo estruturado em São Gabriel da Cachoeira, de modo a dar maior capacidade operacional às atividades da OIBI, assim como funcionar como centro de referência e troca de experiências.

O lançamento do projeto e seus conseqüentes benefícios só foram possíveis, dado a organização integrada, trabalhando aspectos relacionados a sustentabilidade ambiental, social e econômica de maneira sinérgica e envolvendo num esquema participativo, o maior número de atores possível, desde os mestres indígenas na arte de arumã até botânicos e especialistas em negócios.

Uma série de estudos foi e continua sendo feita para viabilizar o empreendimento, principalmente para permitir sua sustentabilidade e a ampliação de benefícios. Isso se dá através da realização de convênios e da participação em eventos relacionados ao tema.

O projeto Arte Baniwa contou com o apoio do MMA para iniciar uma série de estudos que resultaram no Plano de Negócios do projeto, assim como com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) através do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) na pesquisa socioambiental do arumã e de Ong's nacionais e internacionais.

Através desses parceiros e de diversos outros atores que apóiam o projeto, o Arte Baniwa transformou-se em caso de sucesso, tendo recebido diversos prêmios em reconhecimento disto, como o destaque na premiação do Ciclo Gestão Pública e Cidadania 2001, o Prêmio Banco Mundial de Cidadania 2002, Prêmio Empreendedor Social Ashoka/Mckinsey 2001 e Prêmio Chico Mendes 2002, do Ministério do Meio Ambiente.

CARTA CONVITE

São Gabriel da Cachoeira, agosto de 2003.

Enviamos esse convite com muita esperança de ter a vossa presença aqui em São Gabriel da Cachoeira, na região do Alto Rio Negro (AM) para vir conversar conosco no mês de Agosto pela ocasião da I oficina do PRDIS-RN (programa regional de desenvolvimento sustentável indígena do Rio Negro).

Aqui no alto e médio Rio Negro, nós somos 22 povos indígenas diferentes, onde cada grupo fala sua própria língua, que somam pelo menos 35 mil pessoas e constituem a grande maioria da população. Representamos cerca de 10% dos índios do Brasil. Estamos organizados em aldeias e associações que representam um determinado número de aldeias. Com essa forma de organização conseguimos formar uma **Federação**, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN. Boas partes das nossas terras já foram reconhecidas e demarcadas pelo governo federal, como determina a Constituição Federal de 1988. Mas não adianta apenas uma demarcação no papel e algumas boas ações isoladas das políticas públicas. As nossas terras estão situadas em três municípios e fica muito difícil coordenar os recursos das políticas públicas federais que passam pelo canal da municipalização.

Assim sendo, a nossa proposta de pauta principal é que o Governo Federal testemunhe e apóie o esforço da FOIRN em construir um **PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA SUSTENTAVEL DO RIO NEGRO**. Este programa deveria reunir um conjunto de ações integradas, sejam das políticas públicas federais, sejam das demais parcerias não-governamentais, de forma a construir e implementar um tipo de desenvolvimento que tenha o nosso jeito de ser e de trabalhar e que valorize a nossa diversidade e os nossos conhecimentos e garanta um novo patamar de bem estar para as nossas aldeias, que atualmente passaram a ter necessidades de consumo. Porque nós também estamos acompanhando a evolução do mundo moderno, onde estamos inseridos como protagonistas da nossa história.

Entendemos que a vossa agenda deve estar sobrecarregada, mas gostaríamos de insistir. Para mostrar para o BRASIL, que Amazonas também é Brasil, onde nós indígenas moramos. Portanto gostaríamos muito de contar com a vossa presença na semana da I Oficina do PRDIS-RN, entre 26 e 29/08/2003, período em que a FOIRN estará mobilizando lideranças de toda região do Rio Negro para discussão de assuntos de seus interesses.

Atenciosamente,

Orlando de Oliveira
Presidente/FOIRN

Programação

Oficina “Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro”

Data: 26 a 29 de agosto de 2003.

Local: Maloca da FOIRN, em S. Gabriel da Cachoeira (AM)

Realização: parceria FOIRN/ISA

Apoio: PDPI

Agenda:

25/08 (segunda): chegada dos participantes indígenas a S. Gabriel

26/08 (terça)

manhã – chegada dos convidados de fora em S. Gabriel; credenciamento a partir das 10:00 na maloca da FOIRN

12:30 – Almoço de boas vindas para os convidados de fora

tarde – visitas à FOIRN, ISA, etc

18:00 – Sessão de abertura na maloca da FOIRN; apresentação de um grupo de dança/música/canto tradicional

27/08 (quarta)

manhã – Apresentação do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS-RN)

(a) histórico e situação geral

(b) experiências-piloto e lições aprendidas

(c) propostas para o futuro próximo

(tarde) - Contribuições das Políticas Públicas Federais ao PRDIS-RN

(a) apresentação geral

(b) aportes setoriais

28/08 (quinta)

manhã – Contribuições das Políticas Públicas Estaduais e Municipais

tarde – Balanço do quadro geral das parcerias e formas de gestão institucional do PRDIS-RN

29/08 (sexta)

manhã – Preparação de um Termo de Compromisso interinstitucional para o PRDIS-RN

tarde – Apresentação e formalização do Termo de Compromisso

noite – Cerimônia de encerramento na maloca da FOIRN, com comidas típicas e artesanato

Oficina “Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento
Indígena Sustentável do Rio Negro”

Data: 26 a 29 de agosto de 2003.
Local: Maloca da FOIRN, em S. Gabriel da Cachoeira (AM)
Realização: parceria FOIRN/ ISA
Apoio: PDPI

Lista de Convidados
(versão 21/agosto, sujeita a alterações)

GOVERNO FEDERAL

Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Casa Civil da Presidência da República

José Dirceu

Secretaria Geral da Presidência da República

Luiz Dulci

Ministério da Assistência Social

Francisco Nunes

Ministério da Cultura (MINC)

Gilberto Passos Gil Moreira

Márcio Meira

Marcelo Ferraz

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Miguel Rosseto (*presença confirmada*)

Walter Bianchini

Andrea Butto

Ministério da Educação (MEC)

Cristovam Buarque

Maria José Feres

Antonio Ibañez Ruiz

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Kleber Matos (*presença confirmada*)

Ivone Maria Elias Moreyra (*presença confirmada*)

Ministério do Esporte

Agnelo Santos Queiroz Filho
Marcos Roberto Barbosa

Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA)

José Francisco Graziano da Silva
Mônica Aparecida Rodrigues (*presença confirmada*)

Ministério da Integração Nacional (MI)

Carlos Augusto Grabois Gadelha
Hildegardo Nunes
Dorotea Blos (*presença confirmada*)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Marina Silva
Mary Helena Allegretti
João Paulo R. Capobianco
Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange

Ministério de Minas e Energia (MME)

Marcelo Khaled Poppe
João Nunes Ramis

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Guido Mantega
Sebastião Soares

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Celso Amorim
André Sabóia Martins (*presença confirmada*)

Ministério do Trabalho e Emprego

Fábio José Bechara Sanchez

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Ten. Cel. Valério Stumpf Trindade (*presença confirmada*)

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

Sônia Hypólito
Adriane Lobo Costa

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Perly Cipriano
Raquel Cunha

Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI

Gersen Luciano dos Santos (*presença confirmada*)

Procuradoria da República no Amazonas

Peterson de Paula Pereira (*presença confirmada*)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Antonio Maciel Machado
Lucimar Moreira
Renato Cabral

Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira

Rinaldo Sena Fernandes

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Eduardo Aguiar de Almeida
Henrique Veloso Vaz – Administração Executiva Regional/ SGC (*presença confirmada*)
Maria Helena Ortolan - PPTAL (*presença confirmada*)

Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

Ricardo Chagas

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Brasília

Flávio Montiel
Marcelo Marquesini

IBAMA - AM

Henrique Pereira (*presença confirmada*)
Leslie Nelson (*presença confirmada*)

IBAMA - SGC

Alexandre Kirovsky
Gilberto Vital (*presença confirmada*)

Câmara dos Deputados

Vanessa Grazziotin – Deputada Federal/ AM

GOVERNO ESTADUAL

Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM)

Raimundo Falabella (*presença confirmada*)

Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI)

Bonifácio José (*presença confirmada*)

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AM)

Virgílio Viana (*presença confirmada*)
João Carlos de Souza Matos (*presença confirmada*)
Amliton Bezerra Gadelha (*presença confirmada*)

Assembléia Legislativa – AM

Eron Bezerra – Deputado Estadual (*presença confirmada*)

GOVERNO MUNICIPAL

Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira

Antônio Machado
Domingos Sávio Camico Agudelos
Esaú Ambrósio
José Protásio Prado Castro

Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira

Raimundo Quirino Calixto (*presença confirmada*)

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Jecinaldo Barbosa Cabral (*presença confirmada*)

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Conselho Diretor - Região Alto Rio Negro e Xié

Jurandir dos Santos Barreto - Baré (*presença confirmada*)
Tarcisio dos Santos Luciano - Baniwa (*presença confirmada*)
Arthur G. Pereira – Werekena (*presença confirmada*)
Lindacira Peinado Gomes - Baré (*presença confirmada*)
Ana Cecília Barreto da Silva – Baré (*presença confirmada*)

FOIRN – Conselho Diretor - Região Médio Uaupés e Papuri

Judite Teixeira - Wanana (*presença confirmada*)
Rafael Marques - Tariano (*presença confirmada*)
Sílvio Teixeira - Wanano (*presença confirmada*)
Ilson Botero Dias - Tucano (*presença confirmada*)
José Bosco Dias – Tucano (*presença confirmada*)

FOIRN – Conselho Diretor - Região Baixo Waupés e Tiquié

Francisco Basto – Tukano (*presença confirmada*)
Ismael Tenório Campo – Desana (*presença confirmada*)
Luis Gomes Lana – Desana (*presença confirmada*)
Hugo Matos – Tukano (*presença confirmada*)
Maximiliano Correa Menezes – Tukano (*presença confirmada*)

FOIRN – Conselho Diretor - Região Baixo Rio Negro

João Bosco Sampaio - AINBAL (*presença confirmada*)
Estanislau da Silva - AYRCA (*presença confirmada*)
Clóvis Batista Maia - ACIBRN (*presença confirmada*)
Dilsa Tomás de Melo – ASIBA (*presença confirmada*)
Adelson Brazão – CACIR (*presença confirmada*)

FOIRN – Conselho Diretor - Região Içana/ Ayari e seus afluentes

André Fernando – OIBI (*presença confirmada*)
Hilário Fontes – ACIRA (*presença confirmada*)
Franklin Paulo Eduardo da Silva – ABRIC (*presença confirmada*)

Laureano Américo Monteiro – OICAI (*presença confirmada*)

Maria Lindalva Olimpio Fontes – UMIRA/AMIBI (*presença confirmada*)

FOIRN – Conselho Diretor - Iauaretê

Adão Oliveira (*presença confirmada*)

Artur Ferreira (*presença confirmada*)

Geraldo Veloso (*presença confirmada*)

OUTROS

Department for International Development (DFID) – Governo do Reino Unido

Itagiba Campos Filho

Diocese de São Gabriel da Cachoeira

Dom José Song Sui Wan

IBDS - SGC

Cleyton S. Carvalho (*presença confirmada*)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Nacional

Juarez de Paula

José Marcelo Goulart de Miranda

Christiano Lima Braga



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA
Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", 4º andar, Sala 404
Cep: 70.043-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 218-2872 / 218-2876 Fax: (61) 224-5049

Ofício nº /2003 – SEAP/PR

Brasília, 12 de agosto de 2003.

Ao Senhor
Carlos Alberto Ricardo
Coordenador do Programa Rio Negro
SCLN 210 Bloco "C" sala 112
Cep: 70.862530 – Brasília – DF

Assunto: Resposta à correspondência

Prezados Senhores

1. A Assessoria de Relações Sociais e Políticas vem agradecer o convite para participar da Oficina: *Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro*, a ser realizada nos dias 26 a 29 de agosto de 2003, na Maloca da FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

2. Informamos que inúmeros esforços foram realizados no sentido de viabilizar a nossa participação na Oficina. Infelizmente, não foi possível superar os entraves relativos à emissão de passagem aérea de Manaus até São Gabriel da Cachoeira. Assim, solicitamos que nos enviem as deliberações referentes aos projetos de Piscicultura e Manejo Florestal.

3. Novamente agradecemos o convite e colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

SONIA HYPOLITO

Assessora Especial de Relações Sociais e Políticas

-----Mensagem original-----

De: Jose Marcelo Goulart de Miranda [<mailto:Jose.Marcelo@sebrae.com.br>]
Enviada em: sexta-feira, 15 de agosto de 2003 18:33
Para: Geraldo Andrello (RN)
Cc: Christiano Lima Braga; Juarez de Paula; Beto Ricardo; Francis Miti Nishiyama; Vinicius Lages
Assunto: RES: Dlis em iauarete

Prezados Geraldo e parceiros ISA e FOIRN,

acusou o recebimento do material enviado e tenham a certeza de que o mais breve possível faremos nossas considerações a fim de que iniciemos as discussões para um projeto de parceria SEBRAE/ISA/FOIRN. Não obstante, lamento que, em razão de prazos agora muito apertados, não possamos mais nos comprometer em participar do evento que ocorrerá em SGC na semana próxima de 25 a 29 de agosto. Quero lembrar nossa solicitação feita enfaticamente aos colegas do ISA e da FOIRN, quando do encontro havido aqui no SEBRAE em 02 de julho passado. Desde então, ficou combinado que um documento, como o que só hoje nos chegou, nos seria enviado para que pudéssemos abrir as negociações internas ao SEBRAE visando o apoio ao ISA e à FOIRN. Além disso, em resposta à mensagem enviada por Marília, do ISA, em 07/08 passado, dando informações gerais sobre o referido evento, fizemos solicitação explícita de apoio à nossa participação e, infelizmente, não obtivemos resposta até aqui. Esse cenário impediu-nos de discutir os encaminhamentos e objeto de pareria com as Gerências do SEBRAE envolvidas e, principalmente, com nossas Diretorias, fundamentais para balizarmos nossos compromissos com os parceiros. De qualquer maneira, recebido o documento que ora nos é remetido, daremos encaminhamento às discussões devidas e, oportunamente, convocaremos aos parceiros para retomarmos a construção do projeto. Desejamos pleno sucesso em SGC.

Atenciosamente,

José Marcelo Goulart de Miranda
Unidade de Desenvolvimento Local
SEBRAE - NA
SEPN qd.515 bloco C loja 32 - 1º andar Brasília / DF - Brasil 55 61 348 7167 /
447 7630 fax jose.marcelo@sebrae.com.br